

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL**

**TATIANA CARDOSO BAIERLE**

**TRANSVERSALIDADES, SUBJETIVAÇÃO E PRODUÇÃO DE VIDA:  
MARCAS DO TRABALHO NA POLÍCIA CIVIL**

**Porto Alegre**

**2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL**

**Tatiana Cardoso Baierle**

**TRANSVERSALIDADES, SUBJETIVAÇÃO E PRODUÇÃO DE VIDA:  
MARCAS DO TRABALHO NA POLÍCIA CIVIL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia Social e Institucional.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Roberto Crespo Merlo

**Porto Alegre**

**2014**

## **TATIANA CARDOSO BAIERLE**

A Comissão Examinadora, abaixo-assinada, aprova a Tese TRANSVERSALIDADES, SUBJETIVAÇÃO E PRODUÇÃO DE VIDA: MARCAS DO TRABALHO NA POLÍCIA CIVIL, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Tese defendida e aprovada em: 27/10/2014.**

### **COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Dra. Jussara Rosa Maria Mendes**  
**PPGPSI - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**

---

**Dra. Janine Kieling Monteiro**  
**PPGP – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)**

---

**Dra. Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schindwein**  
**PPGMAPSI - Universidade Federal de Rondônia (UFR)**

**Porto Alegre, 2014**

**Para a Vó Esmeralda,  
obrigada por todo o cuidado ao longo de minha vida.**

## AGRADECIMENTOS

A escrita dos agradecimentos dessa tese faz reverberar em mim incontáveis afetos. É revisitar relações e espaços-tempos de muitas e intensas a(fe)tivações. Fios de vida que foram sendo conectados e desconectados. É como chegar a um porto após uma longa jornada, mas este percurso não conduz a um ponto final, apenas a uma paragem. Porto de partida para outras aventuras de produção – de conhecimento, de relações, de afetos, de vida.

Trago aqui alguns nomes, com o desejo de agradecer a todos que, de algum modo, participaram desse percurso.

Agradeço primeiramente aos policiais, que aceitaram participar da pesquisa e compartilhar suas vivências.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão da bolsa de doutorado e estágio doutoral. Sem este compromisso, talvez a persistência do percurso não se fizesse tão presente e, com certeza, muitas aventuras e descobrimentos não seriam possíveis.

Ao meu orientador Professor Doutor Álvaro Merlo, por incentivar a autonomia de pensamento e por seu exemplo de implicação com a saúde no mundo do trabalho. Muito obrigada por permitir este percurso, por me apresentar Paris e o excelente jazz do *Le Petit Journal*.

Às professoras doutoras integrantes da banca de qualificação (Ana Magnólia, Janine Monteiro e Jussara Mendes) e da banca de defesa (Janine Monteiro, Jussara Mendes e Vanderléia Schlindwein), que, em diferentes momentos e de diferentes maneiras, participaram e contribuíram com minha trajetória e produção acadêmica.

Aos Delegados Flávia Colossi Frey e Leonel Carivali, por intermediarem a tramitação do projeto de pesquisa para aprovação junto à chefia de polícia.

Ao Delegado Ranolfo Vieira Junior, Chefe de Polícia, que autorizou esta pesquisa.

À Professora Doutora Ana Magnólia, por propiciar o convênio que permitiu o estágio doutoral junto à *Université Catholique de Louvain*.

Ao Professor Doutor Thomas Perilleux por me receber na *Université Catholique de Louvain*. Obrigada pela paciência e gentileza, sempre presentes.

Aos Professores do PPGPSI, que, desde a Especialização, produzem em mim conexões e desvios de potência.

À Professora Doutora Rosane Neves da Silva, por me acolher nas práticas docentes e pelo delicado *feedback* em relação ao meu 'modo docente'.

À Malu (Professora Doutora Maria Luiza Cardinale Baptista) e sua Pazza Comunicazione, pelo inestimável auxílio e afetuosa supervisão. Passo a acreditar que é possível unir produção de conhecimento acadêmico e Amorosidade....sempre, é claro, com um toque de loucura.

Às colegas do Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho – LPdT/UFRGS, por sua parceria e acolhimento, em especial Carla Bottega, Cláudia Magnus e Karine Perez, parceiras de longa data, e Ana Luisa Poersch, pelo reencontro.

Aos Professores Colegas da PUCRS, pelo incentivo e apoio, neste final do percurso, em meio ao intenso cotidiano da docência.

A Amiga Lilian Deyse Guizoni, por dividir as alegrias e as dores do trajeto do doutorado.

A Fernanda Tarabal, minha amiga mineira, parceira de descobertas e afetos em terras estrangeiras. Por todas as muitas conversas, vivências, ansiedades e vinhos compartilhados. Amizade forjada na intensidade do ser estrangeiro e que permanece em Terra Brasilis.

Aos companheiros brasileiros em terras estrangeiras: Ivete Yavo, Bárbara Cortella, Emílio Facas e Sérgio Barroca.

Aos Quintianos, sempre! Vetores de expansão da vida.

À psicóloga Janaína Núñez Carvalho, pelo acompanhamento afetivo, dedicado e competente. Obrigada por todas as muitas vezes em que me auxiliou a ver com mais clareza, a acreditar que é possível, a viver o momento e a pintar a tela com as cores da vida.

À minha família, pelo acolhimento, pelo incentivo e pelo suporte constante, bem como pela compreensão por minhas muitas ausências.

Ao meu Avô Alfeu (em sonhos), exemplo de alegria e afeto.

Ao meu Pai, responsável por minhas primeiras leituras de Esquizoanálise. Obrigada pelo carinho nos momentos difíceis da vida e pelo estímulo permanente ao posicionamento político e à reflexão crítica.

A minha Mãe, que sempre foi um modelo de respeito à diversidade e à multiplicidade de modos de viver. Obrigada pelo Amor, por estar sempre presente e compreender este difícil período. Você me ensinou muito sobre a vida.

A minha Tia Maria do Carmo Guaraná (Ká), por sua participação decisiva na pesquisa de campo, por todo o suporte e apoio de muitas e diferentes maneiras, ao longo da minha formação e pelo afetivo incentivo para a vida.

Ao meu padrasto Guaraci Rodrigues (Marinheiro Lobo Guará), por me acolher em sua vida.... aguardo o final da história do Balão Vermelho!

À Silvia, pelas conversas de cozinha e por todo o cuidado com a Vó e comigo.

A Minha Família Carioca-Belga, em especial à Maria Helena, que me acolheu e nomeou uma 'Guaraná', e à Nathalie, minha salvadora e a quem muito admiro.

Ao Edgar, pelo amor – sempre, muito e tanto, pelos anos de vida compartilhados e por (em seu jeito 'polska'), estimular meu crescimento pessoal. Sim... 'sempre teremos Paris!' E, quem sabe, outros muitos espaços-tempos.

A Roberta Fin Motta, pela imensa amizade, pela produção de vida construída em nossas trocas afetivas, políticas, intelectuais e éticas (o espumante já está no gelo). Obrigada pela parceria e por insistir em buscar proximidade, mesmo quando me fecho. Você foi fundamental no 'ponto de virada' desta tese.

Aos companheiros felinos deste período: Federico, Preta, Tatuzinha e Carmen. Seres amados, sem os quais eu seria menos 'humana' e a vida menos 'fofa'.

Finalmente, faço um reconhecimento a mim mesma, por descobrir uma capacidade de resiliência que não sabia possível. Por não desistir, apesar de todas as pedras no caminho. No percurso, identifiquei e criei fios de potência, que hoje me permitem tecer novas tramas de expansão de vida.

Enivrez-vous

Il faut être toujours ivre. Tout est là: c'est l'unique question. Pour ne pas sentir l'horrible fardeau du temps qui brise vos épaules et vous penche vers la terre, il faut vous enivrer sans trêve.

Mais de quoi? De vin, de poésie ou de vertu, à votre guise. Mais enivrez-vous.

Et si quelquefois, sur les marches d'un palais, sur l'herbe verte d'un fossé, dans la solitude morne de votre chambre, vous vous réveillez, l'ivresse déjà diminuée ou disparue, demandez au vent, à la vague, à l'étoile, à l'oiseau, à l'horloge, à tout ce qui fuit, à tout ce qui gémit, à tout ce qui roule, à tout ce qui chante, à tout ce qui parle, demandez quelle heure il est; et le vent, la

vague, l'étoile, l'oiseau, l'horloge, vous répondront:

“Il est l'heure de s'enivrer! Pour n'être pas les esclaves martyrisés du Temps, enivrez-vous; enivrez-vous sans cesse! De vin, de poésie ou de vertu, à votre guise.”

Charles Baudelaire

## RESUMO

A presente tese tem como tema o trabalho na segurança pública, mais especificamente na Polícia Civil do Rio Grande do Sul. A proposta tem como objetivo, refletir sobre aspectos transversalizadores do trabalho do policial civil, em sua relação com processos de subjetivação, na perspectiva do acionamento de potência de vida. Desse modo, procura problematizar a construção do sujeito policial no espaço da Polícia Civil. A metodologia deste estudo adotou a perspectiva cartográfica, buscando seguir as pistas e os caminhos que se apresentavam conforme a pesquisa ia se construindo em termos do campo e dos mapeamentos teóricos. Na cartografia, o pesquisador vai transitar por entre paisagens, sendo guiado pelas pistas que emergem do campo teórico e prático. Neste percurso, foram realizadas entrevistas individuais com policiais civis de diferentes cargos e lotações. O processamento das falas foi efetivado por meio do entrelaçamento teórico, entre a Psicodinâmica do Trabalho e a Esquizoanálise. Pensar o mundo do trabalho e a polícia implica olhar e refletir sobre dois campos significativos. Na bricolagem de saberes e práticas, entende-se estar a possibilidade da construção de conhecimento que permita a passagem da vida e a produção de possibilidades de mudanças e deslocamentos institucionais. No cartografar das falas dos sujeitos, emergiram sinalizadores que foram tomados como categorias de análise e fios que, em suas amarrações compõem o desenho desta tese. Assim apresenta-se como resultados: Sinalizador Território – Fios Organização e Relações; Sinalizador Máquina – Fios O Ingresso e O Polícia; Sinalizador Movimento – Fios Deslocamento e A(fe)tivação. O Sinalizador Território é entendido como espaço existencial produzido no cotidiano de trabalho, marcado por elementos que atravessam o fazer deste sujeito. No Sinalizador Máquina, a explicitação das engrenagens e modos de processamento do sujeito, do Ingresso à transmutação em (O) Polícia. O Sinalizador Movimento parte do entendimento que, mesmo a mais dura das instituições, guarda em si elementos de vida. A máquina Polícia é constituída de pessoas, seres de desejo; portanto está sujeita à operação de linhas flexíveis e à produção de linhas de fuga. Na fala dos policiais, os indicativos de que a Polícia Civil encontra-se em movimento, em deslocamento rumo a uma atuação com bases mais democráticas e humanizadas. O peso das linhas molares que atravessam a instituição e os modos de trabalhar são fatores que operam na lentidão deste processo, mas isso não significa estagnação. Por meio das possibilidades de ativação dos afetos, no sentido do permitir a passagem dos fluxos-vida, encontra-se a potência do trabalho.

**Palavras-chave:** Polícia Civil; Subjetivação; Trabalho; Esquizoanálise; Psicodinâmica do Trabalho.

## ABSTRACT

This thesis focuses on work in public safety, specifically the Civil Police of Rio Grande do Sul. It reflects on transversalizing aspects of the work of civil police officers in their relation to processes of subjectivation, from the perspective of activating life power. Therefore, it discusses the construction of the police officer subject within the Civil Police space. Its methodology adopted a cartographic perspective, seeking to follow the clues and paths presented as the study was built, in terms of field and theoretical mappings. In this cartography, the researcher will transit between landscapes and will be guided by clues emerging from the theoretical and practical field. Along the way, individual interviews were performed with police officers from different positions and places of work. Their speeches were processed by theoretical intertwining of Psychodynamics of Work and Schizoanalysis. Thinking the world of labor and the Police involves looking and reflecting on two significant fields. The possibility of construction of knowledge that allow the passage of life and production of possibilities for institutional changes and shifts resides in the bricolage of knowledges and practices. In cartographing subjects' speeches, signals emerged that were taken as categories of analysis and threads whose bindings make up the design of this thesis. Thus, we present results as follows: Territory Signal – Thread: Organization and Relations; Machine Signal – Thread: Entry and The Police Officer; Movement Signal – Thread: Shift and Affectivation. The Territory Signal is understood as existential space produced in everyday labor, marked by elements that traverse this subject's actions. The Machine Signal shows the gears and processing modes of the subject, from entry to transmutation into Police (Officer). The Movement Signal starts from understanding that even the hardest institutions keep elements of life. The Police machine is made of people, of beings of desire; therefore, it is subject to the operation of flexible lines and the production of lines of flight. In officers' speeches, there is indications that the Civil Police is moving, shifting towards working under more democratic and humanized bases. The weight of molar lines crossing the institution and the ways of working operate in the slowness of the process, but that does not mean stagnation. Through the possibilities for activation of affects in the sense of allowing the passage of the life-flows, the power of labor is found.

**Keywords:** Civil Police; Subjectivation; Labor; Schizoanalysis; psychodynamics of labor.

## RESUMÉ

Cette thèse a pour thème le travail de la sécurité publique, en particulier dans la police civile de Rio Grande do Sul. La proposition vise à réfléchir sur transversalizadores aspects du travail de la police civile dans sa relation avec les processus subjectifs dans la perspective de la vie d'entraînement de puissance. Ainsi vise à discuter de la construction de l'officier de réserve au sein de la police civile. La méthodologie de cette étude a adopté le point de vue cartographique, cherchant à suivre les pistes et les chemins qui ont été présentés comme la recherche serait construit en termes de champ et applications théoriques. En cartographie, le chercheur sera reporté à travers des paysages, en étant guidé par les indices qui émergent dans le champ théorique et pratique. De cette façon, des entretiens individuels avec des policiers dans différentes positions et les effectifs ont été organisées. Le traitement de la parole a été effectuée au moyen de l'imbrication théorique entre la psychodynamique du travail et de la schizo. Pensez le monde du travail et la police implique d'examiner et de réfléchir sur deux domaines importants. Dans connaissances et des pratiques de bricolage, il est entendu à être la possibilité de construire des connaissances qui permettra le passage de la vie et de la production de changements et de possibilités de décalages institutionnels. Dans la cartographie du discours de participants, ont émergé des drapeaux qui ont été prises comme des catégories d'analyse et de fils, à leurs amarres représentent la conception de cette thèse. Donc, nous présentons les résultats suivants: Drapeau Territoire - fils de l'Organisation et des relations; Flag Machine - Fils L'entrée et la police; Mouvement Flag - Fil déplacement et A (fe) vation. Le Land Drapeau est comprise comme espace existentiel produite dans le travail quotidien, marqué par des éléments se rapportant à faire de ce sujet. La machine de Drapeau, engrenages et sous réserve explicite de modes de traitement, l'Rejoignez la transmutation en (la) police. Le mouvement du drapeau de la compréhension que même le plus dur des institutions, la garde lui-même des éléments de la vie. La machine de police se compose de personnes désirent êtres; de sorte est soumise à des lignes flexibles de production et d'exploitation des lignes de fuite. En parlant de la police, indicative de la police civile se déplace, déplace vers base une performance plus démocratique et plus humaine. Le poids des lignes molaires qui traversent l'institution et les méthodes de travail sont des facteurs opérant dans ce processus lent, mais cela ne signifie pas stagnation. Grâce à l'activation de la touche possibilités, afin de permettre le passage du flux de vie est la puissance de travail.

Mots-clés: Police Civile; Subjectivité; Travail; La Schizoanalyse; Psychodynamique du Travail.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Policiais Entrevistados.....	22
QUADRO 2 - Objetivos, Sinalizadores e Fios.....	63
QUADRO 3 – Sinalizador Território .....	65
QUADRO 4 – Fio Organização.....	66
QUADRO 5 – Fio Relações.....	74
QUADRO 6 –Sinalizador Máquina.....	79
QUADRO 7 – Fio O Ingresso.....	80
QUADRO 8 – Fio O Polícia.....	86
QUADRO 9 – Sinalizador Movimento.....	96
QUADRO 10 – Fio Deslocamento.....	97
QUADRO 11 – Fio A(fe)tivação.....	100

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2 PERCURSOS DE APROXIMAÇÕES COM A TESE</b> .....	<b>26</b>
<b>3 TRILHAS TEÓRICAS</b> .....	<b>32</b>
3.1 TRABALHO E CONTEMPORANEIDADE .....	32
3.2 PSICODINÂMICA DO TRABALHO .....	39
3.3 ESQUIZOANÁLISE .....	43
<b>4 CAMPO DE EXPEDIÇÃO</b> .....	<b>49</b>
4.1 SEGURANÇA PÚBLICA .....	49
4.2 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL.....	54
<b>5 PERCORRENDO OS SINALIZADORES DO CAMPO</b> .....	<b>63</b>
5.1 SINALIZADOR TERRITÓRIO .....	64
<b>5.1.1 Fio Organização</b> .....	<b>65</b>
<b>5.1.2 Fio Relações</b> .....	<b>74</b>
5.2 SINALIZADOR MÁQUINA.....	79
<b>5.2.1 Fio O Ingresso</b> .....	<b>80</b>
<b>5.2.2 Fio O Polícia</b> .....	<b>86</b>
5.3 SINALIZADOR MOVIMENTO .....	96
<b>5.3.1 Fio Deslocamento</b> .....	<b>97</b>
<b>5.3.2 Fio A(fe)tivação</b> .....	<b>100</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>117</b>
<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</b> .....	<b>130</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	<b>132</b>

O crochê é uma trama de linhas realizada com uma agulha especial com um bico encurvado como um gancho, utilizada para puxar os pontos. Os trabalhos com a técnica do crochê podem ser realizados com qualquer tipo de fio ou material. Tudo depende da peça a ser executada. Nunca aprendi a fazer crochê com fios de linha, mas posso fazer crochê com fios teóricos, fios de vida, fios de trabalho. Esta tese é a minha peça em crochê. Ponto a ponto um desenho-tese vai se construindo. Esta é uma produção de conhecimento e de vida. Na escolha de fios teóricos, ensaio ligações, pontos de conexão e sentido.

## 1 INTRODUÇÃO

A presente tese tem como tema o trabalho na segurança pública, mais especificamente na Polícia Civil do Rio Grande do Sul, em sua relação com a subjetividade. A proposta envolve a discussão sobre aspectos que transversalizam os processos de trabalho, nesse espaço, produzindo modos de subjetivação e condições de possibilidade na esteira da produção de vida. Desse modo, procura problematizar a construção do sujeito policial no espaço da Polícia Civil e o lugar da segurança pública na sociedade contemporânea.

A busca está direcionada para identificar onde se localiza a potência de vida no trabalho na Polícia Civil. Em princípio, a polícia é uma organização de 'linhas duras' ou molares<sup>1</sup>, sendo que as dificuldades para trabalhar estão relatadas em diferentes estudos (ANCHIETA, 2011; HAGEN, 2006; MINAYO, 2003). Acredita-se, contudo, que todo trabalho oferece brechas, mesmo nas instituições mais tradicionais, com estruturas rígidas. Então, pode-se questionar: Por onde é possível entrever a vida neste trabalho? No início da pesquisa, já se vislumbravam dispositivos de produção de existência, que permitam a continuidade do trabalho neste *métier*<sup>2</sup>.

Não se trata de um otimismo artificial ou uma lógica motivacional. Também não se pretende oferecer mecanismos perversos, para modos de gestão que priorizem o controle sobre o sujeito. Trata-se, aqui, da problematização sobre o dualismo entre as satisfações e as dores do/no trabalho. Assim como temos infundáveis cores entre o preto e o branco, entre as vivências de prazer e de sofrimento no trabalho, devemos buscar os agenciamentos de possíveis, que permitam a (re)invenção da vida.

O adoecimento diretamente ligado aos processos e à organização do trabalho existe e deve ser denunciado. Diante da identificação de fatores geradores do

---

<sup>1</sup> No sentido expresso por Guattari e Deleuze (1997). Molar são as linhas duras, rígidas, são segmentariedades inerentes a macroestruturas com funcionamento mecânico. Molar se apresenta como cristalização do território, territorializado, demarcado, estratificado (oferece segurança). Em oposição, temos o molecular, que diz respeito às linhas moles, flexíveis, com funcionamento processual e marcado pela incerteza. Então, aqui entendemos a linha dura como fixa, que assume qualidade totalizante, da ordem do macro. E o molecular como fluxo, como movimento, que atravessa o molar, da ordem do micro, que tem a capacidade de sobre-codificar.

<sup>2</sup> Em francês, utiliza-se *métier* para designar tanto as atividades profissionais intelectuais como as artesanais. O sentido do termo traz implicado um conjunto de saberes e de saber-fazer. (REY, 2006)

adoecimento e de estagnação da vida, parte-se para discutir o que é possível fazer. O dado de realidade é que vivemos em uma sociedade na qual os processos de trabalho são fatores de subjetivação. Nesta perspectiva, o trabalho engendra fios de adoecimento, mas também fios de potência e vida. Desse modo, entende-se, como fundamental, a reflexão da Psicologia, no caso, em associação com a Esquizoanálise, sobre a relação do sujeito com seu trabalho e os atravessamentos oriundos deste encontro.

Sendo o trabalho um campo de central importância na sociedade contemporânea, este se constitui como espaço de produção ou de agravos à saúde. O trabalho não pode ser considerado como uma dimensão à parte na vida dos sujeitos, como discutido por Schlindwein (2013, p. 431):

A função social do trabalho realiza, ao mesmo tempo, a produção de objetos de serviços e a produção de trocas sociais. O funcionamento cognitivo, é preciso aduzir, não está dissociado da vida fisiológica, afetiva ou social, pois não são contextos exteriores separados.

Justifico assim a escolha, por direcionar a ênfase desta tese para os modos de trabalhar com os processos de subjetivação. Isso é distinto; porém, engloba a questão saúde e trabalho. Com esta proposição, retomo a discussão de Nardi e Tittoni (2011, p. 375):

A análise da relação entre subjetividade e trabalho busca compreender os modos como os sujeitos vivenciam e dão sentido às experiências de trabalho, assim como a forma que as relações de trabalho produzem determinados modos de constituição dos sujeitos.

Olhar o trabalho com esta lente implica também pensar a saúde do trabalhador, porém entendendo-a como produção que se dá no jogo de forças, estabelecido nos modos de trabalhar, gestionar, administrar e produzir. Isso significa tecer análises, considerando o encontro do sujeito com o trabalho, o que implica considerar as forças que transversalizam essas relações, produzindo múltiplos sentidos.

Determinadas ocupações profissionais marcam, de modo especial, os processos de subjetivação dos seus trabalhadores - é o caso da atuação na Polícia

Civil. Como afirma Minayo (2003, p.164): “[...] certos processos identificatórios produzidos pelo trabalho de determinadas categorias profissionais são tão marcantes que constituem ‘um modo de ser’, que se expressa num *ethos* próprio”.

Deve-se, assim, a escolha do campo e a opção por esta temática, por acreditar que não é possível fazer ou pensar políticas públicas de segurança, sem discutir os dispositivos de subjetivação, implicados no cotidiano de trabalho dos policiais. Esses profissionais são os operadores dessas políticas, onde a vida acontece no real do trabalho.

A palavra polícia tem origem no termo em latim *politia*, que, por sua vez, procede do grego *politeía*, derivado de *Pólis*, que significa cidade-estado e está associada à organização política, sistema de governo (CUNHA, 1986). Assim, como destaca Costa (2004), Polícia e Política são indissociáveis, não apenas pela origem etimológica em *Pólis*, mas em razão de a polícia exercer uma atividade política, sendo um modo de exercício de poder por parte do Estado.

No dicionário (FERREIRA, 1999), encontramos como significado do termo Polícia tanto a definição de ordem quanto a de segurança pública, no sentido do conjunto de leis e/ou regras impostas aos membros de uma sociedade com o objetivo de garantir o ordenamento e a tranquilidade pública. A palavra também pode indicar a organização policial, o corpo de funcionários incumbidos de fazer respeitar essas regras e de reprimir o crime, assim como os membros desta corporação.

Temos no Brasil diferentes Polícias: Militar, Civil, do Exército, Federal, Rodoviária, de acordo com a função e o âmbito de atuação. A diferença entre cada corporação será desenvolvida mais adiante nesta escrita. Na medida em que a Segurança Pública é uma das maiores questões de debate da sociedade contemporânea, em especial considerando o quadro social brasileiro, pensar e produzir sobre seus trabalhadores apresenta-se como um modo de contribuição da Psicologia às políticas públicas dessa área.

A polícia brasileira (incluindo polícias militares e polícias civis) é a polícia que mais mata no mundo. Ao mesmo tempo, em termos de vitimização dos agentes também apresenta número alarmantes. Estas são as conclusões obtidas a partir do 7º anuário Brasileiro de Segurança Pública (2013)<sup>3</sup>. Os dados apresentados

---

<sup>3</sup> O Anuário Brasileiro de Segurança Pública é uma publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), organização não governamental, que tem como objetivo o aprimoramento da gestão

evidenciam um cenário de crise, em termos do modelo das políticas de segurança pública e das corporações policiais no Brasil. Deve ainda ser considerada a possível subnotificação, decorrente da dificuldade e do tabu, envolvidos tanto com a letalidade quanto com a vitimização policial.

De acordo com Bueno, Cerqueira e Lima (2013), em termos de letalidade policial, ou seja, mortes produzidas por esses agentes de estado, há o indicativo de que cinco pessoas, em média, são mortas diariamente no país. Como comparativo, temos o México com média de 4,5; Estados Unidos, com 1,2; África do Sul e Venezuela, ambas com 1,9. Vale refletir que, se por um lado, temos uma polícia violenta, por outro, os policiais, trabalhadores do cotidiano da segurança pública também estão expostos a um cotidiano de risco. Souza e Minayo (2013) apresentam uma discussão, na qual, tomando como parâmetro a taxa de homicídio da população em geral, de 24,3 por 100 mil habitantes, um policial apresenta um risco três vezes maior de ser assassinado, com taxa de 72,1. Estes números, em termos absolutos, são menores apenas que o México e os Estados Unidos.

Nesse sentido, segurança pública e as organizações policiais constituem-se como temas importantes na produção científica, pois o conhecimento acadêmico pode e deve contribuir para a construção de propostas de enfrentamento para esta complexa realidade.

O estudo do entrelaçamento da relação entre subjetividade e trabalho, na área da Segurança Pública, tem sido foco de interesse ao longo de minha trajetória acadêmico-profissional. Nos estudos anteriores (BAIERLE, 2002, 2007; BAIERLE; MERLO, 2008), a atenção foi centrada nos operadores de segurança em nível municipal, ou seja, nos guardas municipais. Neste momento, a proposta envolve servidores da Polícia Civil do Rio Grande do Sul.

A opção por esse segmento policial está ligada ao interesse em refletir sobre esse trabalhador, que tem outorgado, pelo Estado, o poder de polícia, sem ter o atravessamento da hierarquia militar. Soma-se ainda o indicativo de haver uma carência de estudos sobre esses trabalhadores, como referido por Anchieta et al. (2011).

---

da segurança pública e da atividade policial no Brasil, por meio do intercâmbio e cooperação técnica. O Anuário propõe-se a organizar, a consolidar e a difundir o conhecimento produzido no campo da segurança pública brasileira. O FBSP foi constituído em março de 2006 e a 1ª edição do Anuário foi publicada em 2007.

O grupo de pesquisa de minha vinculação, Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho da UFRGS (LPdT), tem produzido diferentes estudos com categorias profissionais diversas. A maioria das pesquisas realizadas no LPdT abordam questões relativas aos trabalhadores do Serviço Público em diferentes âmbitos. Cruz (2003) e Magnus (2009) realizaram estudos junto aos trabalhadores de um Hospital Psiquiátrico Público. Bottega (2009) efetuou pesquisa com educadores sociais vinculados a uma escola municipal. Beck (2010) discutiu o trabalho da enfermagem no setor de emergência de um hospital público. Bosco (2013) concluiu dissertação sobre os servidores públicos, vinculados à Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. Também foi realizada pesquisa com foco nos trabalhadores de justiça na esfera federal (TRENTINI et al., 2010).

No sentido da inserção desta tese no contexto do Laboratório, merecem destaque os diferentes estudos realizados junto aos operadores de segurança pública. Spode (2006) explorou a realidade de trabalho de capitães da Brigada Militar. Também no âmbito da Polícia Militar, Müller (2012), realizou estudo com o Pelotão de Operações Especiais. A Guarda Municipal de Porto Alegre foi centro dos meus estudos (BAIERLE, 2007) e de Castro (2010).

Nesse sentido, tem-se como objetivo geral: Refletir sobre aspectos transversalizadores do trabalho do policial civil, em sua relação com processos de subjetivação, na perspectiva do acionamento de potência de vida. Como objetivos específicos, pretende-se discutir questões transversais do ofício de policial; analisar a construção de modos de subjetivação nesse campo de atuação profissional; reconhecer dispositivos de produção de vida e potência nesse ambiente de trabalho.

Diante do exposto, fica assim enunciado o problema de tese: considerando aspectos inerentes e que se vinculam à atividade do policial civil, em sua relação com os processos de subjetivação, existem possibilidades de acionamento de potência de vida e (re)invenções institucionais?

As questões orientadoras que conduzem esta tese são: Como se organizam os processos de trabalho do policial civil? Que implicações produzem os modos de subjetivação nesse campo de atuação profissional? Quais as possibilidades de produção de vida e potência nesse ambiente de trabalho?

Acredito e busco uma construção que possa ser produção de conhecimento acadêmica e igualmente contribuir para os sujeitos da vida onde ela acontece, considerando que se trata de uma pesquisa empírica. Assim, segue-se a

apresentação e discussão relativa aos aspectos metodológicos, na explicitação das concepções a priori e na descrição dos procedimentos escolhidos.

Esta tese foi produzida a partir da perspectiva da pesquisa qualitativa, que para Minayo (2004), opera com um universo de valores, crenças e motivações que não pode ser captado ou percebido por estatísticas e equações. A pesquisa é atravessada pela cultura onde estão inseridos o pesquisador e os sujeitos da análise. A cultura não é puramente um lugar subjetivo, mas também é o palco onde se desdobram as relações políticas, econômicas e sociais.

Complementando esta ideia, Rocha e Aguiar (2003) argumentam que a pesquisa qualitativa está ligada à processualização da vida, sendo da ordem das intensidades. A problematização junto aos e com os sujeitos do estudo sempre terá desdobramentos, sempre envolve afecção, facultando novos modos de subjetivação.

A realidade e os objetos são construídos de forma plural e entrelaçada. Não podem ser depurados, sob pena de mutilação e perda de sentido. O olhar não se fixa apenas no resultado final, mas no processo em si. O empenho é por construir o conhecimento onde a vida acontece. Investigar as pessoas em suas relações e interações, em seu território, em seu próprio devir<sup>4</sup>.

Agrada-me a proposta de uma bricolagem, de não seguir em uma direção linear. Em algum ponto do doutorado, passou a fazer sentido a ideia de que a tese só seria possível na amarração, na conexão de diferentes aspectos teóricos e práticos. Considero que não se faz produção de conhecimento, na repetição do mesmo. Entendo que a proposta de ineditismo e originalidade que deve estar presente em uma tese emerge da/na perspectiva de costuras e colagens, que possibilitem um pensar 'outramente', que habita o lugar da invenção possível no encontro de teorias e práticas.

Como modo de apreensão do cotidiano de trabalho, a proposta original do projeto de pesquisa trazia, em seu escopo, a realização de observações e entrevistas em duas delegacias de Porto Alegre. As observações seriam registradas em diário de campo, sendo a proposta de acompanhar o cotidiano de trabalho dos policiais diretamente nas delegacias. A partir desse contato, seriam efetuadas as

---

<sup>4</sup> Do francês *devenir* - passar de um estado à outro, tornar-se. (Le Robert micro, 2006) expressão utilizada na filosofia para expressar movimento de transformação, vir a ser. Aqui tomamos devir no entendimento esquizoanalítico, como fluxo, sendo da ordem da economia do desejo (GUATTARI; ROLNIK, 1986). Devir não significa uma evolução, não é tornar-se um ser outro, mas fazer aliança com a heterogênese, guardar em si mesmo a diferença. (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

entrevistas individuais semiestruturadas, com os agentes que aceitassem o convite para participar dessa etapa da pesquisa.

O objetivo não era de comparação, mas de expansão do campo de investigação, visando à qualificação da análise. A proposta de acompanhar duas delegacias ia ao encontro de seguir o cotidiano de trabalho não apenas de um estrato dos servidores da polícia, mas abranger as categorias administrativa e operacional.

Na formalização da pesquisa, o projeto foi encaminhado para análise e aprovação da chefia de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. Este procedimento visou à entrada institucional no campo, com o objetivo de não causar desconforto ou questionamentos, quanto ao modo de proceder da pesquisadora, às intenções da pesquisa e ao método a ser utilizado.

A tramitação do projeto e sua análise envolveram um período de tempo maior do que o inicialmente esperado. Ao final desse processo, a pesquisa foi autorizada; porém, não com relação ao acompanhamento cotidiano das delegacias. O que foi levantado, como impedimento, foi o fator de risco presente na atividade policial e, por conseguinte, nos espaços das delegacias.

A partir desse resultado, respeitando a limitação estabelecida, optou-se por um redesenho dos procedimentos propostos. O investimento, em termos da inserção no campo, então, foi direcionado para as entrevistas individuais. Deste modo, procedeu-se o contato com diferentes servidores da Polícia Civil, com o objetivo de convidá-los a participar da pesquisa. Manteve-se o critério de não focar apenas em um segmento dos trabalhadores.

A frustração inicial abriu espaço para a invenção. Caminhos outros se fizeram necessários, sendo este *detour*<sup>5</sup> considerado na construção do campo de análise. Foram entrevistados individualmente 07 (sete) policiais civis de diferentes espaços de trabalho, sendo 02 (dois) delegados e 05 (cinco) agentes<sup>6</sup>. Os trabalhadores entrevistados foram acessados por conveniência, sendo 04 (quatro) lotados no interior do estado e 03 (três) em Porto Alegre. Não houve uma intencionalidade em termos de gênero, pois este não era um ponto de foco na discussão desta pesquisa.

---

<sup>5</sup> “Traçado que desvia do caminho direto; ação de percorrer um caminho mais longo que o caminho direto”. Tradução livre do original: “Tracé qui s’écarte du chemin direct [...] Action de parcourir un chemin plus long que le chemin direct”. (REY, 2006, p.378).

<sup>6</sup> O termo agente é utilizado aqui para designar os policiais que não são os Delegados: escrivães, inspetores e investigadores.

<b>Identificação</b>	<b>Cargo</b>	<b>Lotação</b>	<b>Atuação</b>
D1	Delegada	Interior	Ponta
D2	Delegado	Capital	Gestão
A1	Inspetor	Interior	Ponta
A2	Inspetora	Interior	Ponta
A3	Inspetora	Capital	Ponta
A4	Escrivã	Interior	Ponta
A5	Escrivão	Capital	Gestão

**Quadro 1: Policiais Entrevistados**

As entrevistas não foram gravadas. Esta opção partiu da pesquisadora, por acreditar que o gravador acaba em alguma medida por artificializar o encontro. A proposta da entrevista foi apresentada para os participantes, como sendo um ‘conversar sobre’. Neste aspecto, não seria gravada, mas seriam feitas anotações sobre o que estava sendo tratado. As anotações foram feitas de modo que os sujeitos pudessem ler o que estava sendo escrito, se assim o desejassem, visando não gerar questões persecutórias. Todos os participantes concordaram com a proposta e indicaram que essa seria uma questão importante para muitos, visto tratar-se de assuntos delicados e que o gravador poderia intimidar.

A proposta era de registrar as falas que, no momento da coleta, fossem tomadas como significativas, a partir da impressão primeira sobre a conversa, não o que fosse posteriormente depurado a partir das transcrições. Corre-se o risco de perder expressões? Sim, porém, ganha-se, no sentido da implicação e do impacto do é dito. Pesquisar é correr riscos. Entre esses, os atravessamentos da visão/percepção do pesquisador.

Este estudo seguiu a orientação da perspectiva da cartografia. Para isso, foi necessário percorrer alguns espaços de trabalho no âmbito da polícia civil, a partir das possibilidades que foram se construindo. Nesse aspecto, foi possível dialogar com policiais que atuam na ponta, nas delegacias e policiais que atualmente estão na gestão, vinculados à administração e à coordenação da Polícia Civil. Nesse trajeto, foi possível conhecer alguns espaços de especial importância, ao pensar na produção da tese e o acompanhamento desse sujeito policial: o Serviço de Assistência Social (SAS) e a Academia de Polícia (ACADEPOL).

O método e/ou procedimento<sup>7</sup> da cartografia, é tomado da proposição de Deleuze e Guattari (1995). Trata-se de uma perspectiva que parte da ideia de cartografia da Geografia, sendo empregada no sentido de um processo teórico-metodológico. Rolnik (2006, p.23) afirma que: Para os geógrafos, a cartografia – diferentemente do mapa; representação de um todo estático – é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem.

De acordo com Kastrup (2007), a Cartografia é um método que vem sendo empregado nas pesquisas com foco no estudo da subjetividade. Cartografar é acompanhar processos, percorrer caminhos, abrindo-se à experimentação, no entendimento de que toda pesquisa é intervenção (PASSOS; BARROS, 2009).

Da arte, técnica e ciência da elaboração de mapas e cartas, passamos, então, à construção da representação de paisagens psicossociais. Recolher os fios, as narrativas de mundos que permitem a elaboração de um esboço-mapa, no caso, esta tese. Trata-se de mapa complexo que envolve múltiplas expressões e conexões, ações, intensões e afetos. O proposto vai ao encontro do que Passos, Kastrup e Escócia (2009, p. 10 - 11) apontam:

[...] a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o *metá-hódos* em *hódos-metá*. Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas este é ressignificado.

Conforme Kirst e Fonseca (2003), a cartografia procura extrair as sensações da pesquisa. Neste sentido, Baremblytt (2003) associa a pesquisa cartográfica a uma carta de navegação, sendo objetiva, mas também subjetiva e política. Serve ao propósito de uma viagem singular, única e irrepetível; contudo, é possível que outros se sirvam dela para construir o próprio percurso. Diferente de ter um projeto fechado com objetivos engessados e uma única direção, no caso da cartografia as direções são múltiplas e o sujeito se deixa guiar pelos fluxos.

No processamento das falas dos policiais, emergiram sinalizadores que serão aqui tomados como categorias de análise. Da mesma forma que o cartógrafo, o

---

<sup>7</sup> Existe uma divergência em relação à cartografia, no que diz respeito a ser um método ou um procedimento metodológico. Essa divergência é abordada por Rosário e Aguiar (2012).

pesquisador precisa perder-se para encontrar outros rumos, desviar do caminho inicialmente estabelecido. Deste modo, pode favorecer e permitir a construção do conhecimento de fato, já que pesquisar com o objetivo de chegar no porto já conhecido, estabelecido a priori, não permite a produção inventiva, mas tão somente a reprodução. Nesse sentido, entendemos que é nesta etapa que o pesquisador vai transitar, reterritorializar, não apenas buscar um equilíbrio estático ou avanços a uma verdade pré-determinada (KIRST; FONSECA, 2003).

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. Talvez me digam que esses jogos consigo mesmo têm que permanecer nos bastidores; e que no máximo eles fazem parte desses trabalhos de preparação que desaparecem por si sós a partir do momento em que produzem seus efeitos. Mas o que é filosofar hoje em dia — quero dizer, a atividade filosófica — se não consistir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe (Foucault, 1984 p.13).

## 2 PERCURSOS DE APROXIMAÇÕES COM A TESE

Este pedaço de escrita tem a função (ou a pretensão) de contar a história do percurso dos atravessamentos dos afetos e da vida nas implicações teóricas, metodológicas e epistêmicas desta produção. O percurso que leva à construção deste estudo, em nível de doutoramento, traz imbricada minha história. O caminho percorrido foi intrincado e corresponde ao processo de construção do conhecimento que está exibido neste texto. Nesse sentido, neste primeiro 'trajeto', serão apresentados alguns aspectos introdutórios que servem como uma espécie de 'guia' para a leitura da tese e, ao mesmo tempo, trazem a narrativa deste processo de produção, do ponto de vista das minhas implicações como pesquisadora-psicóloga.

Penso na construção da tese como um lançar-se ao desconhecido, no sentido de que o caminho nem sempre é novo ou inédito, mas a trajetória e o porto são, com certeza, sempre outros. Isso ocorre porque a leitura e a expressão são sempre singulares - mesmo que, por aqui, outros já tenham passado.

Partindo dos estudos realizados para o Mestrado, na perspectiva *Strictu-Sensu* da Psicodinâmica do Trabalho, trouxe para o doutorado algumas inquietações. A intenção inicial era a de aprofundar algumas discussões sobre as possibilidades desta proposta teórica e metodológica.

Com este foco, o projeto inicial, para ingresso no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, teve como tema: A Psicodinâmica do Trabalho como instrumento de intervenção em saúde no âmbito da segurança pública. A proposta já transitava pela temática subjetividade e trabalho; porém, sinalizava a intenção de pesquisar as possibilidades teórico-metodológicas da Clínica Psicodinâmica do Trabalho, como ferramenta de promoção de saúde no trabalho.

Ao longo das disciplinas cursadas no Doutorado, das discussões no Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho e do movimento de produção do projeto de tese, fui construindo uma reflexão sobre o fato de não ter exatamente um problema de pesquisa, mas um campo de investigação: a Polícia Civil<sup>8</sup>. Com o

---

<sup>8</sup> "As Polícias Cíveis são os órgãos do sistema de segurança pública aos quais competem, ressalvada competência específica da União, as atividades de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, exceto as de natureza militar". (BRASIL SENASP, 2014.)

doutorado sanduíche, que ocorreu no período de janeiro de 2011 a janeiro de 2012, vinculado à Université Catholique de Louvain, em Louvain-la-Neuve – Bélgica, sob orientação do Professor Thomas Pérrilleux<sup>9</sup>, os questionamentos se intensificaram.

O estágio doutoral oportunizou a circulação entre Bélgica e França, e o contato com professores que pesquisam e atuam na área das Clínicas do Trabalho. Dessa maneira, pude acompanhar encontros, colóquios e/ou reuniões junto ao Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAN) - Professores Christophe Dejourns, Yves Clot, Dominique Lhuillier e Eric Hamraoui - e à Universidade Paris XIII - Professoras Pascale Molinier e Malika Litim.

O contato direto com pesquisadores de referência internacional, na área das Clínicas do Trabalho, trouxe elementos para (re)pensar o projeto de tese. Desse modo, ampliaram-se as inquietações com relação ao problema de pesquisa e à Clínica Psicodinâmica do Trabalho.

A Psicodinâmica do Trabalho apresenta um instrumental técnico de pesquisa bastante estruturado, com passos bem definidos a serem seguidos. Por meio desse instrumental, é possível compreender a relação dos trabalhadores com a organização do trabalho, principalmente identificando os mecanismos coletivos e individuais de defesa, empregados para a manutenção do engajamento subjetivo no trabalho. Foi o que se evidenciou com a pesquisa realizada em nível de Mestrado. Segundo a Psicodinâmica, é possível ocorrer uma mudança na organização do trabalho, a partir da construção de um espaço coletivo de troca, entre os trabalhadores, de tal forma que ocorra a perlaboração<sup>10</sup>.

A Psicodinâmica do Trabalho traz, em seu bojo, uma proposta muito interessante, ao centrar seus estudos na normalidade e não na patologia. Nessa perspectiva, sempre entendi que pretendia trabalhar com uma questão preventiva em termos de saúde mental e trabalho. O fato de que minhas atividades envolviam os coletivos sinalizava para um resgate da cooperação, da solidariedade e, portanto, dos laços sociais. Trata-se de um ponto importante, nos dias de hoje, em que

---

<sup>9</sup> Sociólogo, Professor da Universidade Católica de Louvain, Bélgica. Doutor em Sociologia, Membro do Laboratório Globalização, Instituição, Subjetivação e Pesquisador Associado ao Grupo de Sociologia Política e Moral.

<sup>10</sup> O conceito tem origem na psicanálise freudiana (*Durcharbeitung*: *durch* - travessia e *Arbeit* – trabalho). Seu significado está ligado ao processo de elaboração interpretativa, sendo utilizado por Christophe Dejourns no sentido do movimento do coletivo de trabalhadores para a compreensão da organização do trabalho e a abertura em direção a sua ressignificação. Por meio da Perlaboração é possível aos trabalhadores, retomar a capacidade de pensar e sentir sobre o trabalho. (MARTINS, 2013)

vivemos um estímulo ao individualismo e à competitividade, principalmente no mundo do trabalho.

A pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho caracteriza-se como pesquisa-ação (DEJOURS, 1992; 2004), com funcionamento orientado para a mobilização do trabalhador, por meio da palavra, para a transformação e implicando o envolvimento participativo dos sujeitos da pesquisa. Importante destacar que a Psicodinâmica do Trabalho constitui-se como campo teórico-metodológico, ou seja, propõe um método de pesquisa-ação que está apoiado por uma concepção teórica e epistemológica.

Esse ponto foi se construindo como um tensionamento, pois meu entendimento sobre a Psicodinâmica do Trabalho, sempre foi como pesquisa-intervenção. Ao pensar sobre minha questão de pesquisa, tomei essa inquietação como orientação. Desse modo, o campo estava definido (a Polícia Civil) e serviria como cenário para refletir e discutir sobre a proposta da pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho.

Deste modo, o projeto de tese encaminhado para qualificação apresentava como questões: É possível entender a psicodinâmica do trabalho como pesquisa-intervenção? Quais são as aproximações e impedimentos teóricos, epistemológicos e práticos para tanto?

Embora comumente tomadas como sinônimos, pesquisa-ação e pesquisa-intervenção implicam em pressupostos diferenciados. Ambas se amparam nas formulações das pesquisas participativas, que se opõem à lógica positivista de ciência, amparada na dicotomia entre teoria/prática e sujeito/objeto (ROCHA; AGUIAR, 2003; PAULON, 2005; ROCHA, 2006). A pesquisa participativa exige um deslocamento na postura de pesquisador e pesquisados, quebra com a ideia de objetividade e hierarquia de saberes. Nesta perspectiva, a produção de conhecimento se dá no encontro entre o saber do pesquisador e o saber dos sujeitos participantes da pesquisa (ROCHA; AGUIAR, 2003). Desse modo, a pesquisa participativa vai colocar em associação o pesquisador e o campo de pesquisa.

A pesquisa-ação referencia-se na Psicossociologia (em sua vertente norte-americana) e entende o sujeito de pesquisa como ativo no processo de produção de conhecimento. O planejamento das ações, tanto de investigação como de ação, para a mudança, envolve aspectos importantes que norteiam a pesquisa-ação. Desdobrando o termo, é possível dizer que a pesquisa-ação é um modo de

investigação que utiliza técnicas de pesquisa (entrevista, observação, dinâmicas) visando uma ação de transformação sobre a prática cotidiana, que passa pela conscientização dos sujeitos (ROCHA; AGUIAR, 2003; TRIPP, 2005).

A pesquisa-intervenção, por sua vez, tem seu referencial calcado na Análise Institucional Francesa. Trabalha em uma perspectiva micropolítica, na busca ativa da construção de um campo de problematização (ROCHA, 2006). Entende a pesquisa como ato político, de crítica à concepção positivista de ciência e pesquisa. Nesse sentido, opera na busca de desnaturalizar a relação pesquisador-campo/objeto de conhecimento. Passos e Barros (2000) destacam que, para além da proposição da pesquisa-ação, de colocar o pesquisador no campo, considerando mútuas influências, o que entra em questão na pesquisa-intervenção é a noção de implicação. Desfaz-se a dicotomia sujeito/objeto, uma vez que ambos se produzem, simultaneamente. O que existem são processos de subjetivação e objetivação. Nas palavras de Paulon (2005, p. 22):

Não mais numa relação dialética de mútua interferência, mas a partir de uma perspectiva na qual já não se trata da melhor forma de apreender sujeito e objeto, mas de como acompanhar processos de subjetivação que se objetificam e corporificam não necessariamente em sujeitos individuados. O problema de pesquisa assim compreendida passaria a ser formulado em termos de como acompanhar as diversas expressões dos processos de singularização.

A partir do momento da qualificação do projeto de tese, em abril de 2012, as questões inicialmente colocadas como condutoras foram se transformando, e, por consequência, o mesmo ocorreu com o problema e os objetivos de pesquisa. Os questionamentos lançados pelas professoras participantes da banca<sup>11</sup> reverberaram e reorientaram o sentido do estudo, que migrou de uma pesquisa com foco na Psicodinâmica para uma pesquisa com foco nos trabalhadores da segurança pública e nos atravessamentos produzidos desde os processos de trabalho neste campo.

Essa mudança ocorreu por perceber que a proposta, como estava apresentada, encaminhava a tese para um estudo teórico, sendo que não era essa a minha intenção. O plano do doutorado e, portanto, da tese, nunca passou por um

---

<sup>11</sup> Profa Dra. Ana Magnolia Bezerra Mendes (PPGPSTO - UNB, Profa Dra. Janine Kieling Monteiro (PPGP - Unisinos) e Profa Dra. Jussara Maria da Rosa Mendes (PPGPSI – UFRGS).

estudo exclusivamente teórico. Não caberia nesta tese um aprofundamento sobre pesquisa-ação e pesquisa-intervenção. Este seria o tema para outra pesquisa. O campo apresentava-se como direcionamento desde o início, como o grande orientador da produção. Percebi, então, que o foco estava no trabalho e no trabalhador da Segurança Pública. Sendo assim, em função de concepções teóricas e pessoais, a escolha teve outra perspectiva.

Reconheço a importância da Psicodinâmica do Trabalho para os estudos e as intervenções no campo trabalho. Mais que isso, tive a possibilidade de experienciar, na prática, as possibilidades desta Clínica do Trabalho (BAIERLE, 2007; BAIERLE; MERLO, 2008). Neste momento acadêmico, porém, a opção é por outra teoria, por fazer algo diferente. A escolha foi guiada pelo que reverbera em mim, em termos da reorientação dos objetivos da pesquisa.

Houve, então, um redirecionamento teórico da pesquisa, com a associação entre saberes da área da Psicodinâmica do Trabalho e da Esquizoanálise. Esta relação foi se evidenciando, a partir de meu percurso acadêmico-profissional e de vida – digo isso, porque entendo que não separamos a construção cotidiana de vida de nossos posicionamentos epistêmicos. A associação é, portanto, coerente com a importância que atribuo aos processos de subjetivação e aos atravessamentos de um cenário mais amplo, no qual esses trabalhadores estão inseridos. O trabalho é produção e essa produção não acontece ‘em qualquer lugar’, mas em territórios subjetivos que precisam ser compreendidos. Pretendo, com isso, a produção de um conhecimento que auxilie no sentido de potencializar o surgimento de melhores condições de trabalho e de vida, para os profissionais envolvidos. Deste modo, também tenho a intenção de contribuir para as discussões sobre a Polícia Civil como organização, partindo da premissa de que melhorias nas condições de trabalho dos policiais podem implicar em melhorias na qualidade dos serviços prestados à população.

Não se trata de negar a importância da Psicodinâmica na compreensão do sujeito em relação com o trabalho e o trabalhar, mas de buscar conexões de sentido na trilha da expansão da vida, considerando a complexificação do mundo do trabalho na Pós-Modernidade. Escolho trabalhar com a Esquizoanálise na produção desta tese, em primeiro, porque a Esquizoanálise, como perspectiva teórica, me instiga a pensar e a problematizar o mundo em que vivemos. Depois, porque estão em jogo dois territórios significativos, o mundo do trabalho e a polícia, e a

Esquizoanálise parece trazer uma proposta, no sentido do que ousa potencializar a vida. Trata-se de uma leitura de mundo, onde a criação de possíveis se faz presente, mesmo nos contextos mais duros, onde a criação de outros modos de existência se apresenta como porta de saída/entrada para a invenção da vida.

Nesse ponto, cabe esclarecer que não pretendo aqui também fazer uma ‘tese sobre a esquizoanálise’. A proposição é trazer a teoria para este ‘crochê’, no que entendo poder contribuir para o desenho desta produção. Então, serão abordados alguns conceitos que percebo serem fundamentais como substratos teóricos desta escrita. Embora, em um primeiro olhar, esta trama teórica possa causar estranhamento, entendo possível, assim como outros pesquisadores-artesãos (NERI, 2003; ZIEBELL, 2012), realizar este exercício de aproximação. No tensionamento entre perspectivas, há a possibilidade de construção de dispositivo para a produção de análises, na trilha da expansão da potência de intervenção junto ao campo do trabalho.

Os estudos sobre o trabalho na Polícia Civil não são novidade e contam com importantes produções, dentre as quais podemos citar Minayo (2003), Hagem (2006) e Anchieta (2011). Então, o questionamento passou a ser o que propor de modo a agregar conhecimento ao que já foi produzido? A busca era no sentido de encontrar pistas sobre aonde as minhas preocupações levariam a mim e à sociedade, de tal forma a compreender algo realmente sinalizador para um devir conhecimento, um devir mundo do trabalho, para uma contribuição não apenas descritiva, mas efetivamente propositiva de mudança, aliada à mutação dos tempos e do contexto socioeconômico e político e do mundo do trabalho.

Após contar a história dos (des)caminhos que se construíram no decorrer do Doutorado parto agora para os desdobramentos que se apresentam como paragem atual.

### 3 TRILHAS TEÓRICAS

O objeto da escrita que segue consiste em apresentar as teorias que estão discutidas ao longo da tese, expressando a concepção desta pesquisadora sobre os fios conceituais e teóricos que se entrelaçam: trabalho e contemporaneidade, a Psicodinâmica do Trabalho e a Esquizoanálise.

#### 3.1 TRABALHO E CONTEMPORANEIDADE

Esta etapa da escrita pretende apresentar uma discussão sobre o cenário do mundo do trabalho na contemporaneidade. Trata-se de demonstrar a emergência das complexidades da contemporaneidade, a partir de suas mutações, com o atravessamento da tecnologia, da aceleração do tempo e da imaterialidade do trabalho. Para tanto, a organização do texto inicia por meio da abordagem das principais características da contemporaneidade, ligando-as, a seguir, com o mundo do trabalho, na produção de implicações nos modos de trabalhar.

As transformações dos modos de vida na contemporaneidade geram um sentimento de insegurança generalizado. Esta sensação de insegurança, que se estende e penetra no tecido social, vem do medo do incerto. Conforme referido por Saraiva e Veiga-Neto (2009), a vida organizada, planejada e previsível não mais existe. O que temos hoje é a existência atravessada pelo tempo acelerado, pela multiplicação da tecnologia e múltiplas formas de trabalhar e se relacionar.

Harvey (1992) salienta as mudanças no modo de funcionamento do capitalismo, a partir da década de 1970, marcado principalmente pela transição do fordismo para a acumulação flexível. Estas mudanças não são totais e absolutas, nem atingem simultaneamente todos os aspectos da vida. São parte de uma transição histórica que está longe de ser finalizada.

Ao conjunto dessas modificações econômicas, sociais e tecnológicas, se convencionou o nome de Pós-Modernidade. Ao avaliar o sentido deste termo, Harvey (1992) chama a atenção para as discrepâncias existentes e afirma que a concordância talvez esteja apenas em ser uma reação ao modernismo. Um

afastamento da austeridade do moderno, das verdades absolutas, do positivismo tecnocêntrico, do progresso linear, do planejamento racional de ordens sociais ideais e da padronização do conhecimento e da produção.

Modernidade e Pós-Modernidade são entendidas e tomadas aqui como períodos históricos. Na perspectiva desenvolvida por Souza e Bianco (2011), não se pretende, portanto, uma discussão que adote estes termos como correntes de pensamento ou posições epistemológicas.

No capitalismo da Pós-Modernidade, encontram-se processos que parecem indicar movimentos de ir e vir entre avanço e retrocesso, nas formas de trabalho. As novas tecnologias geraram excedente de força de trabalho, que tornou possível o retorno de sistemas exploratórios de trabalho, do trabalho doméstico e familiar, do trabalho informal.

Como afirma Guattari (1991), é impossível voltar a viver modos anteriores de vida, modos de outro momento das relações sociais e tecnológicas. Considerando as revoluções informáticas e da aceleração das velocidades: “[...] jamais o trabalho humano ou o habitat voltarão a ser o que eram há poucas décadas” (GUATTARI, 1991, p. 24).

As características da Pós-Modernidade são causa e efeito de toda uma conjuntura econômica, política, cultural e ética que vem transformando o mundo e as relações internacionais. Acentuam as diferenças impostas pelo capital e empurram milhões de pessoas para a exclusão social e a marginalidade.

A Pós-Modernidade ou a contemporaneidade tem como uma de suas principais características o crescente incentivo ao consumo. O capitalismo faz crer que é o consumo que nos fará feliz. Nesse sentido, segundo essa lógica, as pessoas valem pelo que possuem e não pelo que são. Em meio a isso, a solidariedade fica esquecida (NARDI, 2004).

A mesma lógica é expressa por Antunes (1998), ao afirmar que junto à globalização produtiva – a lógica do mercado – tem-se a constituição de uma sociedade de excluídos. As coisas valem por seu valor de troca; as pessoas, por sua capacidade de consumo.

Como afirma Deleuze (1992), hoje o homem é o homem endividado, preso à necessidade de consumo:

O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas. (DELEUZE, 1992, p. 224).

No mesmo sentido, Merlo (1999, p. 104) refere-se à grande parcela de excluídos da população brasileira, como pessoas sem acesso a condições mínimas de vida. Isso claramente transparece nos dados dos acidentes e doenças do trabalho que parecem indicar duas categorias em nossa sociedade: “[...] uma parte restrita tem acesso ao consumo, ao mercado de trabalho formal e ao atendimento de saúde, e uma grande maioria apenas sobrevive. E isso quando pode”.

O modo capitalista de produção está sempre orientado para a expansão. A crise não é definida pelas condições sociais, culturais ou consequências políticas, ecológicas e outras, mas sim pelas questões econômicas, o chamado mercado (HARVEY, 1992).

Ao contrário da seleção natural das espécies, este panorama não tem nada de natural. É construído e mantido por sujeitos, homens e mulheres que nele tomam parte. Injustiça e sofrimento passam a ser naturalizados, ao ponto de serem vistos como aspectos inerentes à sociedade. De fato, a injustiça passa a ser dissociada do sofrimento, como modo de autoproteção. Desta maneira, não vendo o sofrimento como injustiça, mas sim como adversidade, a dor do outro é tolerável, “[...] o sofrimento como adversidade não reclama reação política” (DEJOURS, 2005, p. 19).

Nardi (2004) aponta que, hoje, o enfraquecimento da solidariedade, devido à fragmentação da classe trabalhadora, à destruição das garantias presentes na legislação trabalhista e, sobretudo, à valorização do individualismo e da competição, criou as condições para o surgimento de um sujeito que não se sente responsável pelo laço social ou nele implicado. O que está em questão é a desfiliação, a ruptura do contrato social e a relação de afiliação, a vida em sociedade. Com isso, há um novo quadro de desigualdade.

A dinâmica econômica e social que se tem hoje apresenta o trabalhador jogado a sua própria sorte, já que o discurso vigente fala do vencer por sua competência, sendo o fracasso culpabilizado individualmente. Neste quadro, há uma ampliação das desigualdades sociais, com conseqüente aumento da violência e criminalidade.

Na década de 1990, houve a emergência da chamada era das incertezas e das conflitualidades. Novas questões sociais foram colocadas, não se tratava mais somente do conflito capital x trabalho. É a década que foi definida pela ONU como década do social, na qual tiveram lugar inúmeras conferências mundiais centradas em questões sociais, como, por exemplo, a Eco 92<sup>12</sup>. Também viveu-se a emergência do novo internacionalismo, com questões relacionadas à ecologia, ao meio-ambiente, à fome, à exclusão e ao racismo. No mundo do trabalho, surgiu o pós-fordismo e as novas formas de gestão, marcadas principalmente pela desregulamentação. (SANTOS, 2002)

Mendes e Wünsch (2009. p.242) identificam características que se mostram presentes na contemporaneidade, em uma reconfiguração do mundo do trabalho: tais como o processo de reestruturação produtiva; diferentes formas de produção, de gestão e organização do trabalho; condições e relações precarizadas; intensificação; incertezas e inseguranças.

Pensar o trabalho e o trabalhador na atualidade é um meio de desnaturalizar esta engrenagem do sistema capitalista liberal. Vivenciamos hoje um momento de mudanças no mundo do trabalho, com o advento principalmente dos novos modos de gestão (GAULEJAC, 2007) e um conseqüente incremento dos casos de adoecimento no trabalho. Estudos têm dado ênfase aos adoecimentos, como as situações de suicídios e afastamentos prolongados (DEJOURS; BÈGUE, 2010; PEZÉ, 2010). Nesta esteira, são desenvolvidas propostas de ambulatórios de saúde mental e trabalho, voltados ao atendimento destes trabalhadores adoecidos. Cabe destacar que esta é uma questão de suma importância e um espaço que deve ser construído. Está, inclusive, na contramão da história da saúde pública, onde os profissionais, na maioria das vezes, não conseguem visualizar a relação entre o adoecimento e o trabalho.

Gaulejac (2007) apresenta a gestão como tecnologia de poder e mercantilização do trabalhador. Trata-se da gestão como um conjunto de técnicas e saberes que visam à mobilização da subjetividade para o trabalho, no sentido de adequar o sujeito às demandas de flexibilidade impostas pelo capital na contemporaneidade.

---

<sup>12</sup> Em 1992, vinte anos após a realização da primeira conferência sobre o meio ambiente, no Rio de Janeiro, representantes de 108 países do mundo reuniram-se para discutir medidas a serem adotadas, visando diminuir a degradação ambiental.

Entende-se como papel fundamental da Psicologia, como ciência que tem por matéria-prima a subjetividade, este olhar sobre o trabalho. Schlindwein (2013) faz importante reflexão sobre a necessidade de avançar em termos das práticas do Psicólogo, nos diferentes espaços de atuação, com relação ao olhar para a categoria trabalho. A autora considera que: “[...] ainda o trabalho da Psicologia volta-se para a história individual do sujeito desconsiderando os vínculos sociais e laborais ao longo da vida do sujeito”. (SCHLINDWEIN, 2013, p. 09)

A compreensão desta realidade passa pelo histórico da Psicologia como um todo e, em especial, da Psicologia do Trabalho no Brasil. A Psicologia se estruturou no Brasil por um viés classificatório e adaptacionista, trabalhando a partir de uma formação com predomínio de abordagens individualistas e descontextualizadas. Inicialmente, as principais intervenções consistiam em avaliação psicológica, acompanhamento de dificuldades de aprendizagem nas escolas e recrutamento e seleção para empresas. (SCARPARO; GUARESCHI, 2007)

Nessa trajetória, Schlindwein (2013) destaca que a Psicologia do Trabalho sempre foi considerada secundária, em relação a outras áreas de atuação. O psicólogo do Trabalho constituía o seu papel, nas organizações, por meio da busca da adaptação do homem às exigências do mundo do trabalho e na perspectiva de minimizar o conflito entre capital e trabalho. É no bojo da complexificação da contemporaneidade que a Psicologia opera um redirecionamento (embora não possamos tratar como hegemônico), no que tange ao olhar sobre o trabalho. Para a autora, este reposicionamento “se caracteriza pela preocupação em compreender o trabalho como expressão humana através de temas como poder, conflitos, subjetividade e outros” (SCHLINDWEIN, 2013, p. 10).

Recorro a Lhuillier (2006), para compreender o trabalho, como aquilo que o trabalhador aplica na sua atividade para que o objetivo seja efetivamente atingido. Aqui não se trata de retomar conceitos de suas formas socialmente e historicamente constituídas, mas de pensar o trabalho em sua relação com o sujeito trabalhador. Considera-se, portanto, que a subjetividade incide sobre o trabalho e que o trabalho incide sobre a subjetividade.

Na proposição da autora, trabalho não existe sem a atividade, e esta, por sua vez, se apoia em uma mobilização para atingir o objetivo que se apresenta. O trabalho não está dado a priori. Entre o que deve ser realizado e a realização, interpõe-se o real. É na superação deste real que se faz importante e necessário o

engajamento, o tensionamento do sujeito. O trabalho só se realiza com a contribuição singular da subjetividade mobilizada por e para um propósito.

O trabalho está sendo compreendido, neste texto, como produtor de subjetividade. A noção de subjetividade, por sua vez, orienta-se pelo que é definido por Rolnik (2000), como um complexo sistema em continuada mutação e distante do equilíbrio. Esta condição não significa perda de contornos, mas que o movimento é originado pelo fluxo das forças em interação, constitui a singularidade, contorno fluido que modifica conforme o movimento. Segundo Fonseca (2002), a subjetividade apresenta uma riqueza de possibilidades para a construção de análises psicossociais. “Subjetividade significa, logo, produção no registro do social e relação direta com a contingência sócio-histórica. O sujeito está no mundo e o mundo está no sujeito” (FONSECA, 2002, p. 22).

Quando entendemos o trabalho apenas como algo penoso, ocorre uma opacidade, que atua no sentido de deixar de pensar o trabalho como criação, como potência de invenção da vida, como ultrapassagem ou desvio das restrições que se impõem (CLOT, 2006). De acordo com o autor, o trabalho sempre pede pela invenção. No jogo de forças entre o real e o prescrito, está a possibilidade de ultrapassagem, de descoberta, de criação, para além da reprodução-repetição. Este encontro traz em si a limitação do real e a possibilidade da invenção.

Na compreensão sobre trabalho prescrito e trabalho real, podemos dizer que o prescrito está ligado ao Real, e a tarefa, à atividade. A tarefa é aquilo que é dado de acordo com a divisão formal do trabalho. Segundo Costa (2013), a atividade comporta sempre a confrontação com o real, indicando que o trabalho não pode ser reduzido a um puro processo de reprodução e execução de prescrições.

Para trabalhar, é necessária a mobilização de uma inteligência que é primordialmente transgressora. Isso porque, para que o trabalho possa funcionar, é necessária a experiência do trabalhador, na produção da inovação, da invenção, da bricolagem. Entre o prescrito e o real, é a invenção criativa que opera. No confronto com o real do trabalho, explicitam-se as limitações das regras e procedimentos. Não que estes não sejam necessários para a estruturação; porém trabalhar implica em burlar, construir possibilidades de atuação. (LHUILIER, 2006)

Encontramos entendimento semelhante em Facas e Silva (2013). Eles afirmam que, na leitura da Psicodinâmica do Trabalho, o trabalho não se reduz a uma atividade produtiva entendida objetivamente, uma vez que envolve a

subjetividade do trabalhador. Os autores destacam que “[...] há sempre um hiato entre o prescrito e o real, permitindo ao sujeito expressar sua criatividade e engenhosidade [...]. Dessa Manira o essencial do trabalhar é fundamentalmente invisível” (FACAS et al, 2013, p. 464).

Nas afirmações de Dejours (2007), trabalhar implica defrontar-se com o inusitado, com o que não é previsível por parte da organização do trabalho. Portanto, trabalhar não pode ser reduzido a uma atividade do mundo objetivo, uma vez que envolve necessariamente o engajamento da subjetividade. Nas palavras de Ferreira (2010, p.128), “não é somente produzir, é a possibilidade para o sujeito se constituir e, ao fazê-lo, transformar a si mesmo”.

É possível dizer que trabalhar é ir além das prescrições. Para administrar o distanciamento existente entre organização prescrita e a real do trabalho, os trabalhadores lançam mão de estratégias como a cooperação, a inteligência astuciosa e o zelo. Estas estratégias têm a finalidade de favorecer o trabalho em si, literalmente, fazer com que ocorra uma real produção. (ROSSI, 2010).

O processo de mobilização subjetiva não pode ser prescrito, caracteriza-se pela aptidão inventiva para a realização do trabalho. Envolve os aspectos afetivos e cognitivos do trabalhador, habilidades diretamente mediadas pela dinâmica contribuição-retribuição, procedente do reconhecimento. (FERREIRA, 2010).

As condições de possibilidade de constituição da sabedoria prática vêm do processo de mobilização subjetiva. O autor corrobora que o sujeito trabalhador desenvolve um saber-fazer singular, que visa dar conta da construção cotidiana de seu trabalho.

A cooperação no trabalho é um encontro de produções desejanter. As regras organizacionais buscam sistematizar e ordenar o trabalho; porém, em sua execução, por parte dos trabalhadores, desencadeia-se uma espécie de reorganização. Este ‘reordenamento’ ocorre em razão da necessidade de quem executa a tarefa, no sentido de responder às exigências do real. O Trabalho não se reduz a um processo de reprodução, a simples execução do prescrito. Portanto, empregando expressão de Lhuillier (2006), a produção só é possível quando aqueles que tem a tarefa de descrever e organizar o trabalho não encontram trabalhadores autômatos ou mortos-vivos.

Escolho falar de subjetividade e trabalho, por entender que a saúde mental no trabalho está intrinsecamente ligada à subjetividade e aos modos de subjetivação.

Na própria vivência cotidiana dos trabalhadores, residem os recursos para lidar com a dinâmica saúde – adoecimento:

[...] a discussão entre saúde mental e o trabalho está atravessada por inúmeros agenciamentos que implicam modos de resistência e de fuga, lutas entre poderes de conservação e de mudança, não referindo exclusivamente à existência ou não do adoecimento. Sobretudo a noção de saúde implica a possibilidade de se inventarem modos para se enfrentarem as situações de adoecimento. (TITTONI, 2004, p.74/75).

Os antagonismos e contradições, presentes no campo do trabalho, são identificados por Mendes e Wunsch (2011), como sendo favorecedores de condições de vida e de satisfação das necessidades básicas, como dependentes das condições destrutivas de algumas organizações de trabalho, determinantes na produção de doenças e mortes. As autoras destacam que a origem da relação entre saúde e trabalho remonta à história social do trabalho, estando vinculada à evolução da questão da saúde.

Conforme Lhuillier (2006), com o advento das práticas participativas de gestão na Modernidade, existe uma tentativa de buscar uma prescrição mais precisa sobre as tarefas. Isso corresponde a um esforço, no sentido de capturar esse movimento a partir do dito e do escrito sobre a realidade das práticas; contudo, este é um movimento impossível de apreensão. Trata-se do fazer, a *práxis*<sup>13</sup> que não pode ser contida em palavras, uma vez que é da ordem do ato. Como resultado, tem-se o surgimento de novas e diferentes transgressões, práticas informais e ajustamentos, para lidar com o fracasso imposto pelo confronto do real.

### 3.2 PSICODINÂMICA DO TRABALHO

A pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho está conectada à clínica do trabalho (MENDES, 2007; ROSSI, 2010). O foco desta Clínica está na análise

---

<sup>13</sup> Do grego *praxis*, está ligada à noção de ação e de prática. “No marxismo, o conjunto das atividades humanas tendentes a criar as condições indispensáveis à existência da sociedade e, particularmente, à atividade material, à produção.” (FERREIRA, 1999, p. 1126).

dinâmica dos processos psíquicos, mobilizados pela confrontação do trabalhador com a realidade do trabalho. Essa perspectiva considera que os conflitos surgem do choque entre a realidade do trabalho e a subjetividade do sujeito, sendo que essas esferas se afetam mutuamente. Busca acessar aos processos de subjetivação e aprender a mobilização e o engajamento subjetivo: “Desse modo, a clínica do trabalho significa estudar o processo de construção da subjetividade nos contextos de trabalho” (MENDES, 2007, p. 58).

De acordo com Karam (2010), a clínica psicodinâmica do trabalho é uma clínica política. Coloca-nos frente a um desafio que é, ao mesmo tempo, teórico, prático e ético. Nas palavras da autora: “Essa clínica não é o prêt-à-porter que as empresas esperam dos pesquisadores [...] ela é revolução permanente [...]” (p.56). A teoria Psicodinâmica do Trabalho inicialmente designava-se Psicopatologia do Trabalho. O termo psicopatologia era empregado na referência à teoria psicanalítica do funcionamento psíquico. Baseia-se na etimologia da palavra *pathos*, que indica sofrimento e não somente o mórbido, a doença. (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994; DEJOURS, 2004)

O termo psicopatologia do trabalho remete à análise dinâmica dos processos psíquicos, mobilizados pela confrontação do sujeito com o real do trabalho. Os conflitos surgem a partir do choque entre a realidade do trabalho e a subjetividade constituída do sujeito, sendo que estas esferas se afetam mutuamente.

O real do trabalho é apresentado por Ferreira (2013), a partir da concepção da Psicodinâmica do Trabalho, como “[...] caracterizado por situações imprevistas que ultrapassam o domínio técnico e o conhecimento científico.” Nessa entendimento, o real do trabalho vai sempre desafiar a inventividade do fazer humano.

Na trajetória das pesquisas desenvolvidas, principalmente entre os anos 1970 e 1980, vai ocorrendo um deslocamento do foco na patologia para a normalidade. A questão que se destaca é o sofrimento perante a organização do trabalho e as defesas desenvolvidas contra este sofrimento. (DEJOURS, 2004; FERREIRA, 2013).

As pesquisas desenvolvidas por Dejours, no referido período, não conseguiram destacar a doença mental caracterizada. Indicaram, ao contrário, a fragilização pelo trabalho repetitivo, que levava ao surgimento de doenças do corpo. Foi surgindo, então, um modelo teórico que buscava tematizar o sofrimento no trabalho e as defesas contra a doença. Nas palavras de Dejours (2004, p. 52):

Penso que é necessário reconhecer [...] o deslocamento qualitativo que foi ganhando corpo após 1980 [...]. Ao operar esta passagem da patologia à normalidade, sou levado a propor uma nova nomenclatura para designar essas pesquisas: *psicodinâmica do trabalho*.<sup>14</sup>

Conforme Merlo (1999), a pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho centra a investigação na normalidade e não na doença, procurando compreender como os trabalhadores conseguem não adoecer ou enlouquecer frente às pressões cotidianas. Com isso, busca romper com o modelo causal médico-biológico, balizado pela doença, reforçando os mecanismos de luta e resistência desenvolvidos por estes sujeitos trabalhadores, que se traduzem nas estratégias defensivas. O objetivo é dirigido essencialmente para a vivência subjetiva (DEJOURS, 1992, p. 149). O modelo casualista é substituído por um modelo dinâmico, que privilegia as estratégias coletivas e seus ajustamentos. Dejours (1992; 2004), aponta que as estratégias defensivas são suscitadas pelo sofrimento. As estratégias são uma forma desenvolvida pelos trabalhadores, para minimizar a percepção das pressões do trabalho, geradoras de sofrimento.

Prazer e sofrimento são vivências subjetivas, sempre presentes na relação do sujeito frente seu trabalho. O sofrimento pode ser de duas naturezas: criativo ou patogênico. No primeiro há mobilização do engajamento subjetivo que pode levar a criação e a transformação do mundo. O segundo ocorre quando a flexibilização da organização do trabalho não é possível. Então, são utilizadas as estratégias defensivas e adaptativas conservadoras. (DEJOURS, 2004; MENDES, 2007).

Essas estratégias de defesa têm um importante papel na estruturação dos coletivos de trabalho; porém, quando as estratégias coletivas se tornam a razão de ser do trabalho e dos trabalhadores, elas se transformam em ideologia defensiva. Desta forma, servem como fonte de alienação e resistência à mudança. Estes procedimentos defensivos podem ser utilizados em proveito da produtividade, conduzindo os operadores à autoaceleração (DEJOURS, 1992; 1994; MENDES, 2007).

---

<sup>14</sup> Grifo do autor.

Mendes (2007), a partir da perspectiva de Dejours (1992; 1994), explica que as regras de trabalho construídas pelos trabalhadores e que não estão de acordo com a organização formal do trabalho são geradas para vencer as dificuldades e obter o resultado esperado, de forma mais eficiente e segura. Este processo criativo é designado inteligência astuciosa. Trata-se de uma inteligência do corpo, transgressiva, que corresponde não só a uma forma de atenuar o sofrimento, mas também de atingir prazer.

É necessária a validação social desta inteligência astuciosa, que ocorre na forma de reconhecimento pela utilidade e pela originalidade. A inteligência astuciosa deve ser reconhecida quando se leva em consideração a defasagem percebida pelos ergonômistas, entre a organização prescrita e a organização real do trabalho. Rossi (2010, p. 116) afirma: “A dinâmica do reconhecimento [...] faz parte da visibilidade dos achados da inteligência prática (métis) e está na constatação, pelos outros (chefias e colegas), da contribuição do sujeito para a organização do trabalho”.

Ressalte-se, no entanto, que o sofrimento é inevitável e consiste aí o desafio no sentido de favorecer a transformação do sofrimento em criatividade. O vivenciado e as condutas são fundamentalmente organizados pelo sentido que os sujeitos atribuem à sua relação no trabalho. De acordo com Dejours (2005), o sofrimento no trabalho está diretamente relacionado com a concordância em fazer parte da engrenagem da sociedade capitalista. Apresenta-se em um ciclo retroalimentador, no qual o sofrimento leva a um aumento da produtividade como defesa, gerando mais sofrimento. Assim sendo, vai se distanciando o trabalho das promessas de felicidade, realização e segurança.

A Psicodinâmica do Trabalho mostra que o trabalho é operador fundamental na construção do sujeito, sendo espaço de construção de sentido. Essa teoria traz importante contribuição para a discussão saúde mental – trabalho, devido à ênfase não apenas no sofrimento, mas também na relação de prazer possível de ser estabelecida com o trabalho. “Na realidade concreta e na vivência individual do trabalho, não se encontram apenas sofrimento, mutilação e morte” (MERLO, 1999, p.49). Além disso, o fato de visar sempre à coletividade e à organização do trabalho mostra-se fundamental, em contraponto às tentativas de individualização e culpabilização do trabalhador pelo adoecimento no trabalho.

### 3.3 ESQUIZOANÁLISE

Início, aqui, o exercício de puxar os fios com os quais entendo ser possível a amarração desta tese. Fios de vida, fios teóricos, fios de uma compreensão de mundo, que tecem, costuram, amarram, embrulham, envolvem.

Para uma tentativa de apreensão dessa perspectiva, faz-se importante a desconstrução do termo esquizoanálise. Esquizo significa dividido, dualidade, fendido. Análise é o exame das partes de um todo, é o processo pelo qual busca-se a compreensão de algo por meio do entendimento ou descrição de cada componente.

A Esquizoanálise (análise de partes, pedaços, linhas ou estilhaços) poderia ser entendida como uma ética estética de valorização da vida. Seria uma perspectiva e não uma metodologia. Procura valorizar a vida vibrátil e agradável, em sua potencialidade máxima. (PERES; BORSONELLO; PERES, 2000, p.36)

Seus principais idealizadores foram Gilles Deleuze<sup>15</sup> e Felix Guattari<sup>16</sup>. O lançamento do livro 'O Anti-Édipo', em 1972, pode ser considerado como marco inicial da Esquizoanálise, tendo sido o primeiro livro escrito por Deleuze e Guattari em conjunto. O livro é uma crítica à Psicanálise, propõe uma ruptura, pois contesta o saber estabelecido pela Psicanálise. Na sua crítica, defende a necessidade de fazer uma desconstrução do pensamento psicanalítico freudiano e ao reducionismo da subjetividade à perspectiva edípica. Os autores afirmam que Freud reduz o inconsciente ao édipo, desconsiderando todo potencial criativo-produtivo do inconsciente.

No Anti-Édipo, Deleuze e Guattari mostram a associação da teoria psicanalítica com o Capitalismo, inclusive cronologicamente. O livro questiona a abordagem que a Psicanálise faz da esquizofrenia, somente pela neurose. Os autores demarcam que a referência da Esquizoanálise à esquizofrenia não é ao paciente (doente), mas sim aos processos esquizofrênicos. O conhecimento deste

---

<sup>15</sup> Filósofo francês, nasceu em Paris, em 18 de Janeiro de 1925, e morreu na mesma cidade, em 4 de Novembro de 1995.

<sup>16</sup> Filósofo e psicanalista francês, nasceu em Villeneuve-les-Sablons, Oise, em 30 de Abril de 1930, e morreu em Cour-Cheverny, em 29 de Agosto de 1992.

modo apresenta uma cristalização. De fato, somos permeados por esta questão, temos o inconsciente territorializado pela questão edípica – subjetividade construída. Emergem, contudo, questionamentos sobre por que se dá esta produção e o quanto somos colonizados por esta perspectiva edípica.

A Esquizoanálise apresenta uma discussão sobre o modo de subjetivação capitalística, como explicação para este funcionamento, no qual temos uma hegemonia do Édipo como modelo, onde o crime maior seria o parricídio e o reconhecimento disso como forma de explicar o surgimento da sociedade.

A sociedade capitalista produz subjetividade assim como produz produtos. Nossa subjetividade acaba sendo capturada por uma dessas mercadorias que circulam. A ideia é que não haveria nunca um final, o alcance do desejo. Por trás de uma mercadoria, haverá outras. O desejo apresenta-se totalmente produzido pelo social. Não existe como algo abstrato, é sempre já conectado com alguma coisa. Estão sempre se criando novas necessidades. O desejo é coextensivo ao social. A Esquizoanálise vai questionar a forma como a sociedade se organiza para capturar e manter cativo o desejo.

De acordo com Baremlitt (2003), a proposta de Deleuze e Guattari não era que a Esquizoanálise viesse a se tornar uma disciplina ou uma escola teórica; porém, como todo movimento de ruptura, esse acabou por ser incorporado em nosso modo de vida e hoje está colocado no panteão da Academia, servindo como modo de identificação a diferentes grupos e pesquisadores.

A Esquizoanálise está ligada à Filosofia, mas também à Política, à militância, à Psicologia, à Biologia, à Geografia. Enfim, constitui-se na interface e na multiplicidade de diferentes saberes. Como afirma Baremlitt (2003, p. 4), consiste em “um saber que tem por objetivo a vida, no seu sentido mais amplo: o incremento, o crescimento, a diversificação, a potenciação da vida”.

A perspectiva teórica traz uma proposta ético-estético-política em seu bojo, para usar as definições de Guattari (1992). A ética está pensada aqui no sentido da alteridade, do encontro com o outro, em uma perspectiva que afirma escolhas e caminhos como potencializadores de vida. Estética, por sua vez, é concebida como a dimensão da criação, no entendimento de que não há conhecimentos universais, mas singulares processos de existência. Já a dimensão da política explicita-se, por operar com a responsabilização perante os efeitos produzidos pelas práticas e posições assumidas. (GUATTARI, 1992)

A Esquizoanálise pode ser entendida como uma visão de mundo, uma episteme (BAREMBLITT, 2003). Não se restringe a um modo de entendimento intelectual aplicado a partir de um discurso acadêmico. Diz respeito a uma ética, a uma postura frente à vida, uma postura ativa e implicada com o mundo, em sua perspectiva política. Além disso, entende que o ser humano está em constante devir, tendo a infinita e permanente condição da invenção da vida.

Baremlitt (2003) afirma que essa visão teórica é uma “máquina puramente energética”, que vibra e faz vibrar todos que dela se aproximam. A vibração ativa o movimento, a produção. Na visão esquizoanalítica, tem-se um movimento produtivo dos afetos. O movimento de tocar e se permitir tocar pelos afetos, ser afetado no contato com o mundo. O movimento produtivo dos afetos pode ser pensado como dispositivo de ativar a vida em produção.

Pressupõe um movimento militante da implicação e da ação micropolítica. Assim, academia e práxis fariam parte de um mesmo *continuum*, no qual a construção de conhecimento e a aplicação deste ocorrem em permanente interação e co-criação.

A Esquizoanálise vai fazer uma (re)leitura do desejo. Parte do entendimento psicanalítico e constrói uma diferenciação, compreendendo desejo e produção como imanentes. O desejo é entendido como permanente criação do diferente, produção desejante que engaja o mundo psíquico, humano, natural e maquínico simultaneamente. Nestas conexões, reside a potência criativa. De acordo com Guattari (1986, p. 216): “O desejo é sempre o modo de produção de algo, o desejo é sempre o modo de construção de algo”.

A revolução molecular consiste em produzir as condições não só de uma vida coletiva, mas também da encarnação da vida para si próprio, tanto no campo material, quanto no campo subjetivo. [...] O desejo só pode ser vivido em vetores de singularidade”. (idem, p.46 e 47)

Para a esquizoanálise, o desejo é produtor de mundos, busca conexões e agenciamentos que implicam em expansão da vida (SOUZA; BIANCO, 2011). Contrapõe-se à noção da Psicanálise moderna, de desejo como falta, e afirma o desejo como potência intensiva.

Rolnik (2006) afirma que o desejo é sempre social, não existindo distinção entre o mundo social e o desejo. Isso difere da concepção de desejo psicanalítica que o considera como individual, sendo reprimido e limitado pelas normas sociais, evidenciando assim uma concepção de dicotomia entre desejo e social.

Não existe sociedade que não seja feita de investimentos de desejo nesta ou naquela direção, com esta ou aquela estratégia, reciprocamente, não existem investimentos de desejo que não sejam os próprios movimentos de atualização de um certo tipo de prática e discurso, ou seja, atualização de um certo tipo de sociedade. (idem, p. 58)

Para Deleuze (1998, p. 101), “A Vontade de Potência se distribui em Forças (Forças Ativas e Forças Reativas). As Forças Ativas tendem a gerar o Novo. As Forças Reativas se opõem a esta produtividade”. Essas forças não são retilíneas, do tipo vai e volta. Transformam o fora a partir do dentro e sofrem o retorno desta transformação. Acionam o processo de dobra e redobra.

Na proposição de Deleuze e Guattari (1976), a Esquizoanálise propõe um contraponto à Psicanálise, no modo de pensar o desejo e no modo de produção do sujeito psíquico<sup>17</sup>. Na concepção da Esquizoanálise, não existe um modo de produção do sujeito psíquico universal, como está colocado no Édipo, pela Psicanálise. O que ocorre é que o Complexo de Édipo foi de tal forma incorporado a nossa sociedade, que se tornou o modo dominante de produção e entendimento do sujeito psíquico. (DELEUZE; GUATTARI, 1976).

A partir da produção edipiana, temos o sujeito psíquico da neurose. A Esquizoanálise propõe o sujeito da psicose, nos sentido de desneurotizar a pessoa. A neurose produz entorpecimento, impede o fluxo das intensidades e limita o sujeito, que fica restrito, preso na reprodução, não chegando nunca ao que pode. O desejo da Psicanálise está preso à falta; por isso, a necessidade deste sujeito psíquico de sempre buscar algo que está fora (DELEUZE; GUATTARI, 1976). A Esquizoanálise trabalha com o desejo que produz, com a inesgotável capacidade do sujeito de produzir a si mesmo.

---

<sup>17</sup> O lançamento do “O Anti-Édipo”, em 1972, pode ser considerado como marco inicial da esquizoanálise, sendo o primeiro livro escrito por Deleuze e Guattari em conjunto.

A cena da Esquizoanálise é fabril, da usina de produção, com sua maquinaria. Produção desejan-te, de vida, de potência, de criatividade, de inventividade. Isso é diferente da cena psicanalítica do teatro grego, com seus papéis definidos que conduzem o sujeito por um caminho já traçado, gasto de tão percorrido.

Poderia dizer que, no sentido desta tese, conforme a Esquizoanálise, o desejo opera por meio das forças produtivas que atravessam o sujeito e que também são produzidas por ele. Rompe com um sentido linear de compreender/fazer a vida, buscando desfazer as lógicas estratificadas, endurecidas atuando na fluidez, no movimento. Assim, algo vai se construindo, se produzindo e criando novos caminhos, novas possibilidades com múltiplas direções.

Maquínico aqui remete à ideia desenvolvida na Esquizoanálise, máquina não como objeto de mecânica e tecnologia, mas como este conjunto heterogêneo de multiplicidades que habitamos. Guattari e Rolnik (1986), apontam que as máquinas podem ser de diferentes gêneros: familiar, estatal, social, estética, teóricas, etc. Às diferentes máquinas constituem um *phylum*<sup>18</sup>, remetendo à noção das espécies vivas: “Elas engendram-se umas às outras, selecionam-se, eliminam-se, fazendo aparecer novas linhas de potencialidades” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 320). Contudo, como destacam os autores, o *phylum* maquínico apresenta-se como rizoma. As máquinas não funcionam de modo isolado umas das outras.

O rizoma é um termo tomado da botânica que designa um tipo de caule rasteiro ou subterrâneo que tem como característica a produção de múltiplos ramos. Uma estrutura rizomática não possui um eixo principal, um início ou um fim, possui meios. Cresce e transborda a partir de acontecimentos que engendram novas conexões.

O processo de subjetivação está calcado em uma produção maquínica. Entende assim que a subjetividade está em permanente processo de acomodação-desacomodação, ou nas palavras dos autores “ruptura permanente dos equilíbrios estabelecidos” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 321). Esta processualidade compreende um contínuo de eventos ou atividades que levam a outros e outros, sucessivamente. Estas sequências conectam-se em uma lógica rizomática, não em estrutura linear.

---

<sup>18</sup> Termo utilizado na classificação científica dos seres vivos, agrupamentos de espécies. Exprime a ideia de linhagem direta a partir de um ponto de origem comum.

Deleuze e Guattari (1996) referem que existem três tipos de linhas que constituem o rizoma, portanto o mundo e a nós mesmos: linhas de segmentariedade duras, linhas de segmentariedade moles e linhas de fuga. As linhas de segmentariedade são responsáveis pela estratificação, a territorialização, a organização, o significado. Linhas duras operam a captura do desejo, constroem as dualidades, os conjuntos molares (por exemplo: família, classe social, Estado). As linhas moles, flexíveis permitem a passagem dos fluxos, não buscam a estratificação. São da ordem da micropolítica, permitindo a possibilidade de criação do novo pelo desejo.

As linhas de fuga são linhas de ruptura que provocam um rompimento produzindo diferença. São linhas de intensidade que escapam à sobrecodificação das linhas duras e moles, provocando acontecimentos. A linha de fuga atravessa a ordem do sentido, criam novas conexões a partir da liberação do desejo. O acontecimento é inovação, não é linear, não vem acontecendo, simplesmente irrompe. Sendo da ordem do acidental, não é bom ou mau, e pode mesmo estar nestes dois segmentos simultaneamente.

As linhas segmentares estão sempre presentes, atravessam nossas vidas. Remetem e interferem umas as outras de modo constante, inserindo pontos fluidos ou de rigidez. Não é uma questão de redução à dicotomia bom ou mau, é movimento. Uma linha flexível pode provocar uma ruptura, criar uma linha de fuga que pode passar a uma nova estratificação.

O que propõe a Esquizoanálise é um pensamento que opere no crescimento, multiplicação e diferenciação, entendendo que a vida quer sempre mais vida. Nesse sentido, por meio das revoluções micropolíticas cotidianas, seria possível engendrar novos modos de existência, que resistam às forças limitadoras do pensamento e escapem às armadilhas da captura do desejo.

## 4 CAMPO DE EXPEDIÇÃO

A parte dessa produção que se apresenta a seguir busca delinear o Campo no qual se desenvolveu a pesquisa. Para tanto, inicialmente são expostas algumas concepções sobre segurança pública na atualidade, sendo a base da inserção da organização Polícia Civil. Na continuidade, é apresentado um histórico da corporação e o desenho de sua estrutura.

### 4.1 SEGURANÇA PÚBLICA

O caminho para a compreensão da Polícia Civil e de seus trabalhadores passa obrigatoriamente por uma discussão sobre o papel das políticas públicas de segurança na contemporaneidade. Desse modo, pensar a Segurança Pública é também problematizar as relações sociais e a ordem pública que delas resulta, contribuindo com o debate e a busca de alternativas para as questões de criminalidade e violência que habitam as ruas e atravessam a subjetividade de todos nós.

De acordo com Mariano (2002), a polícia no Brasil foi criada para ter função de controle social dos excluídos e para defender as oligarquias. Atualmente acompanhamos um processo de transição de uma polícia de Estado, voltada à proteção de determinados grupos, para uma polícia de defesa do cidadão.

Cano (2006) explica que vivemos, no Brasil, uma crise em termos de segurança pública, cenário comum a diferentes países na América Latina. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, houve um crescimento da criminalidade violenta. As discussões sobre possíveis soluções para essa área sofreram e ainda sofrem com a história do país, fazendo com que o tema da segurança fosse associado com a direita, dos defensores da lei e da ordem.

Este fato, aliado à própria estrutura dos organismos de segurança pública herdados da ditadura civil-militar, corroborou para que a política pública fosse uma das últimas a entrar na pauta de debates da sociedade. É possível comparar, por exemplo, com as políticas públicas de saúde, que contavam já com conferências

nacionais desde 1941, sendo que a 8ª conferência (1986) marcou o início da participação da população civil no processo de formação das políticas de saúde (BRASIL, 2011). A primeira Conferência Nacional de Segurança Pública só foi realizada em agosto de 2009 (o que significam 68 anos de diferença, em relação à área da Saúde).

Devido à complexidade dessa problemática e ao fracasso sistemático no enfrentamento, por parte de políticas tradicionais, o tema segurança ganhou a agenda política e social. Proposições no sentido de uma segurança pública democrática, com atenção às questões de prevenção e respeito aos direitos humanos, passam a fazer parte do debate de diferentes atores, como políticos, policiais, juristas e universidades.

Não se pode prescindir dos aparelhos policiais e penais de Segurança Pública, mas esses, isoladamente, não são o meio de resolução da situação social em que vivemos. Segurança Pública, crime, violência e criminalidade são conceitos que se encontram disseminados na sociedade, estando, muitas vezes, distorcidos por estereótipos. Esta situação é resultante do fato de que as questões relativas à Segurança Pública são pautadas hegemonicamente pelo sistema de justiça criminal, tornando essa visão preponderante: “Tal ótica acaba por equiparar segurança com segurança contra o crime e política de segurança com política criminal”. (Dias Neto, 2005, p. 71).

A concepção de segurança pública vai muito além das polícias. De acordo com a proposta da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) a segurança pública envolve a atividade sistemática, de interação entre os diversos órgãos públicos ligados à questão, e entre estes órgãos e a sociedade civil. Os serviços públicos de segurança englobam atividades repressivas e preventivas, que podem ser de natureza policial ou não-policial (como, por exemplo, a iluminação pública). (SENASP, 2013)

Quando se fala em segurança, há ainda a dimensão privada, que se divide em três áreas: Segurança do Trabalho, Segurança Empresarial (interna das empresas) e Vigilância. Existem também os serviços de transporte de valores, de guarda-costas e de investigação particular.

As questões relativas às políticas de segurança pública estão em construção em nosso País. A SENASP foi criada em 1995, sendo que o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública foi lançado em 2000. Em 2003, foi instituído o Sistema Único

de Segurança Pública. Também data de 2003 a proposta da matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

O lançamento do I Plano Nacional de Segurança Pública foi precipitado em razão do episódio conhecido como: Ônibus 174<sup>19</sup>. O Plano criou o Fundo Nacional de Segurança Pública. Data de então a ideia de o Governo Federal poder induzir um padrão de políticas públicas de segurança por meio de financiamentos condicionais. Neste momento, a SENASP passa a ter uma maior expressão, sendo responsável pela formulação, acompanhamento e avaliação de diferentes programas e projetos.

A campanha eleitoral de 2003 trazia como um dos temas principais a segurança pública, com elaboração de propostas por parte dos candidatos. Após a eleição, o presidente Luís Inácio Lula da Silva criou o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), seguindo a proposta do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os cursos de formação para as carreiras de operadores de segurança pública são orientados pela matriz curricular nacional da SENASP. A matriz curricular nacional tem o objetivo de servir como parâmetro teórico-metodológico para a formação dos policiais civis, militares e bombeiros.

A matriz curricular sofreu alterações e ajustes desde sua criação em 2003, sendo a última versão efetivada no ano de 2008. É um documento orientador; considerando que cada estado organiza suas polícias de acordo com sua própria legislação, as etapas formativas junto às escolas ou academias de polícia não apresentam um modelo unificado. Visando diminuir disparidades e ter profissionais formados a partir de um mínimo de carga horária e conteúdo, foi desenvolvida a proposta da matriz. Cada estado, então, delibera pela adoção da matriz como base e adapta ou organiza seus cursos de formação a partir desta.

A matriz recomenda uma distribuição percentual entre as disciplinas sugeridas, mas não uma carga horária mínima. A carga horária dos cursos de formação, apesar de seguir as orientações da matriz curricular nacional, varia de acordo com a orientação do governo e a necessidade de serviços.

A matriz está organizada por eixos articuladores e áreas temáticas que orientam hoje os diversos programas e projetos executados pela Secretaria Nacional

---

<sup>19</sup> Nesse episódio, a polícia cercou um assaltante que estava dentro de um ônibus urbano, na cidade do Rio de Janeiro, e os passageiros foram feitos reféns. Depois de horas de tensão, transmitidas ao vivo pela televisão, a polícia abortou a negociação e tentou matar o assaltante. Houve falha no disparo da polícia, que ocasionou a morte de uma refém. O assaltante foi preso e morreu asfixiado dentro de um carro da polícia. (CANO, 2006).

de Segurança Pública (SENASP). Pretende, assim, atender às diferentes demandas colocadas em termos das necessidades formativas dos profissionais de segurança pública, considerando a diversidade de natureza e objetivos entre as corporações.

Conforme o autor, as instituições do Direito Penal, a polícia, o Poder Judiciário e o sistema de penas é que acabam exercendo o controle social. Assim, conflitos sociais, que podem estar expressos nos mais variados campos da sociedade, tais como drogas, violência doméstica, exploração sexual infantil, lavagem de dinheiro, trabalho escravo, acabam por desembocar em tipos de crime, observados pela ótica ou código crime-pena. (Dias Neto, 2005)

De acordo com Azevedo (2000), com os mecanismos de controle comunitário sobre os comportamentos sendo gradualmente enfraquecidos, aumentam e se acentuam determinados focos de conflitualidade<sup>20</sup>. O sentimento de desordem amplia a demanda ao Poder Judiciário, o que acaba por acentuar a resposta penal de sanção e punição, como resolução de conflitos.

O sistema penal, apesar do clamor predominante por mais e maiores penas, é ineficaz para a resolução da atual conjuntura. Visa à atribuição, sempre individual, de uma sanção a um comportamento previamente estabelecido na lei. Mantém-se, assim, uma leitura individualizante do crime, com a qual a sociedade se exime de sua responsabilidade. Com isso, “[...] ao invés de politizados, os problemas são policializados.” (DIAS NETO, 2005, p. 89). Ou seja, questões que deveriam ser tratadas à luz de discussões e medidas conjuntas entre diferentes políticas públicas são reduzidas a casos de polícia.

Conforme Aguiar (2002), os problemas na Segurança Pública não serão resolvidos exclusivamente por transformações políticas, sociais e econômicas, ou por reformas dos organismos policiais. Para a resolução dessa problemática, é necessário que essas mudanças ocorram em conjunto. É impossível falar de uma sociedade sem criminalidade, quando seus sujeitos estão expostos à crescente exclusão econômica e social.

Embora a segurança pública seja hegemonicamente uma tarefa de competência dos estados, a complexidade do quadro faz com que exista uma pressão social para que todas as esferas tomem parte na busca de resoluções e

---

<sup>20</sup> O termo está sendo usado aqui, no sentido de “qualidade ou estado do que envolve conflito (desordem, choque, embate, luta, oposição, disputa)”, conforme o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013. (2014).

ações. Em parte, o que vemos são ainda mais divisões de poderes e funções, como a constituição da força nacional e a expansão em número e poder das guardas municipais<sup>21</sup>.

O governo federal apresenta uma postura ativa nas discussões, porém sem ter ingerência legal sobre os organismos estaduais. Busca direcionar as ações por meio de financiamentos. Estes financiamentos para aprovação estão condicionados a determinados requisitos técnicos que apontam para uma linha política de padronização. (CANO, 2006).

Existe uma tendência, por parte dos governos, no sentido de formular respostas a partir de episódios de grande clamor popular. A segurança pública carece de investimentos e proposições que possam ser discutidas distantes da pressão midiática, que acaba por direcionar as ações e prioridades na área.

Soares (2005) salienta algumas dificuldades, enfrentadas no Brasil, para os debates sobre Segurança Pública. Pela visão da direita, a tendência seria continuar fazendo igual, equipar e engrossar as fileiras das polícias, tolerando seus abusos e corrupção, mantendo o crime na periferia afastado das elites. Para a esquerda, não seria necessário investir em políticas específicas, uma vez que as causas da criminalidade estariam vinculadas a questões sociais e econômicas.

O sistema de justiça e as questões de segurança pública ainda estão distante do controle da população e mesmo de seu acesso. É necessário compreender que a garantia dos direitos está relacionada diretamente ao acesso à Justiça. Esta, muitas vezes, por sua estrutura burocrática e tradicional, oferece tratamentos diferenciados, que dependem mais da consciência moral do servidor, do que das normas.

Polícia despreparada e autoritária, falta ou omissão dos promotores, ausência de defensor público para atendimento da vítima e do autor do fato, salas de audiência estruturadas de forma tradicional, [...] são indicadores de que de que o problema de acesso à justiça estatal não está resolvido, e depende mais da iniciativa administrativa dos setores que gerenciam o sistema do que de uma disposição legal. Há de fato, neste sentido, uma situação em que a própria máquina judiciária, diante de suas deficiências e de uma cultura arraigada, estabelece uma relação com as normas legais que é sempre flexível e contraditória [...]. (AZEVEDO, 2000, p. 188)

---

<sup>21</sup> Em julho de 2014, foi aprovado pelo plenário do Senado o Estatuto Geral das Guardas Municipais (PLC 39/2014), que dá às guardas municipais poder de polícia. O Projeto de Lei deverá agora ser sancionado pela Presidência da República.

Para pensar em soluções aos problemas de violência e criminalidade apresentados hoje em nossa sociedade, é necessário ampliar o foco de visão e discussão. Fazer relações que possam ir além do binômio crime-pena, pensando as relações existentes entre insegurança, criminalidade, condições sociais e exclusão do acesso a direitos básicos. O desafio está em construir ações que viabilizem uma política pública de segurança de caráter multidisciplinar, congregando ações sociais e governamentais. Uma política voltada não apenas para a punição, mas para respostas integradas de prevenção e intervenção, que busquem a promoção da defesa dos direitos.

#### 4.2 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL

A Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), em seu capítulo III, que trata sobre a Segurança Pública, determina, no Artigo 144, que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida com o objetivo de preservação da ordem pública e salvaguarda das pessoas e do patrimônio. Nomeia, como órgãos responsáveis pelo exercício da segurança pública, a polícia federal, a polícia rodoviária federal, a polícia ferroviária federal, as polícias civis e as polícias militares e corpos de bombeiros militares.

As polícias federais, como a nomenclatura já diz, são de responsabilidade da União – Governo Federal. Aos estados, cabe a organização e a manutenção das polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares. Para compreender melhor o papel da Polícia Civil, na Segurança Pública, é necessário entender um pouco quais são as diferentes atribuições de cada uma destas organizações.

Aos corpos de bombeiros, compete a execução de atividades de defesa civil<sup>22</sup>. As Polícias Militares são responsáveis pelo policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Em nível federal, à Polícia Ferroviária e à Polícia Rodoviária cabe, respectivamente, o patrulhamento ostensivo das ferrovias e rodovias federais.

---

<sup>22</sup> Conjunto de medidas que visam prevenir e limitar, em qualquer situação, os riscos e perdas a que estão sujeitos a população, os recursos da nação e os bens materiais de toda espécie, tanto por agressão externa quanto em consequência de calamidades e desastres da natureza. (BRASIL, SENASP, 2014)

Sob competência da Polícia Federal, está o controle das fronteiras nacionais; a apuração de infrações contra a União e daquelas que tenham repercussão em mais de um estado ou em mais de um país; a investigação nos casos de tráfico de entorpecentes, contrabando ou descaminho<sup>23</sup>; e o exercício da função de polícia judiciária da União.

A Polícia Federal e a Polícia Civil têm algumas atribuições próximas, em termos de execução; porém, as jurisdições<sup>24</sup> são distintas. Assim, as Polícias Civis também apuram os delitos penais e cumprem a função de polícia judiciária, mas seu âmbito de atuação é restrito à Justiça estadual. Os estados brasileiros e o Distrito Federal possuem suas Polícias Civis, que são organizadas e estruturadas de acordo com a legislação estadual pertinente.

Cabe aqui fazer uma distinção entre as funções de polícia administrativa, polícia investigativa e polícia judiciária. Lima (2012) esclarece que o termo polícia administrativa designa as atividades de cunho preventivo, que têm o intuito de evitar condutas delitivas. A polícia judiciária tem caráter repressivo, sendo auxiliar do Poder Judiciário, ou seja, sua atuação ocorre após a ocorrência de uma infração penal, tendo como objetivo a apuração dos delitos penais e de sua autoria.

A partir dessas definições, podemos entender que a função da polícia judiciária seria a de investigar; contudo, a Constituição Federal, em seu art. 144, faz explícita distinção entre polícia judiciária e polícia investigativa. Neste ponto, mais uma vez, recorre-se a Lima (2012), para melhor compreender essa diferenciação. Entende-se que a expressão 'polícia judiciária' está diretamente relacionada à atribuição de auxiliar do poder judiciário, no cumprimento, por exemplo, de mandatos de prisão, busca e apreensão, etc. Já o termo 'polícia investigativa' refere às funções ligadas ao processo investigativo em si, ou seja, à utilização de técnicas e de tecnologias na elucidação de delitos. Conclui-se, portanto, que a Polícia Civil atua como polícia judiciária e investigativa, de acordo com o exercício das diferentes funções que lhe são exigidas.

---

<sup>23</sup> Os crimes de contrabando e descaminho são frequentemente confundidos, embora correspondam a delitos distintos. O contrabando corresponde à entrada ou à saída no país de produtos que são proibidos, podem prejudicar a saúde ou atentem contra a moralidade. Descaminho diz respeito a um crime fiscal, implica no trânsito de produtos permitidos; porém, isso ocorre sem que sejam cumpridos os trâmites burocrático-tributários devidos. (LIMA, 2012)

<sup>24</sup> Extensão territorial em que atua um juiz. No caso do Brasil, divide-se entre a Justiça Federal, de âmbito Nacional, e a Justiça Estadual, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal.

Assim, a função principal da Polícia Civil é investigar os crimes que ocorrem no território estadual, com vistas à elaboração do inquérito policial e ao encaminhamento deste para Poder Judiciário. Este processo investigativo busca elucidar a autoria dos delitos e pode envolver a junção de provas, o cumprimento de mandatos de busca e/ou prisão, que vão instruir o inquérito em questão. Ao conjunto de ações policiais desde o planejamento, o emprego de técnicas de inteligência criminal até a ação em si, denomina-se 'operação policial'.

No âmbito estadual, teremos então duas organizações policiais: a Polícia Civil e a Polícia Militar. Esta última, no caso do Rio Grande do Sul, recebe a denominação de Brigada Militar<sup>25</sup>. Os policiais militares são responsáveis por realizar o policiamento ostensivo, ou seja, atuar diretamente nas ruas.

O policiamento ostensivo, como a denominação destaca, é o policiamento visível, no qual o policial é identificado pela farda, pelos equipamentos e/ou pela viatura. É a polícia que vemos na rua, em nosso cotidiano. A função primordial do policiamento ostensivo é preventiva, podendo, contudo, passar a repressiva na medida em que ocorre um delito ou violação. Diferentes técnicas e variantes podem ser empregadas no exercício desta modalidade de segurança, como: patrulhamento motorizado, em bicicleta, com cães, a cavalo, a pé. O exercício deste policiamento pode ser empregado na segurança de eventos, no acompanhamento de dignitários, na proteção ambiental, entre outros.

A Polícia no Brasil é constituída a partir do modelo estruturado em Portugal. Portanto, a origem histórica da polícia brasileira está diretamente ligada à história da colonização do país por Portugal. A ideia da promoção da justiça e da organização do serviço de ordem pública data de 1500, quando D. João III adota o sistema de capitânias hereditárias.

Oficialmente a polícia brasileira é fundada em 10 de maio de 1808, com a criação da Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, que segue o modelo da Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Reino (existente em Portugal), tendo os mesmos regulamentos e as mesmas competências. Este movimento tem razão na transferência da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro.

---

<sup>25</sup> A organização recebe a nomenclatura de Brigada militar em 15 de outubro de 1892, sendo adotado, em sua estruturação, o modelo do exército brasileiro. Esta designação é mantida por questões históricas. (CONSUL, 2006)

A polícia era uma só corporação até 1866, quando, por decreto, o imperador Dom Pedro II divide a polícia em civil e militar. O ramo militar dizia respeito ao Corpo Militar de Polícia da Corte, origem das Polícias Militares que temos hoje. O ramo civil era constituído pela Guarda Urbana, subordinada aos delegados do chefe de polícia da corte. O termo civil coloca-se em oposição a militar, explicitando esta condição e diz respeito ao regime, às regras que orientam as funções. As funções de polícia e justiça também eram integradas, o que só foi modificado com a separação em organizações diversas, em 1871.

As cores preta e branca, que identificam a polícia civil hoje, remontam ao início das atividades do primeiro chefe de polícia no Brasil. Representam o trabalho diuturno, dia e noite. Uma peculiaridade da história desta corporação, em 1842, os prédios das chefias de polícia e as delegacias foram pintados de branco e suas portas e janelas de preto, para que assim fossem identificados por qualquer pessoa em qualquer lugar.

Com o desenvolvimento das cidades, a complexidade das demandas de manutenção da ordem pública também cresceram, fazendo com que diferentes atribuições de polícia fossem criadas. Desse modo, surgiram as diferentes corporações encarregadas da segurança pública, como se tem hoje.

É possível resumir os principais momentos da história da polícia no Brasil, conforme dados da Academia de Polícia Civil (ACADEPOL)<sup>26</sup>:

**1008** - D. João VI, cria a Intendência Geral da Polícia da Corte e Estado do Brasil e o respectivo cargo de Intendente. A intendência seguia a mesma organização já existente em Portugal.

**1810** – É instituído o “Corpo de Comissários de Polícia”, sendo para este escolhidas pessoas de reconhecida honradez, probidade e patriotismo.

**1831** – Constituem-se os Corpos de Guardas Municipais, divididos em esquadras nos Distritos dos Juizes de Paz.

**1832** - O Código de Processo Criminal é promulgado e é instaurado o cargo de Inspetor de Quarteirão, com atribuição de vigiar e advertir os perturbadores da ordem pública.

**1841** - Reforma do Código de Processo Criminal, que cria no município da Corte e nas Províncias, um Chefe de Polícia e respectivos Delegados e

---

<sup>26</sup> ACADEPOL. Museu. A Polícia no Brasil: História da Polícia Civil Gaúcha. Porto Alegre. s.d. Cópia impressa.

Subdelegados. Este cargo tem aceitação obrigatória a partir da nomeação pelo Imperador Dom Pedro II ou pelos Presidentes de Província.

**1842** - É extinta a Intendência Geral de Polícia, sendo definidas as funções da Polícia Administrativa e Judiciária, subordinadas ao Ministro da Justiça.

**1866** - A Força Policial da Corte é reorganizada e dividida em militar e civil. A parte civil inicialmente é denominada Guarda Urbana e fica sob as ordens diretas do Chefe de Polícia.

**1871** – Separa-se Justiça e Polícia. O Chefe de Polícia, os Delegados e os Subdelegados passam a ter competência para proceder o inquérito policial, incluindo as diligências necessárias para o esclarecimento de fatos criminosos, como o exame de corpo de delito.

Interessante verificar que parte da organização policial segue a estrutura embrionária estabelecida a partir dessas origens. A criação da Polícia Civil, então, conta com 206 anos, sendo considerada a primeira corporação a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Com a Proclamação da República em 1889, esta passa a ser denominada Polícia Civil do Distrito Federal. Nessa perspectiva, registra-se que a função de Delegado de Polícia existe há 173 anos, e a criação do Inquérito Policial conta com 143 anos.

Depreende-se desta questão o quão difícil se apresenta mexer com uma organização que conta com profundo enraizamento histórico. A polícia apresenta-se como uma instituição cristalizada, tanto no modo de sua organização quanto na representação que tem junto à sociedade. As propostas de modernização enfrentam esta rigidez.

Em sua organização atual, a Polícia Civil é dirigida pelo Delegado de Polícia, mas a nomenclatura do cargo da 'direção-geral' varia de acordo com cada estado brasileiro, podendo apresentar-se, por exemplo, como Chefe de Polícia, Delegado Geral de Polícia ou Superintendente da Polícia Civil. Em sua estrutura, a Polícia Civil divide-se em: Departamentos de Polícia (da Capital ou Metropolitana, de Polícia do Interior, de Polícia Especializada, Delegacias e Distritos Policiais e Unidades de Operações especiais).

Os órgãos da perícia criminalística ou médico-legal nem sempre pertencem às Polícias Cíveis. Em vários estados, como é o caso do Rio Grande do Sul, são unidades independentes vinculadas às Secretarias de Segurança Pública.

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul organiza-se a partir da Chefia de Polícia, utilizando o termo Chefe e subchefe de polícia para seus dirigentes<sup>27</sup>. Divide-se<sup>28</sup> em 14 departamentos:

- ACADEPOL - Academia de Polícia Civil
- DPI - Departamento de Polícia do Interior
- CSP - Conselho Superior de Polícia
- DAP - Departamento de Administração Policial
- DECA - Departamento Estadual da Criança e do Adolescente
- DEIC - Departamento Estadual de Investigações Criminais
- DENARC - Departamento Estadual do Narcotráfico
- DETEL - Departamento Estadual de Telecomunicações
- DINP - Departamento Estadual de Informática Policial
- DPM - Departamento de Polícia Metropolitana
- DHPP - Departamento Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa
- GIE - Gabinete de Inteligência e Assuntos Estratégicos
- DAAI - Divisão de Assessoramento para Assuntos Institucionais e Direitos Humanos
- COGEPOL - Corregedoria Geral da Polícia Civil.

A Polícia Civil gaúcha passa oficialmente a existir a partir de 1841, quando da promulgação da Lei nº 261. Em 31 de janeiro de 1842, foi regulamentada e fixada a ordem hierárquica e a distinção entre Polícia Administrativa e Polícia Judiciária. Já pelo Decreto nº 11, de 04.01.1896, era criada a Chefatura de Polícia e em 21.01.1929 nascia a Guarda Civil, que, junto com a Guarda de Trânsito, compunha a Polícia Civil.

O primeiro Chefe da então Polícia Civil da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi empossado em setembro de 1842. Em 1872, a Polícia Civil de Porto Alegre foi dividida em 11 distritos policiais. O primeiro estatuto da Polícia Civil data de 1896 e estabelece a distinção entre a polícia administrativa, a cargo dos

---

<sup>27</sup> Os dados sobre a estruturação da Polícia Civil foram obtidos no site da organização (POLÍCIA CIVIL, 2014) e no documento da ACADEPOL (s.d.), com dados históricos.

<sup>28</sup> Organização referente a Junho de 2014.

municípios, e judiciária, a cargo do Estado. Ainda de acordo com a Lei que estabelece o estatuto, os presídios deveriam ser administrados pela Polícia Civil.

Em 1929, a Guarda Civil, que deriva das guardas municipais (estruturas não militares), recebe atribuições para a realização de policiamento preventivo, estando subordinada à Chefia de Polícia. Em 1937, foram criadas as delegacias especializadas e a Escola de Polícia, vinculada à polícia técnica. O Gabinete do Chefe de Polícia, nesse período, compreendia as delegacias especializadas, os presídios, a Guarda Civil, a polícia rural, a polícia técnica (Escola de Polícia, Gabinete Médico-Legal e Gabinete de Identificação) e as Subchefias (delegacias de polícia municipais).

Em 1947, pela primeira vez, a Polícia Civil foi prevista na Constituição do Estado. Embora tenha sido criada em 1937 e regulamentada em 1952, a Escola de Polícia apenas entrou em efetivo funcionamento em agosto de 1957. A Secretaria da Segurança Pública foi criada em 1958.

A Constituição Estadual de 1970 apresentava a possibilidade de ingresso de não bacharéis em Direito na carreira de Delegado de Polícia, no caso de não serem aprovados candidatos com a respectiva formação, em número suficiente para o provimento da demanda. Esta contingência foi extinta em 1976, quando o curso superior de Direito passa a ser exigência absoluta para ingresso na carreira de delegado (Lei 7.059, de 31 de dezembro de 1976).

Com relação aos agentes policiais, a exigência de curso superior reporta ao ano de 1997. A primeira turma de nível superior dos agentes ingressou na Academia de Polícia em 2000.

A Escola de Polícia passou a denominar-se Academia de Polícia (ACADEPOL) em 1988. De acordo com informações públicas, a Polícia Civil do RS foi a primeira Polícia da América Latina a implementar a disciplina de Direitos Humanos, na formação do policial.

Em 1991, foi extinta a Secretaria da Segurança Pública. A Chefia de Polícia e o Comando-Geral da PM ficaram vinculados, diretamente, ao Governador do Estado. Em 1995, foi criada a Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. Destaca-se que o lema da Polícia Civil Gaúcha é: 'servir e proteger'.

Assim como a nomenclatura para dirigente da polícia civil varia bastante conforme cada estado, também variam as estruturas de cargos e planos de carreiras dos policiais. Este é um dos aspectos que vêm sendo discutidos e questionados por

diferentes entidades e pesquisadores que atuam na área da segurança pública, como expressam Azevedo e Soares (2013). Esta variação traz uma diversidade que está para além de nomenclaturas, mas incide diretamente sobre a própria atuação e formação dos policiais, sendo ponto de discrepâncias no país.

A Polícia Civil do RS possui duas carreiras distintas: delegados e agentes. Como agentes de polícia, estão os cargos de Escrivão, Inspetor, Investigador e Comissário de Polícia. Inspetor, Investigador (cargo em extinção) e Comissário de Polícia são cargos que estão ligados aos atos investigativos. Os concursos públicos são realizados para os cargos de Delegado, escrivão e inspetor. O cargo de Comissário de Polícia corresponde ao teto das carreiras ou dos cargos de Escrivão e de Inspetor de Polícia.

Como todo cargo público, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o ingresso na Polícia Civil se dá via concurso público. Os requisitos para ingresso e regulamentações com relação ao processo seletivo estão definidos por lei Estadual. Cabe lembrar que cada Estado da Federação tem seu próprio regramento com relação a sua polícia civil.

São requisitos para ingresso na carreira policial: ser brasileiro; ter mais de 18 anos de idade; possuir carteira de habilitação categoria 'B' no mínimo; estar em dia com as obrigações militares e eleitorais e possuir curso superior de direito para delegados ou qualquer curso superior para escrivão e inspetor. O processo seletivo é dividido em três fases: provas intelectuais, física, avaliação médica e psicológica, exame da vida pregressa<sup>29</sup>, e curso de formação. Sendo cada etapa eliminatória. O candidato só é efetivamente empossado no cargo após a aprovação no curso de formação.

Concordo com as ideias de Soares (2006), quando afirma que as questões de relacionadas à segurança pública no Brasil 'têm saída'. Não consiste em uma tarefa fácil ou rápida, igualmente não se pode extinguir o crime e a violência. É possível, contudo, operar na perspectiva de um cotidiano menos violento, a partir do desenvolvimento de políticas públicas de segurança voltadas para a sociedade como um todo. Essa proposição envolve necessariamente a valorização e acompanhamento sistemático dos profissionais da segurança pública.

---

<sup>29</sup> Que tem a função de coleta de dados e verificação acerca da idoneidade moral. (RIO GRANDE DO SUL, 2005)

As instituições são como estátuas de areia: mostram-se estáticas e desistorizadas, mas os grãos que as compõem estão, ainda que imperceptivelmente, se movimentando, os fluxos não param de se agitar, o mar está ali adiante podendo, a qualquer momento, levar os grãos de areia que compõem essas estátuas, fazendo com que elas desapareçam.

Barros (1994, p. 148-149)

## 5 PERCORRENDO OS SINALIZADORES DO CAMPO

Esta parte do percurso da tese está construída no entrelaçamento dos fios teóricos escolhidos com os fios colhidos no campo, a partir de sinalizadores que vão orientando o percurso e auxiliando a construção da descrição e discussão. Desse modo, apresenta um desenho delineado no entrelaçamento do referencial teórico com as falas das entrevistas, considerando a apresentação inicial dessas falas, como demonstração do universo de dados que emergiu do campo.

O quadro a seguir demonstra os sinalizadores e respectivos fios, em sua relação com os objetivos específicos, traçados no delineamento da pesquisa. Vale salientar, no entanto, que o quadro apresenta sinalizadores e não partes estanques entre si. Trata-se de vislumbrar pontos de confluência, reconhecendo que, entre eles, há zonas de desmanche e trânsito.

Objetivos Específicos		Sinalizadores	Fios
1	Discutir questões transversais do trabalho do policial civil.	Território	Organização
			Relações
2	Analisar a construção de modos de subjetivação nesse campo de atuação profissional.	Máquina	O Ingresso
			O Polícia
3	Reconhecer dispositivos de produção de vida e potência nesse ambiente de trabalho	Movimento	Deslocamento
			A(fe)tivação

**Quadro 2: Objetivos, Sinalizadores e Fios**

A partir de agora, serão apresentados os desdobramentos de cada um desses itens, no entrelaçamento entre teoria e fala dos policiais.

## 5.1 SINALIZADOR TERRITÓRIO

Objetivos Específicos		Sinalizadores	Fios
1	Discutir questões transversais do trabalho do policial civil.	Território	Organização
			Relações

**Quadro 3: Sinalizador Território**

Explicita-se aqui a discussão sobre os aspectos transversais do trabalho do policial que foram explicitados no campo, em sua relação/implicação com/nos modos de subjetivação produzidos nesse espaço de atuação profissional. A transversalidade é tomada aqui, seguindo as pistas de Guattari (1981), como uma dimensão que escapa aos estratos da horizontalidade e da verticalidade. Trata-se de elementos construídos no entrelaçamento transversal das estruturas e das relações presentes na Organização Polícia Civil. Assim, nesses maquinismos, não há peças estanques, mas dispositivos em movimento, implicados na produção dos modos de trabalhar e no processo de subjetivação do ser policial.

O sinalizador *Território* apresenta-se no sentido do espaço existencial habitado pelos policiais no e a partir do seu cotidiano de trabalho. Compreende os agenciamentos rizomáticos produzidos nos processos de trabalho, nas relações, nos afetos, na organização polícia civil.

O território refere-se ao entrelaçamento das diferentes dimensões que nos atravessam e constituem. Desse modo, engendra modos de ser. Nas palavras de Guattari e Rolnik (1986, p. 323):

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.

Entende-se assim que este sinalizador traduz, por meio do que emerge nas falas dos policiais entrevistados, aspectos que transversalizam o cotidiano de trabalho e atuam no processo de subjetivação. O território está aqui representado por dois fios que emergiram mais fortemente nas falas: a organização do trabalho e as relações. Estes fios, por vezes, apresentam uma fronteira tênue; contudo, é importante destacá-los, por constituírem dimensões significativas do cotidiano de trabalho.

### 5.1.1 Fio Organização

O Fio Organização refere-se aqui ao conjunto Polícia Civil, às características da organização do trabalho que constituem a imagem-corpo desta instituição. Por organização do trabalho, entende-se, na presente escrita, as suas questões estruturais que compõem o cotidiano de trabalho, como estrutura física, demanda de trabalho, efetivo, divisão do trabalho, etc.

Tschiedel e Monteiro (2013) apontam para o fato de que a concepção de organização do trabalho difere de condições de trabalho, sendo elementos complementares quando o foco de discussão é a saúde do trabalhador. Anjos (2013, p. 272) define a organização do trabalho como “a divisão das tarefas e dos homens nas instituições”, estando diretamente ligada ao distanciamento entre trabalho prescrito e trabalho real.

Fio	Falas
ORGANIZAÇÃO	<p>D1 - A carga horária é grande. [...] Existe uma precariedade das condições de trabalho. [...] No interior é pior, porque tu faz tudo.</p> <p>A4 - O trabalho é pesado pelo volume de trabalho. [...] O que pega também é essa questão das condições de trabalho e defasagem de pessoal.</p> <p>D1 - No plantão, a demanda de trabalho depende do dia, mas é melhor, pois termina o trabalho e não tem que seguir com a investigação. Outros é que vão fazer. [...] Só ainda não acostumei com a questão do sono. O primeiro dia depois do plantão é morto. [...] Na delegacia, tinha muito trabalho noturno. Não se pega tráfico de dia.</p>

	<p>A2 - Daí esse pessoal novo emenda plantão pra juntar as folgas e ver a família [que mora em outra cidade]. Então faz uma semana direto. Quem é que aguenta isso? Eu já disse: vocês vão adoecer logo, logo. E que qualidade de tempo com a família, se o cara chega um bagaço? Quem é que emenda 24 horas?</p> <p>A4 - Material e métodos [no trabalho da PC] são defasados pela questão cultural. Poderia até se propor algo, mas é muito trabalho, mal se consegue dar conta do trabalho, quanto mais propor algo.</p> <p>D2 - A PC é uma instituição com disciplina e hierarquia. É diferente da Polícia Militar, porque não tem o militarismo, mas funciona na base da disciplina e da hierarquia. Às vezes o pessoal que chega não tem essa ideia.</p> <p>D2 - Tem muito trabalho, é humanamente impossível. Acaba tendo que escolher o que vai investigar. É o delegado quem escolhe. A investigação é seletiva, não tem como fazer tudo.</p> <p>A1 - O plano de carreira não tem estrutura. O crescimento depende, muitas vezes, de política.</p> <p>D2 - Acontece cobrança [na ponta] quando morre algum político, empresário.</p> <p>D2 - Não existe no Brasil uma padronização. Tem estados que o chefe de polícia é diretor geral, delegado geral, delegado coordenador, etc. Não existe uma nomenclatura comum aos cargos e nem plano de carreira comum.</p> <p>A1 - Hoje este chefe de polícia que está aí é bom. Tem visão do todo da polícia e tem uma preocupação com a 'executiva', o fazer da coisa. Dá pra ver pelas "operações" que são realizadas. Também colocou as promoções. Tem cursos de atualização.</p>
--	--

#### **Quadro 4: Fio Organização**

Um primeiro ponto a ser discutido diz respeito à impossibilidade do trabalho do ponto de vista do tamanho da demanda colocada. Trata-se de questão apontada por pesquisadores que têm se dedicado a pensar o trabalho policial, referindo-a como um ponto gerador de adoecimento nas condições de trabalho (ANCHIETA, 2011; HAGEN, 2006; MINAYO, 2003). Vale ressaltar, no entanto, que existem aspectos pertinentes ao universo dos servidores públicos, ou seja, parte dos problemas estruturais é comum a diferentes categorias.

*D1: A carga horária é grande. [...] Existe uma precariedade das condições de trabalho. [...] No interior é pior, porque tu faz tudo.*

*A4: O trabalho é pesado pelo volume de trabalho. [...] O que pega também é essa questão das condições de trabalho e defasagem de pessoal.*

O Plantão é como a porta de entrada da Polícia Civil, é responsável por iniciar o atendimento à população. O regime de trabalho é de 24 horas seguidas, intercaladas por 72 horas de folga. Este espaço de trabalho apresenta peculiaridades, como discutido por Hagen (2006). Destaca-se um relativo afastamento das questões cotidianas da delegacia. Por um lado, é uma atividade que coloca os policiais diretamente no lugar de uma espécie de anteparo, pois eles ali lidam com todos os tipos de situações. Por outro lado, seu trabalho fica encerrado ao final do período do plantão, já que eles não serão responsáveis por dar prosseguimento às ações investigativas. Corroborando com essa leitura, a afirmativa seguinte:

*D1: No plantão, a demanda de trabalho depende do dia, mas é melhor, pois termina o trabalho e não tem que seguir com a investigação. Outros é que vão fazer.*

As instituições ligadas à segurança, públicas ou privadas, são compostas por pessoas que fazem parte da sociedade a que servem. Não são, portanto, pessoas diferentes desta sociedade, embora sejam ressocializadas pelo Estado e subjetivadas em um peculiar contexto de trabalho. Portanto, refletir sobre Segurança Pública, no Brasil, implica pensar nos homens e mulheres que integram o quadro funcional das polícias.

A necessidade da construção e de implantação de políticas públicas de valorização do servidor também é apontada por Tschiedel e Monteiro (2013), em relação aos agentes penitenciários. Os autores ressaltam que, quando falamos do trabalhador do Campo da Segurança Pública, temos algumas carências comuns.

Aguiar (2002) aponta como fundamental a necessidade de implantação de programas de saúde mental nas organizações policiais, para atender aos servidores da Segurança Pública. Neste caminho, a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (realizada em 2009) reconhece que a valorização profissional e a qualificação dos operadores de segurança passam, obrigatoriamente, pela atenção à saúde física e mental desses trabalhadores.

Como destaca Lima (2010, p.365), entretanto, as atuais propostas de intervenção em saúde no trabalho, em diferentes espaços do serviço público, são muitas vezes os Programas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Estes programas: “[...] oferecem nada mais do que diferentes práticas que desconsideram o trabalho em si e negam de forma acrítica a relação do sujeito com seu trabalho como foco para o processo de saúde-adoecimento”.

A perspectiva da QVT acaba por ser ‘importada’ de modelos de gestão empregados na iniciativa privada para o Serviço Público, sem considerar as peculiaridades que este campo de trabalho apresenta. Como exemplo, o que se tem hoje, como Política Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador da Segurança Pública, organizada e direcionada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), é um programa de promoção de qualidade de vida (BRASIL, 2010).

A QVT prevê práticas de atenção à saúde e à saúde mental, vinculadas ao trabalho; contudo, o entendimento tem fundamentação na abordagem teórico-metodológica das teorias sobre estresse (JACQUES, 2003; MONTEIRO et al, 2007). Nesse ponto, é necessária atenção e cuidado em relação aos Programas de QVT, uma vez que, em razão de sua base teórica (teorias sobre estresse), esses programas podem se constituir em leituras superficiais, que, não raro, acabam por culpabilizar o trabalhador por questões de adoecimento. (SCHLINDWEIN, 2013).

Deve-se, contudo, ter o cuidado de evitar generalizações, considerando que é sempre possível subverter as práticas. Na experiência junto aos bombeiros, relatada por Monteiro et al (2007), a QVT é pensada com os sujeitos em relação ao trabalho e à organização. As autoras partem da escuta dos trabalhadores para a compreensão das ações a serem implementadas.

Cabe ressaltar aqui o que está sendo considerado como conceito de saúde. Para tanto, é possível recorrer a Canguilhem (1995), quando ele assevera que a saúde é o modo de fazer a vida andar. A tese do autor sobre a distinção entre patologia e anormalidade, e o seu conceito de saúde não restrito à ausência de doença, rompe com a oposição entre saúde e doença, lançando mão da ideia de que a doença é um processo:

[...] uma reação generalizada com intenção de cura, o estado mórbido é sempre uma certa maneira de viver. [...] A doença não é

somente desequilíbrio ou desarmonia; ela é também, e talvez, sobretudo, o esforço que a natureza exerce no homem para obter um novo equilíbrio. (CANGUILHEM, 1995, p. 20-21)

Entende-se que a leitura realizada por Dejours (1986), ao salientar que é a mudança e não a estabilidade o que predomina no funcionamento do ser humano, segue a mesma proposição. Nas palavras do autor:

[...] a saúde mental não é certamente o bem-estar psíquico. A saúde é quando ter esperança é permitido. [...] O que faz as pessoas viverem é, antes de tudo, seu desejo. [...] O verdadeiro perigo existe quando não há mais desejo, quando ele não é mais possível. (DEJOURS, 1986, p.9)

Jardim e Glina (2000, p.32) relacionam ocupações que estão mais suscetíveis a gerar sofrimento psíquico. Entre estas, destaca-se o trabalho não reconhecido ou fonte de ameaça à integridade física e/ou psíquica. As autoras apresentam a frequente relação existente entre o uso abusivo de álcool e profissões: “[...] que se caracterizam por ser socialmente desprestigiadas, e mesmo determinantes de certa rejeição, como as que implicam contato com cadáveres, lixo ou dejetos em geral [...]”.

A característica que distingue o trabalho do policial, o trabalho em turnos, é apontada como fator de sofrimento e adoecimento. Minayo (2003) assinala que o trabalho em turnos acarreta não apenas distúrbios físico-biológicos, mas também consequências psicológicas e sociais, atingindo a vida familiar e desencadeando reações de agressividade e intolerância.

O regime de trabalho em turnos reflete não apenas nas questões de ciclos sono-vigília, mas nos modos de vida. A socialização, o convívio com a família e amigos, fica atravessada por essa característica do trabalho. O trabalho que não para, a organização que funciona 24 horas. Este aspecto aparece nas falas abaixo:

*D1: Só ainda não acostumei com a questão do sono. O primeiro dia depois do plantão é morto. [...] Na delegacia, tinha muito trabalho noturno. Não se pega tráfico de dia.*

*A2: Daí esse pessoal novo emenda plantão pra juntar as folgas e ver a família (que mora em outra cidade). Então faz uma semana direto.*

*Quem é que aguenta isso? Eu já disse: vocês vão adoecer logo, logo. E que qualidade de tempo com a família, se o cara chega um bagaço? Quem é que emenda 24 horas?*

No estudo de Tschiedel e Monteiro (2013), sobre agentes penitenciários, os resultados e discussões apontaram para fatores semelhantes em relação à sobrecarga de trabalho. A possibilidade de flexibilidade nos horários, devido à característica do trabalho em regime de turnos e plantão, acaba por levar a uma concentração de dias trabalhados, visando ‘facilitar’ a vida em outros aspectos.

Soma-se a essa característica do trabalho a dificuldade de tirar férias, pelo número reduzido de efetivo, a realização frequente de horas extras e os trabalhos fora do turno, para complementar o salário. Com estes fatores, o que se tem são profissionais cansados, com alto índice de estresse:

Tais fatores se tornam deveras preocupantes quando falamos de policiais, cujo ofício, por si mesmo, já é uma permanente fonte de tensão. Um trabalho policial realizado por pessoas fatigadas e com maior propensão ao descontrole e à agressividade, pela alteração do sono, só torna a situação menos segura e mais tensa ainda. (MINAYO, 2003, p.140)

Quando se pensa na polícia, o que se constata na prática é a manutenção das organizações policiais para controlar e manter afastados aqueles que são indesejados para a sociedade. Não interessa ao senso comum predominante ter uma nova polícia, não se quer uma polícia para todos. A polícia e o policiamento se constituem também, e ainda, em aparelho de repressão a serviço da reprodução social.

Dejours (2004) afirma que, para lidar com o sofrimento, o sujeito trabalhador estabelece estratégias defensivas, que permitem manter uma, dita, normalidade. Isso não implica que o sofrimento não esteja presente; pelo contrário, aqui se estabelece uma luta contra a desestabilização psíquica. Em função disso, o autor propôs o conceito de ‘normalidade sofrente’.

No caso do trabalho policial, é comum encontrar, como defesa do sofrimento mental, comportamentos violentos e arbitrários. Neste sentido, Amador (2002) propõe romper com a lógica assistencial-curativa, que enfoca o sujeito já adoecido individualmente. A compreensão indica o caminho de que é preciso buscar soluções

coletivas, dentro do próprio espaço de trabalho, com caráter preventivo e promotor de saúde. Para isso, é importante realizar uma escuta desse trabalhador e construir, de modo conjunto, programas que, de fato, promovam transformação na organização do trabalho, na dureza deste cotidiano.

Uma questão sensível não só à polícia, mas ao serviço público de modo geral é o não estabelecimento de programas de atenção aos servidores públicos. Quando eles são pensados, são restritos à gestão vigente, constituindo-se, portanto, como políticas de governo e não de estado. A cada nova gestão corre-se o risco de ver proposições e projetos que estão em andamento, com bons resultados, serem interrompidos e substituídos por ações outras que necessitam iniciar do zero.

Minayo (2003) refere, como resultado de pesquisa junto aos policiais civis, a falta de condições de trabalho (ambiente físico, estrutura de informática, equipamentos, etc.) que atinge praticamente a totalidade desses trabalhadores. Apesar das queixas generalizadas, contudo, essa situação gera uma oportunidade para a afirmação do sujeito e do coletivo de trabalho, como corroboram Baierle (2007) e Castro (2010). Isso se verifica porque a própria condição desafiadora pode contribuir para mobilizar a criatividade, na busca da resolução dos problemas para fazer o trabalho andar.

A partir da leitura desses estudos (BAIERLE, 2007; CASTRO, 2010), realizados junto a uma Guarda Municipal, é possível pensar que não é a falta de condições que gera essa criatividade, mas a potência, o investimento do trabalhador, no caso do policial, para fazer o trabalho funcionar.

Os estudos de Dejours (2005) apontam a importância do fator reconhecimento para a saúde mental do trabalhador. O autor afirma, inclusive, que o reconhecimento não é uma reivindicação secundária do trabalhador, mas algo decisivo na dinâmica da subjetividade, no que diz respeito, por exemplo, à chamada motivação para o trabalho.

De acordo com Merlo (1999), o reconhecimento é como uma retribuição que o trabalhador espera receber em troca de sua contribuição para a organização do trabalho. Esta contribuição se dá a partir de sua inventividade, no preenchimento da lacuna entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Isso não ocorre sem sofrimento mental e para a saúde como um todo:

Em outras palavras, podemos dizer que o reconhecimento é condição indispensável no processo de mobilização subjetiva da inteligência e da personalidade no trabalho, desempenhando um papel fundamental na possibilidade de se transformar o sofrimento em prazer. (MERLO et al., 2004, p.140).

O trabalho dos agentes de Segurança Pública é minado duplamente pela falta de reconhecimento. Por um lado, a sociedade tem uma validação negativa e preconceituosa. Por outro, dentro das próprias instituições, esses profissionais sofrem com a desvalorização, ficando o reconhecimento ao sabor do chefe do momento – característica do serviço público. (MINAYO, 2003).

Apresenta-se, portanto, o peso histórico da instituição, as linhas molares. Nesse sentido, percebe-se que mudanças não são exequíveis, por uma questão cultural, um funcionamento instituído. A própria proposição de alterações é inibida na cadência dos processos. O trabalho se estabelece de modo a não funcionar, a vedar as ações propositivas.

*A4: Material e métodos [no trabalho da PC] são defasados pela questão cultural. Poderia até se propor algo, mas é muito trabalho. Mal se consegue dar conta do trabalho, quanto mais propor algo.*

A sobrecarga de trabalho traz implicações no direcionamento da ação fim da Polícia, a investigação. Na fala que segue, esta é uma questão bastante explícita. Ainda, está aqui delineada uma característica marcante desse campo de atuação, o direcionamento do trabalho centralizado na figura do delegado. Para Monteiro e Jacoby (2013), a sobrecarga de trabalho envolve o excesso de atividades, o trabalho em demasia e as demandas por desempenho, bem como as ideologias de excelência, ligadas aos modos de gestão da atualidade.

*A4: O andamento é conforme o delegado de polícia.*

Existe hoje um descompasso na própria estrutura de cargos da Polícia. Neste sentido, ganha força e sentido a atual discussão em termos de uma reforma estrutural, não apenas da desmilitarização das polícias, mas da orientação para uma carreira única.

*A1: O plano de carreira não tem estrutura. O crescimento depende, muitas vezes, de política.*

Esta centralidade da figura do delegado mostra que, apesar de não ser uma instituição militarizada, existe uma hierarquia que atravessa o cotidiano e a organização do trabalho.

*D2: A PC é uma instituição com disciplina e hierarquia. É diferente da Polícia Militar, porque não tem o militarismo, mas funciona na base da disciplina e da hierarquia. Às vezes, o pessoal que chega não tem essa ideia.*

A ausência de uma diretriz em termos de estrutura organizacional reflete a falta de um olhar para essa organização como espaço de trabalho. Diria mesmo falta de um olhar administrativo organizacional. Na extensão e diversidade existentes no Brasil, não há como pensar em uma padronização absoluta.

*D2: Não existe no Brasil uma padronização. Tem estados que o chefe de polícia é diretor geral, delegado geral, delegado coordenador, etc. Não existe uma nomenclatura comum aos cargos e nem plano de carreira comum.*

A consideração sobre plano de carreira, nomenclaturas, formação carece de investimento político e legislativo. Para pensar na possibilidade de surgir outra polícia, que atenda às demandas colocadas pela sociedade contemporânea, é necessário e imperativo considerar a necessidade de reformas estruturais nacionais. No caso, reformas que sejam construídas e implementadas como política de Estado, não como ações isoladas, ao sabor da troca de governos.

*A1: Hoje este chefe de polícia que está aí é bom. Tem visão do todo da polícia e tem uma preocupação com a “executiva”, o fazer da coisa. Dá pra ver pelas “operações” que são realizadas. Também colocou as promoções. Tem cursos de atualização.*

### 5.1.2 Fio Relações

Ao seguir o fio Relações, procurou-se agrupar as falas que indicam modos de interação entre os sujeitos trabalhadores da Polícia Civil, questões relativas à gestão, ao relacionamento com colegas e com o trabalho fim.

Fio	Falas
RELAÇÕES	<p>A4 - O andamento é conforme o delegado de polícia.</p> <p>A1 - Toda estrutura gira em torno de um, o delegado. Daí o delegado é delegado de tudo. Varia muito [o trabalho] pela questão gerencial, tem falhas enormes na questão de gestão. Se não tem uma mão boa, tu te perde. Começa a errar de novo, começa a achar normal [falava de adotar comportamentos arbitrários e agressivos].</p> <p>D2 - No administrativo (gestão) tem mais cobrança, prazos, não que na delegacia não tenha, mas é diferente. E tu te frustra, por não poder atender a ponta, por não ter recurso ou não ser liberado</p> <p>A5 - Não existe gestão na polícia. Cada um acha que pode fazer do seu jeito e da sua cabeça. Os delegados dizem: o meu funcionário, a minha delegacia e muitos agentes falam: o meu delegado.</p> <p>D2 - Delegado e agente? Não vejo problema na nomenclatura. No Direito, inclusive, o que se designa é a autoridade, que é o delegado, e o agente da autoridade, que são os demais.</p> <p>D1 - A pior coisa é lidar com o pessoal. Prefiro minha mesa cheia de papel do que lidar com o pessoal da delegacia.</p> <p>D2 - É muito mais difícil [a gestão de pessoas] do que a investigação. Meu pai era delegado e me disse, quando entrei para a PC, que eu iria ter mais problema com os policiais do que com os delinquentes. É uma questão de administração das diferenças, das disputas entre os agentes.</p> <p>D1 - Como é que tu vai lidar com uma pessoa que tu tem o poder de mandar nela e, ao mesmo tempo, tratar com delicadeza?</p> <p>D1 - É fácil para os agentes enrubar um delegado. Teve uma vez, um delegado conhecido meu, que o agente extorquia (as pessoas) para não prender e dizia que o dinheiro era pra ele e para o delegado. Até onde conhecia, era um delegado muito correto, muito sério, não seria disso.</p> <p>D1 - No plantão tem que resolver na hora. Se vai indiciar ou não. Teve uma situação de um furto de 20,00 que eu tinha que decidir. Era pouco, mas o cara já tinha outras passagens. Acabei optando por não fazer,</p>

	<p>porque não compensava o valor. Olha tudo que iria mexer em termos da máquina pública. Daí a gente dá uma bronca e libera. Mas é risco. Em [outra cidade] o promotor entrou com uma ação [contra ela] por uma situação semelhante. Era um valor que não tinha porque, mas ele alegou que era prevaricação.</p> <p>A1 - No administrativo, é mais estressante porque tu enxuga gelo e, às vezes, não reconhecem. Tem delegado que não percebe isso. E quando não é bem feito, tu te estressa porque não é o que tu quer fazer.</p> <p>D2 - Teve uma pesquisa sobre estresse [...] o retorno dizia que a concentração não está na atividade fim, mas no administrativo. Hoje que estou neste lugar realmente sinto isso, é difícil querer fazer e não ter os meios, não depende só de mim.</p> <p>A4 - As pessoas ficam horas para registrar algo que a gente entende que pode ser diferente.</p> <p>D2 - E tem muito problema. Muitas coisas que tu vê e são problemas mais complexos do que tu pode responder. Precisa de saúde, assistência...</p> <p>A2 - 60% dos problemas que aparecem não são problemas de polícia.</p>
--	--

**Quadro 5: Fio Relações**

O modo como o trabalho é direcionado nas delegacias depende do perfil do delegado. Este profissional é responsável tanto pela gestão administrativa e orientação das investigações, quanto pela gestão de pessoal.

*A1: Toda estrutura gira em torno de um, o delegado. Daí o delegado é delegado de tudo. Varia muito [o trabalho] pela questão gerencial, tem falhas enormes na questão de gestão. Se não tem uma mão boa, tu te perde. Começa a errar de novo, começa a achar normal [adotar comportamentos arbitrários e agressivos].*

*A5: Não existe gestão na polícia. Cada um acha que pode fazer do seu jeito e da sua cabeça. Os delegados dizem: o meu funcionário, a minha delegacia, e muitos agentes falam: o meu delegado.*

Essa questão tem um duplo significado, envolvendo a centralização de poderes, mas também algo mais pessoal, da confiança e do vínculo. A questão de 'pegar junto' na hora da rua, de poder confiar que o policial é honesto e não vai ter um comportamento que comprometa o delegado. Isso acontece em qualquer

ambiente de trabalho, mas se evidencia muito na polícia, pelas peculiaridades do objeto de foco do trabalho.

*D2: Tem muito trabalho, é humanamente impossível. Acaba tendo que escolher o que vai investigar. É o delegado quem escolhe. A investigação é seletiva, não tem como fazer tudo.*

Na 'escolha' do que será investigado, há atravessamentos das questões pessoais, o que não poderia ser diferente, uma vez que o trabalho é daquele que opera a segurança, que coloca a máquina em funcionamento. Também são verificadas pressões do momento, pela gravidade do caso, por pressões políticas e midiáticas.

*D2: Acontece cobrança [na ponta] quando morre algum político, empresário.*

A cultura cristalizada mostra a questão do poder, da autoridade, tornando explícita essa diferenciação entre delegado e agente. Trata-se de uma cultura que vem da própria história da polícia, pois, por algum tempo, o delegado era o único cargo para o qual era exigido nível superior. Desse modo, é possível pensar que o enrijecimento da cultura foi se construindo pela hierarquia formal e pela distinção de conhecimento, havendo uma valorização do saber jurídico sobre prático.

*D2: Delegado e agente? Não vejo problema na nomenclatura. No Direito, inclusive, o que se designa é a autoridade, que é o delegado, e o agente da autoridade, que são os demais.*

O delegado é selecionado e formado para ser um bom investigador e/ou um bom criminalista, no sentido da produção do inquérito, mas não para ser gestor de pessoas. Isso seria de fundamental importância, considerando as peculiaridades envolvidas no trabalho policial, como o poder do qual os agentes são investidos, a dureza do contato cotidiano com aspectos de precariedade econômicos, sociais e humanos da sociedade e o risco envolvido na atuação.

*D1: A pior coisa é lidar com o pessoal. Prefiro minha mesa cheia de papel do que lidar com o pessoal da delegacia. [...] Não existe uma formação para esta função [a gestão de pessoas].*

*D2: É muito mais difícil [a gestão de pessoas] do que a investigação. Meu pai era delegado e me disse, quando entrei para a PC, que eu iria ter mais problema com os policiais do que com os delinquentes. É uma questão de administração das diferenças, das disputas entre os agentes.*

*D1: É fácil para os agentes enrubar um delegado. Teve uma vez, um delegado conhecido meu, que o agente extorquia (as pessoas) para não prender e dizia que o dinheiro era pra ele e para o delegado. Até onde conhecia, era um delegado muito correto, muito sério, não seria disso.*

Deve haver um maior investimento na qualificação dos Delegados de Polícia, no que tange às questões relativas à gestão de pessoas. Assim como em qualquer organização, a gestão desempenha papel fundamental, ao referirmos a saúde mental do trabalhador. Este investimento em formação levaria a melhores condições de trabalho e saúde para agentes e delegados, resultando, portanto, em uma melhoria no desempenho da Polícia, em termos de prestação de serviços para a população.

Estudos sobre a Polícia Civil (HAGEN, 2006; MINAYO, 2003) apontam a diferenciação entre o trabalho burocrático e o trabalho operacional. Com base nesses estudos, é possível imaginar, em um primeiro momento, que a função de risco, desempenhada pelo pessoal que está na rua, poderia ser um complicador para a ação policial; contudo, o que se tem na literatura e está corroborado pelas falas que seguem, indica a função administrativa como maior problemática.

*A1: No administrativo, é mais estressante porque tu enxuga gelo<sup>30</sup> e, às vezes, não reconhecem. Tem delegado que não percebe isso. E quando não é bem feito, tu te estressa porque não é o que tu quer fazer.*

*D2: Teve uma pesquisa sobre estresse aqui [...] o retorno dizia que a concentração não está na atividade fim, mas no administrativo. Hoje que estou neste lugar realmente sinto isso. É difícil querer fazer e não ter os meios, não depende só de mim.*

---

<sup>30</sup> Expressão popular utilizada quando alguém se empenha em realizar uma tarefa impossível.

Na sobrecarga de trabalho, é possível entrever o trabalho prescrito e o trabalho real. Na letra fria da lei, todas as denúncias devem ser investigadas; na prática, esta não é uma possibilidade. A enorme demanda colocada sobre o cotidiano policial faz, como referido anteriormente, com que exista uma seleção do que deve ser levado adiante, em termos de investigação. Soma-se a isso o dado real de que, de fato, não é produtivo colocar a máquina do Estado em funcionamento por questões menores. A engrenagem é demasiado pesada e seu acionamento pode mesmo gerar um custo maior do que o benefício.

*D1: No plantão tem que resolver na hora. Se vai indiciar ou não. Teve uma situação de um furto de 20,00 que eu tinha que decidir. Era pouco, mas o cara já tinha outras passagens. Acabei optando por não fazer, porque não compensava o valor. Olha tudo que iria mexer em termos da máquina pública. Daí a gente dá uma bronca e libera. Mas é risco. Em [outra cidade] o promotor entrou com uma ação [contra ela] por uma situação semelhante. Era um valor que não tinha porque, mas ele alegou que era prevaricação.*

Está na discricionariedade do delegado o funcionamento do trabalho. É possível pensar em uma questão de negligência, olhando com a lente do prescrito. O que se apresenta, porém, é o conhecimento tácito do trabalhador, seu investimento subjetivo, quando tomamos o olhar do ponto do real.

A mediação de conflitos também pode ser mais eficaz para determinadas situações do que a burocracia de um inquérito. Existem situações que a função da polícia seria de orientação, o que pode ocorrer no informal, na “bronca”, e não via judicial.

*A4: As pessoas ficam horas para registrar algo que a gente entende que pode ser diferente.*

O policial é o operador da segurança pública; contudo, cabe aqui uma reflexão sobre o que está implicado nesta política pública. A compreensão sobre a segurança pública hoje não está reduzida ao trabalho policial. Diferentes fatores levam ao incremento dos números de violência e de criminalidade. A polícia tem uma função de ponta, onde os problemas aparecem sobre o prisma da violência e

criminalidade. O investimento em segurança pública deve ser um investimento em políticas públicas diversas. Como foi explicitado no documentário Notícias de uma guerra particular (1999), “só a polícia não resolve”.

*D2: E tem muito problema. Muitas coisas que tu vê e são problemas mais complexos do que tu pode responder. Precisa de saúde, assistência.....*

*A2: 60% dos problemas que aparecem não são problema de polícia.*

Com os fios do Sinalizador Território, é possível tecer esta primeira trama, pontos que constituem este desenho onde se desenrola a construção de modos de ser Policial. Seguindo o percurso desta análise, outros fios são necessários para a expansão do crochê. Nas pistas recolhidas, chega-se à conexão Território-Máquina.

## 5.2 SINALIZADOR MÁQUINA

Objetivos Específicos		Sinalizadores	
2	Analisar a construção de modos de subjetivação nesse campo de atuação profissional.	Máquina	O Ingresso
			O Polícia

**Quadro 6: Sinalizador Máquina**

O Sinalizador Máquina está aqui colocado no sentido de apontar as mutações que se produzem no encontro com a máquina instituição/organização Polícia Civil. Trata da discussão produzida a partir das falas que mostram a intensidade do encontro com o mundo da engrenagem policial. Aborda o processo de subjetivação do policial ou, dizendo de outra maneira, o processamento do sujeito em sujeito policial.

### 5.2.1 Fio O Ingresso

Fica nítida, nas falas dos policiais, a intensidade do processo de ingresso na corporação. Percebe-se que se trata de uma desterritorialização voraz, colocando-os frente a um mundo desconhecido. Nas palavras de Guattari e Rolnik (1986, p.323): “O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir”.

Fio	Falas
O INGRESSO	<p>D1 - Mudou os rumos da minha vida.</p> <p>A1 - Mudou os rumos da vida. Foi um choque pelo que eu não conhecia (da vida).</p> <p>A4 - O me marcou muito foi pegar uma arma de fogo e ter a chave de um dos principais prédios da cidade.</p> <p>A1 - A primeira vez que vi um xadrez foi um choque.</p> <p>A4 - Antes eu tinha trabalhado na Febem. Então, vir para polícia.... Eu vim pro paraíso.</p> <p>A1 - No início, parece que tu está em um filme...e alguns colegas acham que ainda estão, que têm o corpo fechado.</p> <p>A2 - Fui nomeada para um cidade no interior. Não tinha nada de estrutura. O prefeito disse na minha cara que tinha pedido um polícia e não uma mulher. E eu disse que também não queria estar lá. Não tinha o que fazer na cidade. A única coisa que tinha pra fazer era beber. Bebia muito, e o pessoal da delegacia também. Bebiam ou jogavam... ou bebiam e jogavam, todos os dias. No curso de formação, disseram: “A partir de agora, vocês não são mais as mesmas pessoas. Tu vai ver uma outra coisa, uma outra vida”.</p> <p>D1 - Com o tempo, fui me tornando mais insensível. Tu só lida com coisa ruim. Lembro um dos primeiros casos que atendi. Era uma situação de abuso de uma menina. A escola que denunciou, e o abusador era o pai. A menina inventou uma história para não contar, disse que tinha sido um negrão no mato. Tinha irmãos menores que também eram abusados. Acabou sendo o mais novo que falou. Tive que sair da sala pra chorar. Um agente viu e me disse: é assim mesmo delegada. [...] Não chorei no enterro da minha mãe, acho que é por causa dessa insensibilidade. Afinal, se vê tanto morto/defunto de tudo que é jeito. Talvez seja até uma defesa.</p> <p>A1 -Teve um caso que me marcou muito. Uma mulher grávida que iria dar a luz no dia seguinte. Estava com a cesária marcada. Foi assassinada a faca, em função de guerra de gangues do tráfico. Quando chegamos na</p>

	<p>casa, estava ela e o companheiro mortos, e o bebê para fora da barriga. Abriram a barriga e puxaram o bebê pra fora. Nunca esqueci aquilo.</p> <p>D1 - E não tem um curso pra isso. Na ACADEPOL se estuda Direito Civil, Penal, prática de investigação... mas nada que prepare... para isso [cotidiano de violência].</p> <p>A1 - Tu vai criando um perfil... Até então [entrar para a Polícia], nunca tinha pensado que alguém poderia me atacar. Tu vai te distanciando da tua personalidade, vai perdendo as tuas características. [...] Tu tem que gelar, tem que esquecer os teus princípios. Já passei por tanta coisa [na rua] às vezes sem saber... Tu vai ficando meio frio, senão tu não volta mais pro trabalho.</p> <p>A4 - A minha formação foi de 11 meses. Era gestão do PT, e os primeiros quatro ou cinco meses foram integrados entre as polícias.</p> <p>A1 - A ACADEPOL durou um ano ou um ano e meio.</p> <p>D2 - Sobre a matriz curricular: é complicado porque as polícias têm atribuições diferentes, e a matriz é a mesma. A função da PC se aproxima muito mais da função da PF do que da PM. É investigação criminal e a PM é policiamento ostensivo. Então é diferente. E não é uma questão de dizer se é melhor ou pior, apenas diferente.</p> <p>D2 - Então tem sempre uma adaptação, que acaba sendo uma escolha política, do chefe de polícia. Hoje temos ênfase na investigação nos cursos, porque também não dá para focar em tudo, senão fica inviável o número de horas. [...] O que acontece é que a carga horária pode flutuar conforme a necessidade. O mínimo, pela matriz, são 800h. Se existe tempo, pode ser um curso maior, mas, por exemplo, agora vão chamar delegados, e o pessoal tem que estar pronto até [determinado acontecimento]<sup>31</sup>. Então o curso tem que ser enxugado. Vai ficar com esse mínimo, senão não dá tempo. E se utiliza recursos como aula nos três turnos, final de semana, feriado. Não é o ideal, porque daí a formação está entrando por aqui e saindo [mostra as orelhas]. Mas é o que acontece e o que às vezes tem que acontecer.</p> <p>A5 - Só mais recentemente conseguimos incluir duas disciplinas na formação de Delegados [2008] e agora [2013] para Inspectores e Escrivães. [...] Então as disciplinas de gestão hoje são duas: uma qualidade de vida e saúde e outra sobre relações humanas. Agora tiveram a carga horária diminuída, para que a investigação tivesse a carga aumentada. Porque a ênfase desse chefe de Polícia é na investigação.</p> <p>A2 - Hoje o problema são os novos...e não os antigos. Esse pessoal não tem experiência de vida. Saem da faculdade e entram no concurso. E qual é o preparo que essa gurizada tem?</p> <p>D1 - Eu não tenho muito tempo para fazer exercício. Chego muito cansada em casa, não dá vontade. Quando consigo fazer exercício, acho que a saúde fica melhor, até a disposição. [...] Fiquei hipertensa depois que entrei</p>
--	---

<sup>31</sup> Optou-se por não identificar o acontecimento, por entender que se tratava de uma questão estratégica da corporação.

	para a polícia e tive depressão.
--	----------------------------------

**Quadro 7: Fio O Ingresso**

O ingresso na engrenagem máquina da Polícia passa pela dureza do cotidiano, do sofrimento do ser humano, do contato com o crime e com a morte. Passa também pelo ingresso em um espaço de poder, do poder de ser aquele que opera a máquina da segurança pública.

Para Guattari (1991, p.28), este movimento pode ser produtor de potência de vida ou de destruição: “[...] uma desterritorialização por demais brutal, que destrói o Agenciamento de subjetivação [...]. Ao contrário, uma desterritorialização suave pode fazer evoluir os Agenciamentos de um modo processual construtivo”.

O ingresso na máquina produz imediatamente um choque, que produz dor e desassossego. O processamento do sujeito, quando da formação policial, faz com que ele não seja mais o mesmo. Há níveis de transformação, de tal forma que, aparentemente, ele continua sendo o mesmo, porém é o mesmo sujeito processado, transversalizado, misturado aos diversos atravessamentos desta instituição. O estranhamento que provoca o choque inicial ocorre na dureza deste transpassar, que, gradualmente, vai se fundindo, na produção do modo *polícia*.

*D1: Mudou os rumos da minha vida.*

*A1: Mudou os rumos da vida. Foi um choque pelo que eu não conhecia (da vida).*

*A4: O que me marcou muito foi pegar uma arma de fogo e ter a chave de um dos principais prédios da cidade.*

*A1: A primeira vez que vi um xadrez foi um choque.*

Ainda em comparação com outros espaços de trabalho, contudo, a máquina pode ser vista como uma melhor alternativa.

*A4: Antes eu tinha trabalhado na Febem. Então, vir para polícia.... Eu vim pro paraíso.*

O modo de lidar com este choque passa pela negação do risco. Esta negação se apresenta, por vezes, por meio da busca de um entorpecimento, uma forma de realmente amortecer os sentidos, diante de situações que desestabilizam muito rapidamente.

*A1: No início parece que tu estás em um filme...e alguns colegas acham que ainda estão, que têm o corpo fechado.*

*A2: Fui nomeada para um cidade no interior. Não tinha nada de estrutura. O prefeito disse na minha cara que tinha pedido um polícia e não uma mulher. E eu disse que também não queria estar lá. Não tinha o que fazer na cidade. A única coisa que tinha pra fazer era beber. Bebia muito, e o pessoal da delegacia também. Bebiam ou jogavam... ou bebiam e jogavam, todos os dias.*

Parece existir ainda um reforço no sentido de colocar o policial como uma categoria à parte.

*A2: A partir de agora, vocês não são mais as mesmas pessoas. Tu vai ver uma outra coisa, uma outra vida.*

Esta fusão segue ao longo do tempo de exercício profissional, até não doer mais. Tem-se o amálgama perfeito na insensibilização, que não opera apenas no trabalhar. O modo polícia ecoa em cada canto da vida, invadindo o espaço dos afetos. Existe a percepção deste processo de mutação do sujeito em (O) Polícia.

*D1: Com o tempo, fui me tornando mais insensível. Tu só lida com coisa ruim. Lembro um dos primeiros casos que atendi. Era uma situação de abuso de uma menina. A escola que denunciou, e o abusador era o pai. A menina inventou uma história para não contar, disse que tinha sido um negrão no mato. Tinha irmãos menores que também eram abusados. Acabou sendo o mais novo que falou. Tive que sair da sala pra chorar. Um agente viu e me disse: é assim mesmo delegada. [...] Não chorei no enterro da minha mãe, acho que é por causa dessa insensibilidade. Afinal, se vê tanto morto/defunto de tudo que é jeito. Talvez seja até uma defesa.*

*A1: Tu vai criando um perfil... Até então [entrar para a Polícia], nunca tinha pensado que alguém poderia me atacar. Tu vai te distanciando*

*da tua personalidade, vai perdendo as tuas características. [...] Tu tem que gelar, tem que esquecer os teus princípios. Já passei por tanta coisa [na rua] às vezes sem saber... Tu vai ficando meio frio, senão tu não volta mais pro trabalho.*

O cotidiano de trabalho é marcado no contato com a violência e a miséria humana. O preparo técnico não impede o choque do encontro com a dureza.

*A1: Teve um caso que me marcou muito. Uma mulher grávida que iria dar a luz no dia seguinte. Estava com a cesária marcada. Foi assassinada a faca, em função de guerra de gangues do tráfico. Quando chegamos na casa, estava ela e o companheiro mortos, e o bebê para fora da barriga. Abriram a barriga e puxaram o bebê pra fora. Nunca esqueci aquilo.*

A formação busca o preparo técnico, mas existe um preparo que só é possível a partir do contato mesmo com o cotidiano de trabalho. Soma-se a isso, o fato de a realidade dos cursos de formação não abranger mais os aspectos humanos da profissão. Devido ao limitador tempo e carga horária, não há espaço para disciplinas que poderiam estar discutindo aspectos do contato com o outro, seja no dia a dia, seja na gestão. Resta, então, apenas a ‘formação’ no embate diário com o real do trabalho.

*D1: E não tem um curso pra isso. Na ACADEPOL se estuda Direito Civil, Penal, prática de investigação... mas nada que prepare... para isso [cotidiano de violência].*

No que tange à gestão, as disciplinas de técnica se sobrepõem. A grade curricular também depende da orientação política vigente no governo.

*A5: Só mais recentemente conseguimos incluir duas disciplinas na formação de Delegados [2008] e agora [2013] para Inspetores e Escrivães. [...] Então as disciplinas de gestão hoje são duas: uma qualidade de vida e saúde e outra sobre relações humanas. Agora tiveram a carga horária diminuída, para que a investigação tivesse a carga aumentada. Porque a ênfase desse chefe de Polícia é na investigação.*

Neste aspecto, a experiência de vida acaba por se apresentar como um diferencial.

*A2: Hoje o problema são os novos... e não os antigos. Esse pessoal não tem experiência de vida. Saem da faculdade e entram no concurso. E qual é o preparo que essa gurizada tem?*

O ingresso na máquina Polícia Civil é mediado por um processo (trans)formativo. Neste ponto, um viés importante é o fato da mobilidade do curso de formação. Embora com diretrizes nacionais, o percurso de formação do policial muda conforme a ênfase do governo e, mesmo, de acordo com o tempo disponível para o curso.

*D2: Então tem sempre uma adaptação, que acaba sendo uma escolha política, do chefe de polícia. Hoje temos ênfase na investigação nos cursos, porque também não dá para focar em tudo, senão fica inviável o número de horas. [...] O que acontece é que a carga horária pode flutuar conforme a necessidade. O mínimo, pela matriz, são 800h. Se existe tempo, pode ser um curso maior, mas, por exemplo, agora vão chamar delegados, e o pessoal tem que estar pronto até [determinado evento<sup>32</sup>]. Então o curso tem que ser enxugado. Vai ficar com o esse mínimo, senão não dá tempo. E se utiliza recursos como aula nos três turnos, final de semana, feriado. Não é o ideal, porque daí a formação está entrando por aqui e saindo [mostra as orelhas]. Mas é o que acontece e o que às vezes tem que acontecer.*

*A4: A minha formação foi de 11 meses. Era gestão do PT, e os primeiros quatro ou cinco meses foram integrados entre as polícias.*

*A1: A ACADEPOL durou um ano ou um ano e meio.*

A matriz curricular da SENASP é a mesma para Polícia Civil e Militar. Também esse aspecto demanda adaptações, pois há diferenças nas atribuições e no funcionamento das duas corporações.

*D2: Sobre a matriz curricular: é complicado porque as polícias têm atribuições diferentes, e a matriz é a mesma. A função da PC se aproxima muito mais da função da PF do que da PM. É investigação criminal e a PM é policiamento ostensivo. Então é diferente. E não é uma questão de dizer se é melhor ou pior, apenas diferente.*

---

<sup>32</sup> Vide nota anterior.

### 5.2.2 Fio O Polícia

O Fio O Polícia estrutura-se a partir da constatação de que, muitas vezes, o termo polícia não está se referindo à instituição, mas à pessoa. Temos A Polícia, como esta organização/instituição e temos O Polícia, como sendo o operador. O Polícia é este sujeito que se constitui na peculiaridade das relações institucionais, estéticas, éticas, sociais. Um sujeito que opera no paradoxo do ser humano e da necessidade de ser 'super-humano' ou, como aqui designado, super-herói. A necessidade de enfrentar um cotidiano de violência e ser o representante da Lei. Isso, com toda a rigidez personológica<sup>33</sup> depositada neste lugar.

Fio	Falas
O POLÍCIA	<p>A5 - Mas polícia não se considera trabalhador, é policia.</p> <p>A3 - Não podia pedir socorro, eu era o plantão da cidade. Eu era a polícia, como eu ia ficar na cidade?</p> <p>A2 - Passa o pensamento de que polícia não tem problema. Tu é Polícia, não sofre, não tem dor, não tem nada.</p> <p>A1 - Deram um revólver desse tamanho (mostra com as mãos como sendo bem pequeno) e cinco balas e vai... Achava que era o homem de ferro, super-homem.</p> <p>A2 - No interior, tu é 'a autoridade'. Então, as pessoas se aproximam muito por interesse.</p> <p>D1 - A dificuldade em cidade pequena é que tu é 'A Autoridade'. Acaba sendo muito visada, não tem como relaxar nunca, e as pessoas se aproximam por interesse. Nunca fui de perseguir jogo do bicho, tem coisas mais importantes. Tinha o Sr. [...], que tinha uma banca de jornal e fazia bicho. Eu sempre fiz vista grossa, mas ele confundiu e foi até a minha casa propor que ele poderia dar um dinheiro para a delegacia, se eu fizesse vista grossa pro jogo. Fiquei muito braba. Daí, sim, deu vontade de prender. Nunca pedi dinheiro assim para a delegacia. Sempre contei com recursos do Ministério Público, em função de multas e tal, mas o Sr. [...] me disse que outros, que estiveram no meu lugar, já tinham aceitado esse dinheiro. É fácil se corromper.</p> <p>D1 - Trabalhamos 40h, mas somos polícia 24h.</p>

<sup>33</sup> “[...] adjetivo usado para qualificar as relações molares na ordem subjetiva.” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 321)

<p>D1 - Polícia é escravo do telefone, onde vai leva o telefone junto: ginástica, médico, até no banheiro.</p> <p>D2 - Depois que saí da delegacia não podia nem ouvir o telefone. Peguei uma aversão ao celular, porque te chamam a qualquer hora e nunca é coisa boa.</p> <p>A3 - Como era filha do delegado, tinha que dar o exemplo.</p> <p>D2 - Corrupção tem em toda sociedade. É uma questão do ser humano, e não da polícia.</p> <p>A3 - É como dizer que todo alemão é nazista, todo negro é escravo. Essa coisa que tem com a polícia não dá. Não é só corrupção e violência.</p> <p>A5 - Inspetor e escrivão tem um curso só, embora tenham funções diferentes. Isso nunca mudou. Até porque tem delegacias no interior que têm um profissional só e este acaba fazendo de tudo.</p> <p>A1 - Na polícia tem isso: quem é bom é sacrificado, quem não trabalha vai sendo encostado aqui e ali.</p> <p>A2 - Eu vi na prática, em uma reunião com o Bisol (secretário da SJS no governo Olívio), com todos os agentes de saúde e os delegados, para falar sobre este trabalho. O Bisol começou a falar e os delegados levantaram e foram embora. Daí ele disse: agora entendo o que vocês passam no dia a dia.</p> <p>A2 - Mas hoje todo mundo vai pro SAS. É como uma válvula de escape, qualquer incomodação: SAS.</p> <p>D1 - Tive um polícia que tinha problemas mentais. Não sei dizer se em função da polícia ou não. Ele já veio assim de outra cidade. Não conhecia ele, antes da polícia. Tinha problemas com drogas. Quando tinha apreensão de droga (na delegacia), tinha que correr pra colocar no cofre para que ele não pegasse nada. Uma vez mandou mensagem no meu celular dizendo: vou me matar. Peguei um agente e me toquei pra casa dele. Encontramos ele deitado na cama, com a arma, assim, em cima da barriga. Encaminhei para o SAS e virei inimiga. Nunca aceitou.</p> <p>A2 - Teve uma vez um agente que se matou e matou a mulher. Eu avisei o delegado responsável, mas ele não ouviu. Delegado antigo acha que polícia tem três bolas, que funcionário não tem problema.</p> <p>D1 - Encaminhei 2 funcionários para o SAS. Um não voltou, ficou tirando sempre LTS, até se aposentar. O outro tinha mania de perseguição, pediu licença para se preparar para o fim do mundo. Investiu todo o dinheiro em roupas, estoque de comida e coisas do gênero.</p> <p>A3 - Eu não sou melhor do que ninguém. Quando estou lá na ação, eu sou aquilo que a sociedade quer, sou super-herói, mas não sou imortal.</p> <p>D2 - [...] no sentido do cuidado com a aparência. Tem que cuidar, barba feita e tal. Não é o caso da coisa aquela do algodão do exército, que não pode</p>
---

	<p>ficar grudado. Mas tem que ter boa apresentação, porque se lida muito com o público e não dá pra pessoa chegar numa delegacia, por exemplo, e confundir o policial com o infrator. [...] não é uma questão de beleza, mas de apresentação.</p> <p>D1 - Na polícia, lida muito com as vítimas, mas também com os marginais. E daqui a pouco tu te identifica. Tem polícia que fica parecido com marginal. Não se veste bem, fala muita gíria dos malandros.</p> <p>A2 - [...] chegou aqui em um dia de chuva, mas muita chuva. Pingando, toda molhada e com as malas na mão, sem ter para onde ir. Levei ela para minha casa e virei 'madrinha'. O pessoal (da secretaria) não está nem aí para a lotação. Vai e te vira. Tem gente de longe, com família em outra cidade.</p> <p>A1 - Perdi um colega próximo em serviço. Isso toca bastante. Sempre tu pensa que pode ser contigo.</p> <p>D1 - Tudo que envolve criança é pior pra mim. Acho que é pior pra mulher em geral, é mais difícil porque tem filho. Sempre penso que poderia ser com o meu filho.</p> <p>A4 - Meu marido está com depressão, e já fiz um monte de suicídios. Então sei bem o que pode acontecer.</p>
--	--

**Quadro 8: Fio O Polícia**

Por vezes, as falas dos participantes da pesquisa indicam ser o policial pertencente a uma categoria outra, que não a de trabalhador. Sendo de outra ordem, que não trabalhador, é possível também pensar em uma categoria outra, que não do humano. Pensando no ingresso na máquina o processamento leva a um plano de consistência outro que não este espaço do trabalhador. Reforça a noção da Polícia, ou do Policia como separado da sociedade.

*A5: Mas polícia não se considera trabalhador, é polícia.*

Vale resgatar, aqui, que a *polis* já era restritiva em termos de quem tinha voz, quem era o cidadão. Quem tinha poder de polis era quem tinha o poder de controle das ações, até mesmo de quem era o cidadão. Na matriz etimológica da palavra, esse profissional carrega este histórico poder que é introjetado no sujeito.

*A3: Não podia pedir socorro, eu era o plantão da cidade. Eu era a polícia, como eu ia ficar na cidade?*

O lugar do policial é um lugar da peculiaridade das relações. Nesse lugar, ele tem que ser humano e máquina, ao mesmo tempo. Máquina produzida no social, no que se espera e se deposita nessa figura do operador da norma e da disciplina.

*A2: Passa o pensamento de que polícia não tem problema. Tu é Polícia, não sofre, não tem dor, não tem nada.*

*A1: Deram um revólver desse tamanho (mostra com as mãos como sendo bem pequeno) e cinco balas e vai... Achava que era o homem de ferro, super-homem.*

Se a sociedade não se próxima, as vezes a aproximação não é legítima, é por interesse. Este aspecto acaba por acirrar as questões persecutórias. Somada as visões estereotipadas sobre a profissão gera um isolamento.

*A2: No interior, tu é 'a autoridade'. Então, as pessoas se aproximam muito por interesse.*

*D1: A dificuldade em cidade pequena é que tu é 'A Autoridade'. Acaba sendo muito visada, não tem como relaxar nunca, e as pessoas se aproximam por interesse. Nunca fui de perseguir jogo do bicho, tem coisas mais importantes. Tinha o Sr. [...], que tinha uma banca de jornal e fazia bicho. Eu sempre fiz vista grossa, mas ele confundiu e foi até a minha casa propor que ele poderia dar um dinheiro para a delegacia, se eu fizesse vista grossa pro jogo. Fiquei muito braba. Daí, sim, deu vontade de prender. Nunca pedi dinheiro assim para a delegacia. Sempre contei com recursos do Ministério Público, em função de multas e tal, mas o Sr. [...] me disse que outros, que estiveram no meu lugar, já tinham aceitado esse dinheiro. É fácil se corromper.*

A fala a seguir corrobora o indicativo dos atravessamentos deste campo de atuação profissional na produção de subjetividade do policial. Isso é diferente de ocupações em que é possível algum distanciamento ao fechar a porta do trabalho. O policial é o policial todo o tempo. Não se encarna este personagem apenas no período de trabalho. O sujeito se torna O Polícia.

*D1: Trabalhamos 40h, mas somos polícia 24h.*

A demanda constante de um serviço que nunca para invade todos os aspectos e espaços da vida. Uma demanda que se apresenta sempre, a partir do ruim, do negativo, mantendo o sujeito trabalhador em premente estado de alerta. Trata-se de condição que gera um desgaste emocional intenso.

*D1: Polícia é escravo do telefone, onde vai leva o telefone junto: ginástica, médico, até no banheiro.*

*D: Depois que saí da delegacia não podia nem ouvir o telefone. Peguei uma aversão ao celular, porque te chamam a qualquer hora e nunca é coisa boa.*

As condições de trabalho têm um impacto sobre a saúde física e mental. No corpo, a percepção é mais imediata.

*D1: Eu não tenho muito tempo para fazer exercício. Chego muito cansada em casa, não dá vontade. Quando consigo fazer exercício, acho que a saúde fica melhor, até a disposição. [...] Fiquei hipertensa, depois que entrei para a polícia, e tive depressão.*

A questão de ser mais que humano, outra categoria. Se a sociedade não vê o policial como pessoa, também o próprio policial vai subjetivando em um segmento outro. É super, é polícia.

*A3: Como era filha do delegado tinha que dar o exemplo.*

Na sociedade atual a percepção do risco é muito mais aguçada. Para a maioria das pessoas, viver significa conviver com as possibilidades positivas e negativas que se apresentam no cotidiano. Esta contabilidade é tanto maior e mais intensa para os policiais: “[...] para quem os riscos são institucionalizados e não apenas acidentais, e os ambientes de risco atingem os indivíduos e o corpo coletivo de forma interligada e essencial” (MINAYO, 2003, p.208).

Os sujeitos participantes da pesquisa trazem esta realidade:

*A1: Perdi um colega próximo em serviço. Isso toca bastante. Sempre tu pensa que pode ser contigo.*

*D1: Tudo que envolve criança é pior pra mim. Acho que é pior pra mulher em geral, é mais difícil porque tem filho. Sempre penso que poderia ser com o meu filho.*

*A4: Meu marido está com depressão e já fiz um monte de suicídios, então sei o que pode acontecer.*

Como afirma Minayo e Souza (2005), não é possível furtar-se a discutir questões relativas à saúde e ao trabalho, considerando os profissionais de segurança pública. A constatação decorre do fato de que esses profissionais constituem um dos segmentos mais vulneráveis, estando sob elevada carga de risco.

O risco de morte com o qual estes trabalhadores convivem em seu cotidiano representa ameaça real e próxima. Mendes e Oliveira (1997, p. 09) destacam a incidência elevada de acidentes de trabalho com morte, entre os operadores de segurança.

Nesta relação entre Acidente de Trabalho e Violência existe um duplo efeito. Se por um lado o trabalhador está morrendo na rua, e grupo significativo morre no exercício de atividades ilícitas, outra parcela não menos significativa das mortes, de 4/31 ocorreu com quem exercia atividade em organizações de segurança. Se considerarmos apenas o mercado formal de trabalho, essa relação sobe para 4/17 casos, o que, em outras palavras, quer dizer que entre os 17 óbitos ocorridos entre trabalhadores do mercado formal, 1/4 atingiu pessoas vinculadas aos órgãos de vigilância, controle e segurança. [...] Se para 6/31 casos enquadráveis pelo INSS foram identificados outros 4/31 entre as forças de segurança do Estado, podemos depreender a grandeza do fenômeno na esfera policial. Estabelecendo-se comparações especificamente dentro da função pública, dos 6 óbitos ocorridos dentro deste setor, 4 foram de membros de suas forças de segurança e de repressão.

A dificuldade de atenção à saúde desses trabalhadores tem diferentes razões. Uma questão a ser considerada é o ponto histórico que coloca esses profissionais em uma situação de 'não humanidade'.

Minayo e Souza (2005) ressaltam a necessidade de estudos e propostas que operem sobre os processos de trabalho dos policiais, com objetivo de melhoria nas condições de trabalho. Os autores afirmam, porém, que se deve trabalhar também as políticas públicas de segurança, para diminuição da criminalidade e uma aproximação entre polícia e cidadãos. Desse modo, a dualidade polícia x sociedade pode ser minimizada.

O policial enfrenta a negatividade e desconfiança sobre seu trabalho, por parte da sociedade (MINAYO; SOUZA, 2005; 2003; AMADOR, 2002; RIO GRANDE DO SUL, 2002). Este é um aspecto gerador de sofrimento que se estende para além do trabalho, pois, não se é policial apenas em horário de expediente.

Estudos indicam o que corrobora com essa ideia: o alto índice de vitimização de policiais em período de folga. Esse fator pode ser também relacionado com as condições de trabalho, no sentido dos baixos salários pagos, o que leva muitos policiais a fazerem 'bico' nos momentos de folga.

Este é um ponto que merece atenção, pois o último relatório do FBSP (2013) aponta as instituições policiais como as instituições com menos índice de confiança por parte da população.

Minayo e Souza (2005) destacam que segurança pública ainda é associada a policiamento. Temos avançado nas discussões e na concepção de que a segurança é algo maior, que envolve a relação com outras políticas públicas. Ainda percebemos, contudo, no senso comum, a ideia de que ser policial é ser a lei: "[...] a segurança é transformada em mandato à instituição policial, de tal forma que a produção e a manutenção da ordem constituem a essência de sua missão e de seu processo de trabalho"(MINAYO; SOUZA, 2005, p. 919)

No caminho da busca por identificar as possibilidades de vida neste espaço de trabalho, é necessário compreender que a Polícia não é só ruim. O que aparece para a sociedade, principalmente via mídia é o lado negativo dessa organização. Relatos de corrupção e violência acabam por se sobressair em relação às operações bem sucedidas, sendo que o que acontece no micro realmente não aparece.

*D2: Corrupção tem em toda sociedade. É uma questão do ser humano, e não da polícia.*

*A3: É como dizer que todo alemão é nazista, todo negro é escravo. Essa coisa que tem com a polícia não dá. Não é só corrupção e violência.*

Apesar da diferenciação em relação à nomeação e às funções diferentes no modo do trabalho prescrito. Em razão da defasagem de pessoal, inspetores e escrivães podem vir a exercer funções reais muito semelhantes. Neste sentido, inclusive, o curso de formação se apresenta como curso único. Conforme explicita a fala a seguir.

*A5: Inspetor e escrivão tem um curso só embora tenham funções diferentes. Isso nunca mudou. Até porque tem delegacias no interior que tem um profissional só e este acaba fazendo de tudo.*

Característica que não se apresenta diversa de outros setores do serviço público, o não fazer por vezes é premiado. Fazer o trabalho funcionar aparece, e quem 'funciona' é mais demandado. Aqueles que, de alguma maneira, não conseguem tocar o trabalho acabam por receber menos demandas, sendo poupados, de alguma maneira.

*A1: Na polícia tem isso: quem é bom é sacrificado, quem não trabalha vai sendo encostado aqui e ali.*

Se o sujeito deve negar sua humanidade, o adoecimento se apresenta como uma ameaça à estrutura erigida para o funcionamento do modo (O) Polícia. Nesse sentido, qualquer indicativo que aponte para o caráter falível apresenta-se como ponto a ser repelido. A negação apresenta-se como defesa.

*A2: Eu vi na prática, em uma reunião com o Bisol [secretário da SJS no governo Olívio], com todos os agentes de saúde e os delegados, para falar sobre este trabalho. O Bisol começou a falar e os delegados levantaram e foram embora. Daí ele disse: agora entendo o que vocês passam no dia a dia.*

Apontar o adoecimento não é algo bem aceito na Polícia, mas fica mais acessível, quando parte dos próprios colegas. Em geral, é viável quando parte de

quem está vivenciando o trabalho do mesmo modo. Nesses casos, essa pessoa entende a importância de não expor o colega, sabendo como acessar o sujeito.

A ambiguidade do serviço responsável por acompanhar a saúde dos servidores se mostra na próxima frase. Não procurar ou não aceitar o encaminhamento é um problema, mas procurar também. Problema, não por mostrar a fraqueza, mas por estar identificado como um espaço de fuga, de reclamação. É como se estivesse banalizada essa relação com a saúde mental.

*A2: Mas hoje todo mundo vai pro SAS. É como uma válvula de escape, qualquer incomodação: SAS.*

Podemos pensar que todas as discussões sobre saúde no trabalho, vinculadas aos estudos realizados no campo dos operadores de segurança públicas, podem servir para desmitificar a busca pelo apoio em termos de saúde.

O delegado, como gestor, é quem acaba sendo responsável pelos encaminhamentos. Esbarra na cultura da organização, com relação a não possibilidade de adoecimento. Cultura pela qual ele próprio se encontra atravessado.

*D2: Questão de alcoolismo, uso de drogas, se tu tenta encaminhar, gera uma pecha para este policial.*

*D1: Tive um polícia que tinha problemas mentais. Não sei dizer se em função da polícia ou não. Ele já veio assim de outra cidade. Não conhecia ele, antes da polícia. Tinha problemas com drogas. Quando tinha apreensão de droga (na delegacia), tinha que correr pra colocar no cofre para que ele não pegasse nada. Uma vez mandou mensagem no meu celular dizendo: vou me matar. Peguei um agente e me toquei pra casa dele. Encontramos ele deitado na cama, com a arma, assim, em cima da barriga. Encaminhei para o SAS e virei inimiga. Nunca aceitou*

*A2: Teve uma vez um agente que se matou e matou a mulher. Eu avisei o delegado responsável, mas ele não ouviu. Delegado antigo acha que polícia tem três bolas, que funcionário não tem problema.*

*D1: Encaminhei 2 funcionários para o SAS. Um não voltou, ficou tirando sempre LTS, até se aposentar. O outro tinha mania de perseguição, pediu licença para se preparar para o fim do mundo. Investiu todo o dinheiro em roupas, estoque de comida e coisas do gênero.*

A fala abaixo traz expressas diferentes questões que evidenciam a complexidade paradoxal desse lugar do trabalhador policial: ser humano real e ser Policial; o contraponto entre a compreensão da condição de mortalidade e a exigência de ser herói; ser igual a todas as pessoas e estar em outra categoria.

*A3: Eu não sou melhor do que ninguém. Quando estou lá na ação, eu sou aquilo que a sociedade quer, sou super-herói, mas não sou imortal.*

O caminhar no fio da navalha. Entre vítimas e criminosos, a necessidade de se manter igual e diferente. Ser como todas as pessoas, mas ser diferente. É fazer cumprir a lei e não ser a lei. A mistura identificatória mostra quão tênue pode ser essa linha divisória. Expõe a contradição entre evitar a violência e reproduzir a violência. Bandidos e mocinhos acabam por se mimetizar, porém existe a necessidade da diferenciação e a consciência de que prestam um serviço ao público.

*D2: [...] no sentido do cuidado com a aparência. Tem que cuidar, barba feita e tal. Não é o caso da coisa aquela do algodão do exército, que não pode ficar grudado. Mas tem que ter boa apresentação, porque se lida muito com o público e não dá pra pessoa chegar numa delegacia, por exemplo, e confundir o policial com o infrator. [...] não é uma questão de beleza, mas de apresentação.*

*D1: Na polícia, lida muito com as vítimas, mas também com os marginais. E daqui a pouco tu te identifica. Tem polícia que fica parecido com marginal. Não se veste bem, fala muita gíria dos malandros.*

Em muitos casos, a realidade do serviço público, em um cargo que pode gerar lotação em qualquer parte do estado, leva a dificultadores em termos da conciliação da vida. As relações pessoais constituem aqui um diferencial. Da relação, depende o andamento do trabalho e, em determinados casos, a manutenção própria vida.

A2: [...] chegou aqui em um dia de chuva, mas muita chuva. Pingando, toda molhada e com as malas na mão, sem ter para onde ir. Levei ela para minha casa e virei 'madrinha'. O pessoal (da secretaria) não está nem aí para a lotação. Vai e te vira. Tem gente de longe, com família em outra cidade.

No processamento maquínico, o corpo vira máquina, é um momento de trava do desejo. O fluxo vida é capturado em sua capacidade de produção. É uma reterritorialização pelo poder da máquina, mas a reterritorialização não necessariamente é ruim. Existe a possibilidade de rachaduras, por onde a encontra passagem. No espaço das brechas, insinua-se o movimento, engendrado na capacidade de ativação dos afetos.

### 5.3 SINALIZADOR MOVIMENTO

Objetivos Específicos		Sinalizador	Fios
3	Reconhecer dispositivos de produção de vida e potência nesse ambiente de trabalho	Movimento	Deslocamento
			A(fe)tivação

**Quadro 9: Sinalizador Movimento**

Este sinalizador emerge a partir do terceiro objetivo da pesquisa: reconhecer dispositivos de produção de vida e potência nesse ambiente de trabalho. Parte do entendimento que mesmo a mais dura das máquinas guarda em si elementos de vida. A máquina Polícia é constituída de pessoas, seres de desejo; portanto, é sujeita à operação de linhas flexíveis e produção de linhas de fuga.

Retomando a citação de Barros (1994) que abre o capítulo, as instituições estão sempre em movimento, mesmo que a oscilação tenha o volume de um grão de areia. Isso não é diferente com a polícia. Nas falas dos participantes, a vibração das mudanças entre um Polícia que foi e uma Polícia que é. Os relatos tornam possível a compreensão do andamento de transformações, indicativo da condição

de vir-a-ser. Na perspectiva de outra Polícia, que siga pelas trilhas de uma atuação diferenciada, comprometida com aspectos democráticos e voltada para a garantia de direitos. Desse modo, também se criam condições para um exercício profissional que permita a fruição dos afetos do sujeito policial e a expansão da vida em sua potencialidade.

### 5.3.1 Fio Deslocamento

Deslocamento refere a esse movimento de passagem de um ponto a outro, no caso este caminhar que entendo a Polícia estar realizando. A Polícia é uma organização dura, com uma cultura fortemente enraizada e calcada em instituições pesadas como o direito. Compete a essa organização a manutenção da lei e da ordem. O avanço na consolidação de um regime político democrático no país gera um tensionamento, que exige da organização transformações em seu modo de operar.

Fio	Falas
DESLOCAMENTO	<p>A1 - Antes da Constituição de 88, era diferente. Quando entrei não era assim. Matou, morreu. Todo mundo sabia que era assim.</p> <p>D2 - A Polícia aprendeu a trabalhar diferente. Antes a prova máxima era a confissão. Hoje se trabalha muito mais com a investigação. Não que a confissão não seja importante, mas não é o único meio de resolução de crime. E, muitas vezes, para se obter a confissão, se usava violência. Hoje se utiliza técnica de investigação, técnicas da própria Psicologia para criar empatia e fazer a pessoa falar, como dizem na gíria policial: 'abrir o coração'. Mas tem toda uma ênfase na investigação, na técnica de interrogatório.</p> <p>D2 - Conheci alguns policiais mais antigos, que eram excelentes investigadores, mas não conseguia colocar as coisas bem no papel e daí o inquérito não se constituía na justiça.</p> <p>A4: Eu penso que não estou fazendo um favor, mas fazendo um serviço para o cidadão.</p> <p>A3 - O melhor [do trabalho na polícia] é a sensação de dever cumprido.</p>

	<p>D1 - O que vale no trabalho é quando se prende alguém que fez algo: abuso, homicídio. É cumprir com a minha função, fazer o bem, tirar da rua um criminoso que não vai repetir o crime.</p> <p>D2 - Acho que todo mundo entra para contribuir para a sociedade, para fazer uma sociedade melhor. A ideia é contribuir para a sociedade. Temos os políticos que representam o povo e a polícia também é representante do cidadão.</p>
--	---

#### **Quadro 10: Fio Deslocamento**

O fato de a segurança pública, como política pública, entrar na pauta dos debates políticos permite que diferentes atores sociais se envolvam com a construção de diferentes perspectivas para esse campo. Nesse cenário, a Polícia, em suas várias dimensões, passa a ser foco de debate e de estudos. Esse ponto traz a possibilidade do desenvolvimento de conhecimento sobre esta organização e sobre seus trabalhadores. Como resultado dos diferentes olhares, tem-se a modernização, a modificação da maneira de trabalhar.

*A1: Antes da Constituição de 88, era diferente. Quando entrei não era assim. Matou, morreu. Todo mundo sabia que era assim.*

Nas palavras de um dos participantes da pesquisa, a expressão do atravessamento produzido na esteira do desenvolvimento de instrumentos da democracia, no modo de trabalhar da polícia:

*D2: A Polícia aprendeu a trabalhar diferente. Antes a prova máxima era a confissão. Hoje se trabalha muito mais com a investigação. Não que a confissão não seja importante, mas não é o único meio de resolução de crime. E, muitas vezes, para se obter a confissão, se usava violência. Hoje se utiliza técnica de investigação, técnicas da própria Psicologia para criar empatia e fazer a pessoa falar, como dizem na gíria policial: 'abrir o coração'. Mas tem toda uma ênfase na investigação, na técnica de interrogatório.*

Mudanças nos modos de trabalhar envolvem mudanças no perfil dos sujeitos policiais. Hoje não basta saber investigar; é necessário também ter conhecimento técnico-jurídico para, assim, fortalecer o trabalho da Polícia, que é a ponta do sistema de justiça no país.

*D2: Conheci alguns policiais mais antigos que eram excelentes investigadores, mas não conseguia colocar as coisas bem no papel e daí o inquérito não se constituía na justiça.*

A Polícia é um espaço de poder, mas é também um espaço de buscar uma forma de contribuir para a sociedade. É espaço de trabalho, de produção de sustento e espaço de produção de sentido. Sentido de vida e social. Existe uma concordância presente nas falas, sobre o ocupar esse lugar público em prol do cidadão. O entendimento de que o trabalho realizado tem um sentido maior que envolve a sociedade. Um sentimento de estar a serviço da população, do fazer o bem.

*A3: O melhor [do trabalho na polícia] é a sensação de dever cumprido.*

*A4: Eu penso que não estou fazendo um favor, mas fazendo um serviço para o cidadão.*

*D1: O que vale no trabalho é quando se prende alguém que fez algo: abuso, homicídio. É cumprir com a minha função, fazer o bem, tirar da rua um criminoso que não vai repetir o crime.*

Vislumbrar a Polícia como servidor (do) público é um exercício interessante. Evidencia marcas do movimento do caminhar de uma polícia comprometida com a sociedade, e não com a defesa do Estado ou de determinados setores do corpo social. Trata-se do reflexo das pessoas, dos sujeitos que compõem a organização. É necessário pensar aqui que o quadro de pessoal das polícias vem gradualmente se alterando em razão do ingresso de sujeitos com um perfil diferente. Ingresso de novas ideias que gradativamente vão constituindo outra cultura para a organização.

*D2: Acho que todo mundo entra para contribuir para a sociedade, para fazer uma sociedade melhor. A ideia é contribuir para a sociedade. Temos os políticos que representam o povo, e a polícia também é representante do cidadão.*

Não se trata de uma revolução, em termos de mudanças e movimentos que acabam por construir transformações abruptas. O deslocamento pressupõe o processo, a passagem. Para este percorrer, é fundamental a perspectiva do acionamento dos afetos.

### 5.3.2 Fio A(fe)tivação

O termo 'a(fe)tivação' é uma expressão que designa o movimento de ativação dos afetos. Baptista (2014, p. 05) propõe ser este um “conjunto de ações que acionam os afetos”, levando à produção de vida. A ativação dos afetos aparece aqui como o sinalizador que aponta no sentido das possibilidades de potência inventiva e produção de vida presentes no trabalho do policial civil. Entendo que é por meio das possibilidades de ativação do afeto, no sentido do permitir a passagem dos fluxos-vida que reside a potência do trabalho. Para Rolnik (2006, pp. 39), trata-se de [...] encontrar algo que desperte seu corpo vibrátil, algo que funcione como uma espécie de fator de a(fe)tivação em sua existência.

Fio	Falas
A(FE)TIVAÇÃO	<p>A3 - Adrenalina e endorfina (o que tem de bom no trabalho da polícia). Adoro investigar, acho que vem desde que o meu pai me ensinou a jogar xadrez.</p> <p>A4 - Adoro meu trabalho.</p> <p>D1 - A dinâmica do trabalho é boa. Todo dia é diferente. Todo dia aprendo algo. [...] É bem difícil (o trabalho), mas se tu perguntar, todo polícia gostaria de ser polícia novamente. Eu faria esta escolha de novo.</p> <p>A1 - A questão da rua x administrativo é que, na rua, é mais emocionante e, no administrativo, tem mais tempo pra pensar, refletir. Na rua é instintivo, tem que fazer e resolver na hora. Já passei por cada uma na rua, mas depois que passa tu te sente um herói. Esta adrenalina, ela é única. Tu está no limite, com o sistema de alerta todo ligado. E o teu companheiro tu não sabe como está, se pode confiar. Mas quanto mais</p>

tempo na rua, tu aprende a perceber.

D1 - Teve uma vez de um suicídio no interior do interior. O cara se matou embaixo da raiz de uma árvore que tinha caído. Estava já se decompondo, quando encontraram. Fui caminhando até o local, era no meio de um campo, no meio do nada. Fiquei lá com o familiar que encontrou o corpo, esperando a perícia. Quando vi, vinha um trator para buscar o corpo, com o pessoal da perícia e do IML, todo mundo fazendo festa no carroção. Chega a ser engraçado. Fica um pouco chato para os familiares, mas tu vê tanta morte, que já não te toca mais. Vi de longe que o pessoal vinha fazendo festa, mas tem que dar um jeito de se divertir. Acho até que é uma defesa. Depois, é claro, ninguém quis voltar no carroção, com o corpo, porque estava fedendo.

D2 - Na atividade fim, é menos estressante porque, na atividade fim, tu faz o que tu gosta. Além disso, é mais dinâmico na delegacia. Por exemplo: se tu está cansado de analisar inquérito, tu pode chegar e perguntar “onde tem um mandato de prisão para cumprir?” Ir pra rua. Fazer uma investigação, um interrogatório. [...] A cobrança é menor e, quando ocorre, tu vai trabalhar em cima do que tu gosta. [...] E, mesmo quando tem cobrança, tu chega a um resultado positivo, mesmo sem chegar a uma resolução.

A3 - Tem que ter empatia para ser polícia, senão vai fazer concurso pra bancário. Tem que te colocar no lugar do outro, no lugar da pessoa que procura a delegacia. Delegacia é tipo HPS, dá de tudo. Quem faz ocorrência, está pedindo ajuda. Como é que eu não vou fazer? A pessoa que vai na delegacia, ela confia, eu fiz um juramento quando entrei para polícia. Então, eu tenho que escutar. [...] Eu era a rainha dos travestis, sempre atendia às meninas e sempre com muito respeito.

A2 - Com o tempo, tu vai aprendendo a não absorver, mas não é que eu não sinta. Teve uma vez de um cara que foi preso e estava com frio, só de camiseta. Era muito frio, inverno aqui, sabes como é. Eu e outro colega fomos atrás de roupa pro cara. Demos café e biscoito pra ele se aquecer. O cara ficou preso, mas demos um jeito de melhorar a situação.

A2 - Na verdade eu digo que a gente é artista.

D2 - Se a gente [policiais] deixar de sonhar, estamos perdidos.

A4 - Lembro de uma gestão, em que tinha uma casa de saúde para o servidor da polícia em Caxias. Tinha musicalização, psicologia, arte terapia, muitas atividades. Eu fazia canto com uma maestrina muito importante. Era bom, ajudava. Mas depois mudou a gestão e acabou tudo. Pelo menos se a gente pudesse ter alguém para conversar, porque cada ocorrência é uma emoção.

A2 - Fui agente de saúde, no primeiro governo do PT. A nossa função era detectar os problemas e encaminhar, sem que ninguém soubesse, tipo bebida, suicídio, essas questões. No início tive receio, achei que ninguém ia procurar. Mas foi o contrário, de agente vir entregar a arma, porque senão iria se matar. [...] As vezes trocava de lugar e melhorava. [...] Tinha um encontro de todos os agentes, uma vez por mês, com o pessoal do SAS. Era para discussão e supervisão.

	<p>A2 - Pelo menos uma vez por ano deveria ter uma avaliação e um acompanhamento. [...] O preparo psicológico na ACADEPOL é nenhum. Avaliação é uma vez e nada mais.</p> <p>A1 - A questão do SAS, se fosse nos municípios fazer um trabalho geral seria melhor. A pessoa encaminhada não gosta, porque fica com uma pecha.</p> <p>A2 - Este trabalho era muito bom, tinha respaldo. Tinha uma viatura à disposição. Era só pegar e levar o pessoal [para o SAS]. Não precisava nem pedir autorização, depois avisava.</p> <p>A4 - Lamento ter que ver as pessoas presas.</p>
--	---

**Quadro 11: Fio A(fe)ktivação**

A possibilidade de um cotidiano de trabalho livre de rotina caracteriza-se como fonte de vida e saúde neste espaço ocupacional. A liberdade de imprimir a sua marca e o seu jeito no trabalho oferece um instrumento de exercício da inventividade, da inteligência astuciosa. Se, por um lado, a questão de certa precariedade na gestão traz uma debilidade na prescrição das ações, por outro é justamente o que favorece a emergência de possibilidades singulares do trabalhar.

*D1: A dinâmica do trabalho é boa. Todo dia é diferente. Todo dia aprendo algo. [...] É bem difícil [o trabalho], mas se tu perguntar, todo polícia gostaria de ser polícia novamente. Eu faria esta escolha de novo.*

*A4: Adoro meu trabalho.*

Soma-se a esse fato certo toque de aventura. Não por acaso é identificado o trabalho na ponta como aquele que oferece mais possibilidades de potência. É como um realizar do devir criança, no sentido do lançar-se ao sabor da aventura. Poder brincar e divertir-se, mesmo com um trabalho que atua sobre a dor e o sofrimento, apresenta-se como potencializador de saúde mental.

*A3: Adrenalina e endorfina (o que tem de bom no trabalho da polícia). Adoro investigar, acho que vem desde que o meu pai me ensinou a jogar xadrez.*

*A1: A questão da rua x administrativo é que, na rua, é mais emocionante e, no administrativo, tem mais tempo pra pensar, refletir. Na rua é instintivo, tem que fazer e resolver na hora. Já passei por cada uma na rua, mas, depois que passa, tu te sente um herói. Esta adrenalina ela é única. Tu está no limite, com o sistema de alerta todo ligado. E o teu companheiro, tu não sabe como está, se pode confiar. Mas quanto mais tempo na rua, tu aprende a perceber.*

O Corpo Vibrátil pode ser traduzido como uma existência que permite a passagem das intensidades, dos fluxos (ROLNIK, 2006). É a vida em sua potencialidade, sem estruturas rígidas ou determinantes a priori, mas entendida como infinitas possibilidades de composição. O corpo vibrátil é o sensível, que se permite atravessar, como todo pulsante.

Nas falas a seguir, está presente uma via de produção de potência. O acionamento do corpo vibrátil, do que faz pulsar a vida. Nas palavras de Baptista (2014, p. 05), “[...] agenciamento de forças e fluxos que proporcionam intensidade, renovando a potência dos territórios existenciais e, ao mesmo tempo, dos universos de referência incorporais, das linhas de fuga, dos fluxos de renovação da vida.”

*D2: Na atividade fim, é menos estressante, porque na atividade fim, tu faz o que tu gosta. Além disso, é mais dinâmico na delegacia. Por exemplo: se tu está cansado de analisar inquérito, tu pode chegar e perguntar: “onde tem um mandato de prisão para cumprir?”. Ir pra rua. Fazer uma investigação, um interrogatório.*

*D1: Teve uma vez de um suicídio no interior do interior. O cara se matou embaixo da raiz de uma árvore que tinha caído. Estava já se decompondo, quando encontraram. Fui caminhando até o local. Era no meio de um campo, no meio do nada. Fiquei lá com o familiar que encontrou o corpo, esperando a perícia. Quando vi, vinha um trator para buscar o corpo, com o pessoal da perícia e do IML, todo mundo fazendo festa no carroção. Chega a ser engraçado. Fica um pouco chato para os familiares, mas tu vê tanta morte que já não te toca mais. Vi de longe que o pessoal vinha fazendo festa, mas tem que dar um jeito de se divertir. Acho até que é uma defesa. Depois, é claro, ninguém quis voltar no carroção, com o corpo, porque estava fedendo.*

Quero chamar a atenção aqui não para a ação, mas para aquilo que traz o movimento. A alternância dos processos de trabalho e o acionamento de um devir-aventura sobressaem-se aqui como produção de vida.

É um trabalho feito por pessoas para pessoas, na possibilidade do vislumbrar outros modos do lidar com a população, no entrever de uma função além da repressão. Tem-se a possibilidade de ativação do afeto e do afetar-se, de permitir o fluxo vida atravessando o fazer. A função é dura, é de repressão, mas é possível o fazer com um olhar humanizado, o que permite também manter aberto o fluxo dos afetos.

*A3: Tem que ter empatia para ser polícia, senão vai fazer concurso pra bancário. Tem que te colocar no lugar do outro, no lugar da pessoa que procura a delegacia. Delegacia é tipo HPS, dá de tudo. Quem faz ocorrência está pedindo ajuda. Como é que eu não vou fazer? A pessoa que vai na delegacia, ela confia, eu fiz um juramento, quando entrei para polícia. Então eu tenho que escutar. [...] Eu era a rainha dos travestis, sempre atendia às meninas e sempre com muito respeito.*

*A2: Com o tempo, tu vai aprendendo a não absorver, mas não é que eu não sinta. Teve uma vez de um cara que foi preso e estava com frio, só de camiseta. Era muito frio, inverno, aqui, sabes como é. Eu e outro colega fomos atrás de roupa pro cara. Demos café e biscoito pra ele se aquecer. O cara ficou preso, mas demos um jeito de melhorar a situação.*

Inventividade e afeto podem representar a significação do sentido no/do trabalho e do trabalhar. Na corda bamba do equilibrar entre bem e mal, repressão e acolhimento, o policial vira artista da vida. E para tal sonhar é preciso. A potência de vida aqui presente.

*A2: Na verdade, eu digo que a gente é artista.*

*D2: Se a gente [policiais] deixar de sonhar, estamos perdidos.*

Embora a capacidade de se permitir afetar passe pelo processamento maquínico da instituição Polícia, resultando em um produto de insensibilização, parece não ser possível a transformação total da matéria do humano. A aridez do cotidiano do trabalho estratifica o olhar, o que é em parte necessário para continuar a trabalhar com a matéria-crime. Porém os problemas que são do crime e do ilícito, também são do humano. A resistência à desafetação brota por entre brechas.

*A4: Lamento ter que ver as pessoas presas.*

O trabalho administrativo é apontado como rotineiro e maçante. Não é um trabalho mais tranquilo. Pode apresentar menos risco, no sentido próprio do risco de morte, de uma menor exposição, mas gera frustração. Este sentimento é expresso pelo pessoal que atua na parte administrativa nas delegacias, mas também pelos policiais que hoje se encontram na gestão. A Gestão aqui está referindo gestão de governo, cargos ocupados em setores responsáveis pelo gerenciamento da Polícia Civil.

*D2: A cobrança é menor e quando ocorre tu vai trabalhar em cima do que tu gosta. (...) E mesmo quando tem cobrança tu chega a um resultado positivo, mesmo sem chegar a uma resolução.*

Podemos questionar esta falta de cobrança na delegacia. Estamos ainda com ações de controle social incipientes no que tange às políticas públicas de segurança. Também deve ser considerada aqui a capilaridade estrutural, o fato de cada delegacia funcionar em local diferente e com o regime que orienta o delegado. Existem diretrizes a serem seguidas; porém, existe uma margem larga de autonomia.

O limite da atuação profissional dificultado pela estrutura do serviço público gera frustração. Como estruturar políticas que não podem ser efetivadas? A responsabilidade e o tensionamento de estar em um cargo intermediário, tendo passado pela ponta, saber qual é a necessidade e não conseguir atender. Este ponto é destacado como fator de desgaste emocional.

*D2: No administrativo (gestão), tem mais cobrança, prazos, não que na delegacia não tenha, mas é diferente. E tu te frustra, por não poder atender à ponta, por não ter recurso ou não ser liberado.*

A ativação do afeto se dá na relação com o outro e consigo mesmo, na potência do cuidado com o colega, no entrever de possibilidades de uma existência com mais suavidade. Evidencia-se em contraponto ao processamento maquínico do

endurecimento. No modo de atenção à saúde, podem residir potencializadores da efetivação, modos de acesso a esta relação consigo e com o outro, em uma perspectiva de suavidade. Neste caso, trata-se de juntar o que parece inconciliável.

*A4: Lembro de uma gestão, em que tinha uma casa de saúde para o servidor da polícia em Caxias. Tinha musicalização, psicologia, arte terapia, muitas atividades. Eu fazia canto com uma maestrina muito importante. Era bom, ajudava, mas depois mudou a gestão e acabou tudo. Pelo menos, se a gente pudesse ter alguém para conversar, porque cada ocorrência é uma emoção.*

Nas falas abaixo, o claro indicativo da necessidade de escuta destes trabalhadores. Quem entende do seu trabalho é o policial e também com eles é possível encontrar o mapa de acesso e os indicativos do transitar na busca de um cotidiano de trabalho menos adoecedor ou despotencializado.

*A2: Fui agente de saúde, no primeiro governo do PT. A nossa função era detectar os problemas e encaminhar sem que ninguém soubesse, tipo bebida, suicídio, essas questões. No início tive receio, achei que ninguém ia procurar. Mas foi o contrário, de agente vir entregar a arma porque senão iria se matar. [...] Às vezes trocava de lugar e melhorava. [...] Tinha um encontro de todos os agentes, uma vez por mês, com o pessoal do SAS. Era para discussão e supervisão. [...] Este trabalho era muito bom, tinha respaldo. Tinha uma viatura à disposição. Era só pegar e levar o pessoal (para o SAS). Não precisava nem pedir autorização, depois avisava.*

As intervenções em saúde do trabalhador devem ir além do diagnóstico e do tratamento, construindo e implementando modificações nos ambientes de trabalho e no âmbito da organização desses ambientes. Estas alterações, por sua vez: “[...] devem estar em consonância com as múltiplas mudanças nos processos de trabalho, as quais retratam a divergência de interesses entre capital e trabalho [...]” (MENDES; WÜNSCH, 2011, p. 8)

Qualquer trabalho voltado para a atenção à saúde mental destes trabalhadores deveria ser permanente e sistemático. Nas falas dos policiais, pistas para um transitar em saúde que pode driblar as dificuldades, atendendo à demanda e, ao mesmo tempo, minimizando as repercussões.

*A2: Pelo menos uma vez por ano deveria ter uma avaliação e um acompanhamento. [...] O preparo psicológico na ACADEPOL é nenhum. A avaliação é uma vez e nada mais.*

*A1: A questão do SAS, se fosse nos municípios fazer um trabalho geral, seria melhor. A pessoa encaminhada não gosta, porque fica com uma pecha.*

Nos pontos tecidos com os fios Deslocamento e A(fe)tivação, conclui-se o percurso percorrido, seguindo a trilha dos Sinalizadores. Na fala dos policiais, os indicativos de que a Polícia Civil encontra-se em movimento, no deslocamento rumo a uma atuação com bases mais democráticas e humanizadas. O peso das linhas molares que atravessam a instituição e os modos de trabalhar opera na lentificação deste processo, mas não significa estagnação.

São muitos os pontos a serem implicados neste processo de deslocamento, mas acredito que reside justamente nesse aspecto um cenário de potencialidades. O olhar da sociedade e da academia para esta organização é recente, quando comparado a outras esferas das políticas públicas. Portanto, guarda em si múltiplas possibilidades de construção. Vejo os sujeitos trabalhadores policiais como sujeitos de potência, talvez pela proximidade cotidiana com a violência, a dor e a morte. Os processos de subjetivação geram um modo (O) Polícia que é duro, mas não é do lugar da queixa. As fissuras estão presentes em diferentes espaços e se faz presente o movimento de expansão da vida.

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volumes reduzidos.

(Deleuze, 1992, p.218)

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desta tese teve como ponto de partida o interesse da pesquisadora em discutir aspectos inerentes ao trabalho do policial civil em sua relação com a produção de subjetividade. O caminhar estava direcionado para a problematização da construção do sujeito policial na trama cotidiana do trabalho no âmbito da Polícia Civil. A proposta de discussão passava por identificar aspectos transversais aos processos de trabalho e suas implicações nos modos de subjetivação.

O interesse em discutir a relação subjetividade e trabalho tendo como foco este segmento profissional tem como base o entendimento de que estes trabalhadores vivenciam e são atravessados por processos marcantes em termos de produção de subjetividade, que engendram modos de ser particulares. No contexto da contemporaneidade, os debates vinculados à segurança pública tomam um papel de destaque na sociedade. No Brasil, as discussões referentes às políticas públicas de segurança ganharam força, principalmente a partir dos anos 1990. Esta se constituiu como última política a abrir-se para o debate em conjunto com a sociedade e as universidades, muito ainda tendo por avançar, em termos de controle social.

Considero fundamental o envolvimento da Psicologia nos debates sobre segurança pública, por contribuir com o conhecimento sobre a subjetividade humana, a partir de um 'território' emblemático, no que diz respeito às transversalidades no cotidiano de trabalho. Isso é fundamental, até porque meu recorte neste espaço está calcado nas discussões e estudos pertinentes à relação das pessoas com seu trabalho. Tecer análises neste território implica em considerar o jogo de forças e a produção que se dá no encontro entre o sujeito e a máquina produtiva.

No Brasil, Segurança Pública é, muitas vezes, reduzida e entendida como sinônimo de Polícia. Segurança Pública vai muito além da polícia. Deve envolver um conjunto de ações de diferentes atores (Estado, ONGs, sociedade, etc.), com o intuito de garantir a tranquilidade pública. As organizações policiais são parte importante deste conjunto.

Na estrutura do Estado, tem-se uma fragmentação em termos de âmbito e competência de atuação dos organismos policiais. Este fato mostra-se como um desafio para o avanço de uma atuação democrática e comprometida com os interesses sociais por parte das corporações. A abertura democrática, que ocorreu no período posterior à ditadura civil-militar, evidenciou a necessidade de pensar sobre as polícias e trabalhar por uma transformação no modos e atuação dessas instituições.

Para pensar em transformações nas corporações policiais e nos modos de fazer segurança pública, é imprescindível olhar para o sujeito trabalhador desse território de atividades laborais, o operador da segurança pública. Entre a discussão sobre novos rumos, em termos de políticas públicas de segurança, e a sua operacionalização estão, entre outros atores, os policiais. Portanto, discutir os dispositivos de subjetivação que operam no cotidiano de trabalho destes sujeitos se faz fundamental.

O trabalho sempre terá impacto sobre a subjetividade e, portanto, sobre a saúde do trabalhador. Isso se verifica ainda mais, quando se trata de um trabalho com cotidiano de risco e contato direto com crueza da vulnerabilidade social e da violência, em suas diferentes faces.

Os estudos sobre as polícias, do ponto de vista da subjetividade e da saúde no trabalho, identificam ser este um espaço próprio à produção do desarranjo da vida e do adoecimento. Considerando que as polícias não deixarão de ser necessárias em nossa sociedade e que pessoas continuarão, portanto, desenvolvendo este *métier*, a proposição desta pesquisa envolveu a busca por identificar onde se localiza a potência de vida no trabalho da Polícia Civil.

A opção por este segmento policial se mostrou interessante, devido ao fato de haver poucos estudos acerca destes trabalhadores, em contraponto às pesquisas envolvendo policiais militares. Esse dado permitiu pensar sobre este trabalhador que tem outorgado o poder de polícia, pelo Estado, sem ter o atravessamento da hierarquia militar.

Na esteira dessas concepções, a tese teve como objetivo realizar uma reflexão sobre aspectos transversalizadores do trabalho do policial civil, em sua relação com processos de subjetivação, na perspectiva do acionamento de potência de vida. A partir desse objetivo geral, foram determinados três objetivos específicos: discutir questões transversais do ofício de policial; analisar a construção de modos

de subjetivação nesse campo de atuação profissional; reconhecer dispositivos de produção de vida e potência nesse ambiente de trabalho.

A metodologia deste estudo adotou a perspectiva cartográfica, buscando seguir as pistas e os caminhos que se apresentavam conforme a pesquisa ia se construindo em termos do campo e dos mapeamentos teóricos. Na cartografia, o pesquisador vai transitar por entre paisagens que se deixam guiar pelos sinalizadores que emergem do campo teórico e prático. Não há certeza de onde chegaremos ao delinear uma pesquisa, principalmente quando envolve a pesquisa empírica, o contato direto com outros territórios existenciais.

O processo de produção do conhecimento, no percurso deste estudo, teve que ir se ajustando às mudanças da paisagem, no encontro com as engrenagens e as linhas duras, molares. A proposta inicialmente pensada para o percorrer do campo não foi possível. Tal fato interferiu, atrapalhou, mas também constituiu a fabricação das análises. A tessitura do conhecimento aqui apresentado aconteceu no entre, na adequação entre o que se queria inicialmente como campo e desenvolvimento teórico e que foi possível.

Interessante refletir sobre a produção de conhecimento acadêmica como trabalho, como este encontro do sujeito com o real. Em todo o trabalho, a produção só é possível no investimento, na mobilização subjetiva do sujeito frente ao real. O choque com o real do trabalho expõe a falha e provoca a inventividade. Neste trabalho-produção de conhecimento, não foi diferente.

Se o objetivo desta tese consistiu em buscar a potência no trabalhar do policial, também se fez necessário buscar a potência inventiva na adaptação da pesquisa. Coube-me buscar as linhas de fuga que permitissem saltar para além da armadilha-estrutura, em busca das possibilidades de conexões que permitissem a concretização do estudo.

Neste salto, deparei-me com a necessidade de produção de ajustes, que levaram a um redesenho da questão teórica da tese. Neste redesenho, a passagem de um estudo que iniciou com a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho e foi em busca da potência de expansão da vida, discutida pela Esquizoanálise. Esta associação de saberes, embora entendida como necessária e possível para a produção de novas análises, trouxe o desafio do processamento dos dados coletados, uma vez que não seria possível um retorno ao campo para um novo trajeto.

No processamento das falas dos policiais, resultantes das entrevistas individuais, emergiram sinalizadores, tomados como categorias de análise. Os sinalizadores foram destacados, considerando os objetivos de pesquisa, sendo que, para cada sinalizador, foi possível puxar alguns fios que constituem este crochêtese, entrelaçados com a perspectiva teórica.

Assim, ao questionar sobre como se organizam os processos de trabalho do policial civil, percebi a emergência do sinalizador Território, com os fios Organização e Relações. Buscando identificar que implicações produzem os modos de subjetivação nesse campo de atuação profissional, identifiquei o sinalizador Máquina, destacando os fios O Ingresso e O Polícia. Finalmente, ao indagar sobre as possibilidades de produção de vida e a potência nesse ambiente de trabalho, passei a perceber o despontar do sinalizador Movimento e os fios Deslocamento e A(fe)tivação em evidência.

O processamento das falas foi efetivado com sustentação no entrelaçamento teórico, entre a Psicodinâmica do Trabalho e a Esquizoanálise. Essas teorias constituem o saber da pesquisadora, em sua história acadêmico-profissional. Da Psicodinâmica, foram buscados elementos de entendimento da relação do sujeito com os processos de trabalho. Na Esquizoanálise, houve a busca por compreender as produções originadas do encontro com o trabalho nas tramas da complexidade, na direção da expansão da vida. Tem-se, então, o gancho com o acionamento de potência.

Pensar o mundo do trabalho e o mundo da polícia implica olhar e refletir sobre dois campos significativos. Na bricolagem de saberes e práticas, entendo estar a possibilidade da construção de conhecimento que permita a passagem da vida e a produção de possibilidades de mudanças e deslocamentos institucionais.

Os Sinalizadores marcam o percurso da tese, nas análises produzidas. Ao discutir questões transversais do ofício de policial, cheguei ao Sinalizador Território, entendido como espaço existencial produzido no cotidiano de trabalho, marcado por elementos que atravessam o fazer deste sujeito. Puxando os fios Organização e Relações, foi possível tecer um desenho. No Território, são encontradas características que constituem a organização do trabalho, como a atividade em turnos e a sobrecarga no cotidiano.

A hierarquia, embora sem militarismo, aparece nas relações estabelecidas entre agentes e delegados. Trata-se de estrutura que mescla poder e saber jurídico,

depositando o encargo de condução do funcionamento do trabalho-fim e a gestão na figura do delegado. A fragilidade do plano de carreira e a não padronização da estrutura de cargos são fatores que apontam para a necessidade de investimento político e administrativo que considere a estrutura organizacional.

Há outros fatores que atravessam o cotidiano dos policiais. Um deles é a diferenciação entre o trabalho de rua, operacional e o trabalho administrativo. Outro aspecto é a sobrecarga de trabalho, a partir da qual é possível visualizar a diferença que existe entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Além disso, na discricionariedade do delegado, evidencia-se a escolha do que será levado adiante em termos da investigação. Essas escolhas são marcadas também por pressões sociais e midiáticas, relacionadas à repercussão dos casos. Ainda na esteira das transversalidades que constituem o Território, estão as demandas que não são questões de Polícia, mas da precariedade social.

No sinalizador Máquina, tem-se a explicitação das engrenagens e modos de processamento do sujeito, desde (O) Ingresso à transmutação em (O) Polícia. Com o Fio O Ingresso, foi possível percorrer as trilhas que mostram o choque do encontro com a máquina Polícia Civil. Neste encontro, o sujeito vivencia uma desterritorialização voraz, que produz estratificações, impedindo o fluxo vida. Percebe-se, então, que no cotidiano de contato com violência e a dureza do real, o policial vai se insensibilizando.

Processado, subjetivado nas engrenagens do Território Polícia Civil, o sujeito passa a operar no modo (O) Polícia, atuando no paradoxo entre a necessidade de humanização do fazer da polícia e o modo 'super-herói'. A formação inicial, mesmo seguindo uma matriz curricular nacional, apresenta-se com variações de disciplinas e carga horária, de acordo com o período e o governo. A formação, embora ofereça subsídios técnicos, não prepara para a hostilidade do cotidiano. Na verdade, nada prepara, apenas o próprio dia a dia, que acaba por produzir este sujeito-máquina, O Polícia.

O fazer cotidiano do trabalho conduz para um endurecimento, para esse lugar de poder, de 'ser a lei', que constrói condições peculiares nas relações. O sujeito é impelido, então, a ocupar outro lugar social, pessoal e profissional. No processo de produção da subjetividade desse policial, ocorre uma espécie de amálgama, em que o sujeito passa a ser sempre visto como o Polícia. Chama a atenção para o fato de que se trata de lugar de poder e, ao mesmo tempo, de falta de reconhecimento e

valorização. A Polícia é boa para o outro ou quando existe algum interesse estabelecido.

Frente a todas essas questões da relação/produção do sujeito policial com/no dia a dia do trabalho, seria possível pensar em possibilidades de vida e potência? Seguindo os indicativos do caminho, cheguei ao Sinalizador Movimento. Neste ponto, emergem os Fios Deslocamento e A(fe)tivação. A vida pede passagem incessantemente, busca as brechas por onde possa fluir, mesmo que gotejante.

O movimento se faz presente; molar e molecular são partes de sistemas conectivos. Nesse sentido, percebe-se que a Polícia não é mais a mesma, tem passado por significativos movimentos, que, mesmo da ordem de grãos de areia, vão produzindo deslocamentos vários. Assim, modos de trabalhar vão sendo modificados, sujeitos vão constituindo um outro olhar sobre o seu trabalho. Da violência como método de investigação à técnica, pode-se entrever o movente. Claro que essas possibilidades não correspondem ao total dos processos institucionais, mas nada nunca é. Como brotações do campo de vida dos policiais, é algo que vai tomando força pelo contágio dos sujeitos, pelo entendimento outro, que se constitui sobre o fazer policial. Muda o perfil Polícia, muda o trabalho, como pistas para o próximo fio a ser destacado: o entendimento/desejo de ser servidor público e ocupar este espaço como um 'fazer o bem'.

A potência de vida mostra-se pelo movimento e pela capacidade de se afetar. O Fio A(fe)tivação sinaliza para pontos de invenção da vida. Está relacionado à capacidade de ativação do corpo vibrátil, do sentir, do se permitir atravessar pelos afetos. Entram em cena aqui as possibilidades de ocupar as brechas entre o prescrito e o real do trabalho. O 'cotidiano aventura' desponta como produtor de expansão da vida, marcado pela variação das atividades como devir-fluxo produtor de saúde.

O permitir afetar-se com/pelo outro, mesmo mantendo a atividade dura de repressão e estabelecimento da ordem, tem a ver com a capacidade de conexão, de ver o outro como sujeito de direitos. Nessa medida, também significa acessar os afetos na relação consigo mesmo, permitir-se acreditar, manter a capacidade de sonhar.

Nesse aspecto, são necessários programas de atenção à saúde, que tenham como base a escuta qualificada do trabalhador policial. As falas dos sujeitos podem oferecer pistas significativas para o direcionamento de ações que contribuam para a

promoção de saúde mental. Isso passa por políticas sistemáticas e que agreguem dispositivos de acesso aos sujeitos e entre os sujeitos. Nesse sentido, evidencia-se a importância de que essas políticas orientem-se pela criação de conexões com outros mundos, para além do mundo-polícia; mundo-arte, mundo-relações, mundo-reconhecimento, mundo-afeto.

Como reflexão geral, a partir da produção desta tese, é possível afirmar que outros olhares com certeza podem produzir outros estudos, identificar outros sinalizadores e puxar diferentes fios, mas esta é a minha possibilidade de trama neste momento. Caminhos investigativos futuros podem ser produzidos no sentido de aprofundar a associação teórica proposta e as possibilidades de acionamento das engrenagens na trilha da potenciação.

Ao revisitar os objetivos deste estudo, destaca-se que a estrutura organizacional da Polícia civil produz diferentes marcas nos modos de subjetivação dos sujeitos. Dessa forma, aspectos da organização do trabalho em termos estruturais e da ordem das relações transversalizam o cotidiano do trabalho dos policiais, produzindo modos de subjetivação. O sujeito operador da segurança pública, nesse campo Polícia Civil, tem, assim, modos de vida forjados nos atravessamentos produzidos neste encontro com/no trabalho.

Destaca-se, ainda, que esse trabalho é produzido em um território peculiar de relações de poder, atravessadas pelas características inerentes ao serviço público. Ao mesmo tempo, a produção de subjetividade se dá no processamento do sujeito nas engrenagens da Máquina Polícia Civil. Evidenciam-se, então, tramas que levam ao modo sujeito-máquina, como forma de enfrentamento deste cotidiano. Há, porém, também campos possíveis de produção de vida. No devir aventura, no espaço entre brechas, despontam fios de potência.

Respondendo à questão inicialmente lançada: considerando aspectos inerentes e que se vinculam à atividade do policial civil, em sua relação com os processos de subjetivação, existem possibilidades de acionamento de potência de vida? Afirmo que sim e que eles estão sinalizados nas falas e na sua associação com os pressupostos da Esquizoanálise, que, ao mesmo tempo, demonstram a força e rigidez da máquina policial, mas também a potência do sujeito que vibra, que pulsa e inventa modos de existência no cotidiano. Entendo, portanto, ter atingido o objetivo proposto na tese.

A potência de vida pulsa por meio das conexões cotidianas do trabalho na Polícia Civil. Reside nas possibilidades de criação inventiva e da capacidade de ativação dos afetos. Entre prescrito e real, entre molar e molecular, muito ainda se tem por criar/transformar/produzir na Polícia Civil. Assim, múltiplas possibilidades se apresentam como trilhas a percorrer. Concluo este estudo reafirmando a necessidade de olhar e escutar este sujeito policial, na intenção de construir uma política pública de segurança democrática e humanizada. Fica a certeza de que este não é o final da jornada, mas uma paragem, um ponto de conexão na trama rizomática da construção de conhecimento, no sentido da produção de vida entre subjetividade, trabalho e segurança pública.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEPOL. Museu. **A Polícia no Brasil: História da Polícia Civil Gaúcha**. Porto Alegre. s.d. Cópia impressa.

AGUIAR, Roberto A. R. Trinta Afirmções para uma Segurança Pública democrática e efetiva. In: MARIANO, Benedito D.; FREITAS, Isabel. (Orgs.). **Polícia: desafio da democracia brasileira**. Porto Alegre: CORAG, 2002. p. 35-43.

AMADOR, Fernanda Spanier. **Violência Policial: verso e reverso do sofrimento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

ANCHIETA, V. C. C.; GALINKIN, A. L.; MENDES, A. M. B.; et al. Trabalho e Riscos de Adoecimento: um estudo entre policiais civis. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 2, p. 199-208, abr-jun., 2011.

ANJOS, Felipe Burle dos. Organização do Trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Orgs.). **Dicionário Crítico de gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 267-273.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Informalização da Justiça e Controle Social: estudo sociológico da implantação dos juizados especiais criminais em Porto Alegre**. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

\_\_\_\_\_; SOARES, Luiz Eduardo. SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE A REFORMA NO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 1., 2013, 10 de dezembro de 2013.

BAIERLE, Tatiana C. **O que a Guarda (a)Guarda?**. Monografia (Especialização em Psicologia Social e Institucional) Instituições em Análise. PPGPSI – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ser segurança em tempos de insegurança: sofrimento psíquico e prazer no trabalho da Guarda Municipal de Porto Alegre**. 2007. 204 fls. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

\_\_\_\_\_; Merlo, Álvaro. R. C. Trabalho, saúde mental e subjetividade em uma guarda municipal: estudo em psicodinâmica do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 11, n. 1, p. 69-81, 2008.

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. **Afetiv(Ações), Amorosidade e Autopoiese**: Proposições epistemológico-teóricas para o ensino da pesquisa na interface Comunicação e Turismo. In: CONGRESSO LUSOCOM, 11., 2014, Universidade de Vigo. Pontevedra, Espanha, 2014.

BAREMBLITT, G. **Introdução à esquizoanálise** 2. ed. Belo Horizonte: Biblioteca Instituto Félix Guattari, 2003.

\_\_\_\_\_. **Compêndio de Análise Institucional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

BARROS, Regina D. Benevides. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

BARUS-MICHEL, Jacqueline; ENRIQUEZ, Eugène & LÉVY, André (Dir.) **Vocabilaire de Psychosociologie: positions et references**. Paris: Éditions Érès, 2006.

BECK, Fernanda Luz. **A dinâmica prazer/sofrimento dos trabalhadores da enfermagem no cotidiano de uma emergência**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BOSCO, Cristine Dal. **Formas de reconhecimento existentes em trabalhadores da CAGE e a relação com a saúde mental**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BOTTEGA, Carla Garcia. **Loucos ou heróis?** Um estudo sobre prazer e sofrimento dos educadores sociais no trabalho com adolescentes em situação de rua. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **1ª Conferência Nacional de Segurança Pública**. Texto Base. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Secretaria nacional de Segurança Pública**. Projeto Qualidade de Vida: valorizando o profissional de segurança pública - guia de ações. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Secretaria nacional de Segurança Pública**. Sistema Único de Segurança Pública. Brasília: 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Histórias das Conferências de Saúde**. 14a Conferência Nacional de Saúde. 2011. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/14cns/historias.html>. Acesso em: 08 de jul. 2014.

\_\_\_\_\_. SENASP. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?ViewID=%7B1BFF9F1B-2ECD-4A25-9976-661FB5A66624%7D&params=itemID=%7BE16A5BBC-4A90-4C01-88A7-643B4A1DD68C%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>. Acesso em: 23 jul. 2014.

BUENO, Samira; CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato S. de. Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial. In: FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 7. ed. 2013. p. 118 – 127. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7a-edicao>. Acesso em: setembro de 2014.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

CANO, Ignacio. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. **Sur, Rev. int. direitos human.**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 136-155, Dez. 2006.

CASTRO, Thiele da Costa M. **Reconhecimento e vida dos guardas municipais: clínica do trabalho na atividade de segurança pública**. Dissertação (Mestrado. Psicologia Social e Institucional). Programa de Pós-Graduação - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CLOT, Yves. **A Função Psicológica do Trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CONSUL, Júlio Cezar da Paz. **Brigada Militar**: Identifique-se! A Polícia Militar revelando sua identidade. Tese (Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

COSTA, Arthur Trindade M.. **Entre a lei e a ordem**: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COSTA, Sérgio H. Barroca. Sentido do Trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. (Orgs). **Dicionário Crítico de gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 375 – 380.

COSTA, Sérgio H. Barroca. Trabalho Prescrito e Trabalho Real. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. (Orgs). **Dicionário Crítico de gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 467 – 472.

CRUZ, Claudia Weyne. **Carcereiros ou encarcerados**: um estudo sobre o trabalho dos auxiliares de enfermagem no Hospital Psiquiátrico São Pedro. Dissertação (Mestrado. em Psicologia Social e Institucional). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2003.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. Rev. e Ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DEJOURS, Christophe . Prefácio. IN. MENDES, Ana Magnólia. **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Banalização da Injustiça Social**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

\_\_\_\_\_. A metodologia em psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte (Orgs.). Christophe Dejours: **da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 105-126.

\_\_\_\_\_. **A Loucura do Trabalho**: estudos de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

\_\_\_\_\_. Por um novo Conceito de Saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v.14, n. 54, 1986.

\_\_\_\_\_; ABDOUCHELI, Elisabeth. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, Christophe. ABDOUCHELI, Elisabeth e JAYET, Christian. **Psicodinâmica do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994. p. 21-32.

\_\_\_\_\_; BÈGUE, Florence. **Suicídio e trabalho: o que fazer?** Sobradinho (DF): Paralelo 15, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Peirbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

\_\_\_\_\_; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. Vol. 5.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. Vol. 3.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. Vol. 1.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DIAS NETO, Theodomiro. **Segurança Urbana: o modelo da nova prevenção**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; Fundação Getúlio Vargas, 2005.

DICIONÁRIO **Priberam da Língua Portuguesa**, 2008-2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/conflitualidade>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

FACAS, Emílio P.; SILVA, Laiury M. da. Trabalhar. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. (Org.). **Dicionário Crítico de gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 461 – 466.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Totalmente Rev. e Ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, João Batista. Real do Trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. (Org.). **Dicionário Crítico de gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 343 – 350.

FERREIRA, João Batista. Análise clínica do trabalho e processo de subjetivação: um olhar da Psicodinâmica do Trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia et al. (Org.). **Psicodinâmica e Clínica do Trabalho**: temas, interfaces e casos brasileiros. Curitiba: Juruá, 2010. p. 125-135.

FONSECA, Tânia Mara Galli. Modos de trabalhar, modos de subjetivar em tempos de reestruturação produtiva. In: \_\_\_\_\_(org.): **Modos de trabalhar, modos de subjetivar em tempos de reestruturação produtiva**: um estudo de caso. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 13-27.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 7. ed. 2013. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7a-edicao>. Acesso em: setembro de 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FUGANTI, Luiz A. Saúde, Desejo e Pensamento. **Saúdeloucura**, n. 2, p. 19-82, São Paulo: HUCITEC, 1990.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Tradução: Ivo Storniolo. Aparecida;SP: Ideias & Letras, 2007.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas (SP): Papyrus, 1991.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1986.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular**. pulsações políticas do desejo. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. **O trabalho policial**: estudos da polícia civil do Estado do Rio Grande do Sul. São Paulo: IBCCRIM, 2006 (Monografias/IBCCRIM; 39).

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBAÑEZ, Tomas Garcia. **Flutuaciones conceptuales en torno a la postmodernidad y la psicología**. Caracas: Edición de la Universidad Central de Venezuela, 1996.

\_\_\_\_\_. **Psicología Social Construcionista**. México: Univerdad de Guadalajara, 1994.

JACQUES, Maria da Guaça Correa. Abordagens Teórico-Methodológicas em Saúde/Doença Mental & Trabalho. **Psicologia & Sociedade**; 15(1): 97-116; jan./jun.2003.

JACQUES, Paola Berenstein. Labirinto. In: **Estética da Ginga**. Casa da Palavra: Rio de Janeiro, 2001. p. 144-154.

JARDIM, Sílvia Rodrigues; GLINA, Débora Miriam Raab. O Diagnóstico dos Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho. In: GLINA, Miriam Raab; ROCHA, Lys Esther. (Orgs.). **Saúde Mental no Trabalho**: desafios e soluções. São Paulo: Editora VK, 2000. p. 17-52.

KARAM, Heliete. Desafio para a psicodinâmica do trabalho no Brasil: um ponto de vista. In: MENDES, Ana Magnólia et al (Orgs.). **Psicodinâmica e Clínica do Trabalho**: temas, interfaces e casos brasileiros. Curitiba: Juruá, 2010. p. 53-60.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 15-22, jan/abr. 2007.

KIRST, Patrícia. Gomes; FONSECA, Tânia. M. Galli. (orgs.). (2003). Conhecimento e cartografia: Tempestade de possíveis. In: FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. (Orgs.). **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora UFRGS. p. 91-101.

LANCMAN; Selma; SZNELWAR, Laerte I. **Christophe Dejours: da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho**. Rio de Janeiro/Brasília: Ed. Fiocruz/Paralelo, 2004.

LHUILIER, Dominique. Travail. In: BARUS-MICHEL, Jacqueline; ENRIQUEZ, Eugène; LÉVY, André. (Direction). **Vocabulaire de Psychosociologie: références et positions**. Paris: Érès, 2006.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**, vol. 1. 2a Edição, Niterói, RJ: Impetus, 2012.

LIMA, Suzana C. da Cruz. A fala em ação: experiência em psicodinâmica do trabalho no serviço público. In: MENDES, Ana Magnólia et al (Orgs.). **Psicodinâmica e Clínica do Trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 365-379.

MAGNUS, Cláudia de Negreiros. **Sob o peso dos grilhões: um estudo sobre a psicodinâmica do trabalho em um hospital psiquiátrico público**. Dissertação (Mestrado. Psicologia Social e Institucional). Programa de Pós-Graduação - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARIANO, Benedito Domingos. Criar uma polícia democrática. In: MARIANO, Benedito D.; FREITAS, Isabel. (Orgs.). **Polícia: desafio da democracia brasileira**. Porto Alegre: CORAG, 2002. p. 45-66.

MARTINS, Soraya Rodrigues. Elaboração (Perlaboração). In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Orgs.). **Dicionário Crítico de gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 129-134.

MENDES, Ana Magnólia (Org.). **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, métodos e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WUNSCH, Dolores Sanches. Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, set. 2011. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000300005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 09 de jul. 2014.

\_\_\_\_\_; WUNSCH, Dolores Sanches. Trabalho, classe operária e proteção social: reflexões e inquietações. **Rev. Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, dez. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802009000200014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000200014&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 09 de jul. 2014.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Paulo Antonio Barros. Acidentes de trabalho: violência urbana e morte em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 13 (Supl. 2), 1997, p. 73-83.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo. **A Informática no Brasil: prazer e sofrimento no trabalho**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_; MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 141-156, 2009.

\_\_\_\_\_; VAZ, Marco Aurélio; SPODE, Charlotte Beatriz et al. Trabalho, prazer, sofrimento e adoecimento em portadores de Lesões por Esforços Repetitivos. In: MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Org.). **Saúde e Trabalho no Rio Grande do Sul: realidade, pesquisa e intervenção**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 127-169.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Sob Fogo Cruzado I: vitimização de policiais militares e civis brasileiros. In: FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 7. ed. 2013. p. 110 – 117. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7a-edicao>. Acesso em: setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 917 - 928, 2005.

\_\_\_\_\_. (Orgs.). **Missão Investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MONTEIRO, Janine Kieling; JACOBY, Alessandra Rorigues. Sobrecarga de Trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Orgs.). **Dicionário Crítico de gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 405-408.

MONTEIRO, Janine Kieling et al. Bombeiros: um olhar sobre a qualidade de vida no trabalho. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 554-565, Set. 2007.

MÜLLER, Daniela Zipperer. **Uma polícia especial: possibilidades de prazer no trabalho dos policiais militares do pelotão de operações especiais**. Dissertação (Mestrado. em Psicologia Social e Institucional). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

NARDI, Henrique C.; Tittoni, Jaqueline. Subjetividade e Trabalho. In: CATTANI, Antonio D.; HOLZMANN, Lorena (Orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 2 ed. rev. ampl. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 375 – 378.

NARDI, Henrique C. Saúde do trabalhador, subjetividade e interdisciplinaridade. In: MERLO, Álvaro R. C. Saúde e Trabalho no Rio Grande do Sul: realidade, pesquisa e intervenção. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

NERI, Regina. Anti-Édipo / Psicanálise: um debate atual. **Ágora**, v. VI, n. 1, jan./jun. p. 21-43, 2003.

NOTÍCIAS DE UMA GUERRA PARTICULAR (Original), 1999, direção João Moreira Salles e Kátia Lund, 56, documentário, Brasil. Minutos.

PAULON, Simone Mainieri. A Análise de Implicação como Ferramenta na Pesquisa-Intervenção. **Psicologia e Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 18-25, set-dez., 2005.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. Apresentação. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia.; ESCÓSSIA, Liliana. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 07-16.

\_\_\_\_\_; BENEVIDES DE BARROS, Regina. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia.; ESCÓSSIA, Liliana. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.

\_\_\_\_\_. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 71 - 79, Abril 2000.

PERES, Rodrigo Sanches; BORSONELLO, Elizabete Cristina; PERES Wiliam Siqueira. A Esquizoanálise e a Produção da Subjetividade: considerações práticas e teóricas. **Psicologia em Estudo. Departamento de Psicologia** - Universidade Estadual de Maringá. v. 5, n. 1, p. 35-43, 2000.

PÉRILLEUX, Thomas. Clínica do Trabalho e Crítica Social. In: MENDES, Ana Magnólia (Org.). **Psicodinâmica e Clínica do Trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 145-163.

PEZÉ, Marie. Ils ne mouraient pas tous mais tous étaient frappés: **Journal de la consultation**. Collection: Champs actuel. Editeur: Flammarion, 2010.

POLÍCIA CIVIL. Disponível em: <http://www.pc.rs.gov.br/>. Acesso em 13 jun. 2014.

REY, Alain. Le Robert Micro – **Dictionnaire d'apprentissage de la langue française**. 3. ed. Paris: Poche, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 12.350**, de 26 de outubro de 2005. Disponível em: [http://www.pc.rs.gov.br/upload/1293292602\\_lei\\_rs\\_12350\\_05.pdf](http://www.pc.rs.gov.br/upload/1293292602_lei_rs_12350_05.pdf)

RIO GRANDE DO SUL. **Sujeitos e Instituições**: modos de cuidar e tratar: programa de saúde mental para os trabalhadores da segurança pública: uma visão cartográfica. Relatório do Programa de Saúde Mental para os Trabalhadores da Segurança Pública, 2002.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 7.059**, de 31 de dezembro de 1976. Disponível em: [http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXTO&Hid\\_TodasNo rmas=31812&hTexto=&Hid\\_IDNorma=31812](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNo rmas=31812&hTexto=&Hid_IDNorma=31812)

ROCHA, Marisa Lopes. Psicologia e as práticas institucionais: a pesquisa intervenção em movimento. **PSICO**, v. 37, n.2, p. 169-174, mai./ago. 2006.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Kátia Faria de. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 23, n.4, p. 64 – 73, 2003.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. Novas figuras do caos: mutações da subjetividade contemporânea. In: FONSECA, Tania Galli; FRANCISCO, Deise Juliana (Orgs.). **Formas de Ser e Habitar a Contemporaneidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

ROSÁRIO, Nísia Martins do; AGUIAR, Lisiane Machado. Pluralidade metodológica: a cartografia aplicada às pesquisas de audiovisual. **Revista Comunicación**, v. 1, n. 10, p.1262-1275, 2012.

ROSSI, Elizabeth Zulmira. Método de pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia et al (Orgs.). **Psicodinâmica e Clínica do Trabalho**: temas, interfaces e casos brasileiros. Curitiba: Juruá, 2010. p. 113-124.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p. 16-32, Dec. 2002 . Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222002000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200002&lng=en&nrm=iso)>. access on 10 Dec. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222002000200002>.

SARAIVA, Karla. VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea. **Revista Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, p. 187-201, maio/ago, 2009.

SCARPARO, Helena; GUARESCHI, Neusa. Psicologia Social Comunitária e Formação Profissional. **Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial 2, p. 100-108, 2007.

SCHLINDWEIN, Vanderléia de Lurdes Dal Castel. Apresentação a Coletânea: desafios e perspectivas da Psicologia do Trabalho no campo da saúde mental. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Saúde mental e trabalho na Amazônia**: múltiplas leituras sobre prazer e sofrimento no trabalho. Porto Velho-RO: EDUFRO, 2013. p. x-x.

SENASP. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?ViewID=%7B1BFF9F1B-2ECD-4A25-9976-661FB5A66624%7D&params=itemID=%7BE16A5BBC-4A90-4C01-88A7-643B4A1DD68C%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>. Acesso em: 04 dez. 2013.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

\_\_\_\_\_. Segurança municipal no Brasil – sugestões para uma agenda mínima. In: SENTO-SÉ, João Trajano. **Prevenção da Violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 16-44.

SOUZA, Eloisio Moulin de; BIANCO, Mônica de Fátima. Subvertendo o desejo no teatro das organizações: problematizações contemporâneas sobre o desejo e a expansão da vida nas relações de trabalho. **Cadernos EBAPE**. BR, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, artigo 9, Jun. 2011. p.394–411.

SPODE, Charlotte Beatriz; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 362-370, 2006.

TITTONI, Jaqueline. Saúde mental, trabalho e outras reflexões sobre a economia solidária. In: MERLO, Álvaro R. C. **Saúde e Trabalho no Rio Grande do Sul: realidade, pesquisa e intervenção**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 65-93.

TRAESEL, Elisete Soares. **A psicodinâmica do reconhecimento: sofrimento e realização no contexto dos trabalhadores da enfermagem de um hospital do interior do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado. em Psicologia Social e Institucional). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007

TRENTINI, L. B.; BOTTEGA, C. G.; DORNELLES, R. A. N.; MERLO, A. R. C. A Saúde no trabalho dos Oficiais da Justiça Federal de Porto Alegre. **Revista HCPA** (UFRGS. Impresso), v. 30, p. 215-215, 2010.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443 - 466, set/dez 2005.

TSCHIEDEL, Rubia Minuzzi; MONTEIRO, Janine Kieling. Prazer e sofrimento no trabalho dos agentes de segurança penitenciária. **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 3, p. 527-535, julho-setembro de 2013.

ZIEBELL, Márcia Ramos. Para Pensar Dispositivos analíticos na Prática da Psicologia na saúde e Trabalho hospitalar. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. Xii, n. 3-4, p. 745 – 766, set/dez 2012.

## **APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Instituto de Psicologia**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional – Doutorado**

---

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Pesquisa  
**Trabalho, Saúde e Subjetividade na Polícia Civil**

Esta pesquisa visa conhecer os efeitos do trabalho para a subjetividade e saúde mental dos operadores de segurança da polícia civil do Rio Grande do Sul. Desta maneira, busca colaborar para a discussão sobre a importância do estabelecimento de políticas de atenção à saúde do trabalhador policial.

Os procedimentos previstos para a realização da pesquisa incluem entrevistas com policiais e gestores. Nas entrevistas serão abordadas questões que envolvem o cotidiano de trabalho, as atribuições do policial civil, discussões de situações vivenciais e outros assuntos relacionados ao cotidiano de trabalho que poderão surgir.

O principal benefício em participar da pesquisa se dará na possibilidade de expressar suas experiências, afetos e sentimentos acerca do cotidiano de trabalho na Polícia Civil do RS. Além disso, sua participação possibilitará problematizações e reflexões que poderão trazer contribuições para o desenvolvimento de conhecimento acerca do tema saúde mental, subjetividade e trabalho na polícia civil. O estudo não pretende causar nenhum tipo de prejuízo físico e/ou psicológico aos participantes, mas caso surja algum sentimento que cause desconforto durante a pesquisa, você será encaminhado à Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS.

As entrevistas individuais serão registradas, na forma de notas e diário de campo. Este material será armazenado, pelo período de cinco anos, em armário fechado à chave, na sala do Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, sob responsabilidade do Prof. Dr. Álvaro Roberto Crespo Merlo na UFRGS. Após este período de guarda o material será incinerado. Fica garantida a privacidade e confidencialidade em relação aos dados coletados na pesquisa, assim como é garantida a preservação da identificação em apresentações orais ou publicações em que os dados do estudo

venham a ser publicizados. Esta pesquisa segue os princípios éticos para Pesquisas com Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde, contidos na Resolução Nº 196/1996. Este projeto de pesquisa foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (CEP-PSICO).

I. Eu, ..... fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada, bem como esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participação, se assim eu o desejar. Fui assegurado(a) de que todos os dados, referentes aos participantes desta pesquisa serão mantidas em sigilo, sendo utilizados apenas para sua análise.

II. Caso tiver novas perguntas sobre este estudo, posso contatar a Pesquisadora/Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, Tatiana Cardoso Baierle, para qualquer questão sobre os meus direitos como participante deste estudo. Os contatos podem ser realizados com a Pesquisadora/Doutoranda, pode ser feito pelo telefone: (51)9588-5676 ou pelo e-mail: tatibaierle@gmail.com.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

---

Assinatura do(a) Participante

Data \_\_\_/\_\_\_/2013

---

Tatiana Cardoso Baierle  
Doutoranda – Matr. 133645  
CRP 07/07999

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

### Dados de Identificação:

Nome

Idade

Cargo

Lotação

Tempo de Polícia

### Questões:

- Como foi a escolha por trabalhar na Polícia Civil?
- Como foi a formação (o que faltou, o que foi bom)?
- O que muda com o tempo de Instituição?
- Como vê a Instituição hoje?
- Como você vê a formação hoje?
- Você se considera um gestor?
- Qual é/ quais são o(s) modelo(s) de gestão aplicados na PC hoje?
- Como você vê a questão da saúde (mental) do trabalhador/no trabalho na PC hoje?
- Existe relação entre o trabalho na PC e saúde?
- Existe relação entre gestão e saúde?
- O trabalho na PC é como qualquer outro? Quais são as peculiaridades?
- O que poderia/deveria ser feito com relação a saúde do trabalhador da PC?
- Onde “pega” mais: operacional x administrativo?
- O que você pensa sobre: corporativismo, solidariedade, cooperação, corrupção, poder?
- Como é o teu trabalho?
- Você acha que hoje trabalha diferente de quando você entrou?
- Você acha que o que você faz é reconhecido?